

Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores	4

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores	5
2.3 - Outras Informações Relevantes	7

3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	8
3.2 - Medições Não Contábeis	9
3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras	10
3.4 - Política de Destinação Dos Resultados	11
3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido	13
3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas	14
3.7 - Nível de Endividamento	15
3.8 - Obrigações	16
3.9 - Outras Informações Relevantes	17

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco	18
4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado	36
4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes	37
4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores	42
4.5 - Processos Sigilosos Relevantes	44
4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto	45
4.7 - Outras Contingências Relevantes	47

Índice

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados	48
5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos	
5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos	49
5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado	50
5.3 - Descrição Dos Controles Internos	51
5.4 - Programa de Integridade	52
5.5 - Alterações significativas	54
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	55
6. Histórico do Emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm	56
6.3 - Breve Histórico	57
6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial	59
6.6 - Outras Informações Relevantes	60
7. Atividades do Emissor	
7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas	61
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	62
7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais	63
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais	64
7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total	66
7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades	67
7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior	68
7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades	69
7.8 - Políticas Socioambientais	70
7.9 - Outras Informações Relevantes	71
8. Negócios Extraordinários	
8.1 - Negócios Extraordinários	72
8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor	73

Índice

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais	74
8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.	75
9. Ativos Relevantes	
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros	76
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados	81
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis	82
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades	83
9.2 - Outras Informações Relevantes	90
10. Comentários Dos Diretores	
10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais	91
10.2 - Resultado Operacional E Financeiro	109
10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras	112
10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor	114
10.5 - Políticas Contábeis Críticas	116
10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	117
10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	118
10.8 - Plano de Negócios	119
10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante	120
11. Projeções	
11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas	121
11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas	122
12. Assembléia E Administração	
12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa	123
12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais	126
12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração	129
12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem	130

Índice

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal	131
12.7/8 - Composição Dos Comitês	133
12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores	134
12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros	135
12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores	141
12.12 - Outras informações relevantes	142

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária	143
13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	146
13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	150
13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária	152
13.5 - Remuneração Baseada em Ações	153
13.6 - Opções em Aberto	154
13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues	155
13.8 - Precificação Das Ações/opções	156
13.9 - Participações Detidas Por Órgão	157
13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários	158
13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal	159
13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria	160
13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores	161
13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam	162
13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor	163
13.16 - Outras Informações Relevantes	164

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos	165
---------------------------------------	-----

Índice

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos	166
14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados	167
14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos	168
14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos	169
15. Controle E Grupo Econômico	
15.1 / 15.2 - Posição Acionária	170
15.3 - Distribuição de Capital	186
15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico	187
15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte	190
15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor	191
15.7 - Principais Operações Societárias	192
15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico	194
16. Transações Partes Relacionadas	
16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas	195
16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas	196
16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado	197
16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas	198
17. Capital Social	
17.1 - Informações Sobre O Capital Social	199
17.2 - Aumentos do Capital Social	200
17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações	201
17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social	202
17.5 - Outras Informações Relevantes	203
18. Valores Mobiliários	
18.1 - Direitos Das Ações	204

Índice

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública	206
18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto	207
18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados	208
18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil	209
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	210
18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação	211
18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros	212
18.8 - Títulos Emitidos no Exterior	213
18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição	214
18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas	215
18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição	216
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários	218
19. Planos de Recompra/tesouraria	
19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor	219
19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria	220
19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria	221
20. Política de Negociação	
20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários	222
20.2 - Outras Informações Relevantes	223
21. Política de Divulgação	
21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações	224
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	225
21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações	226
21.4 - Outras Informações Relevantes	227

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

ADOLPHO LINDENBERG FILHO

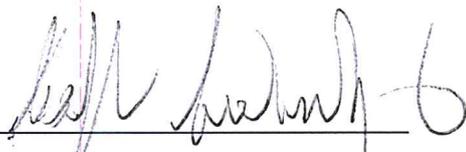
Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO**PARA FINS DO ITEM 1.1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA**

ADOLPHO LINDENBERG FILHO, brasileiro, engenheiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 4.289.745-2 SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 004.219.258-76, com domicílio comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, 2º andar, Edifício Corporate, Itaim Bibi, CEP 04534-002, na qualidade de Diretor Presidente, e Diretor de Relações com Investidores da Companhia **CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.**, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, bloco "C", 2º andar, CEP 04534-002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.022.042/0001-18, vem, por meio da presente, **DECLARAR** que: **i)** revisou o Formulário de Referência; **ii)** todas as informações contidas no referido documento atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19; e **iii)** o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

São Paulo, 31 de maio de 2021



ADOLPHO LINDENBERG FILHO

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ITEM 1.2 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

ADOLPHO LINDENBERG FILHO, brasileiro, engenheiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 4.289.745-2 SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 004.219.258-76, com domicílio comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, 2º andar, Edifício Corporate, Itaim Bibi, CEP 04534-002, na qualidade de Diretor Presidente, e Diretor de Relações com Investidores da Companhia **CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.**, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, bloco "C", 2º andar, CEP 04534-002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.022.042/0001-18, vem, por meio da presente, **DECLARAR** que: **i)** revisou o Formulário de Referência; **ii)** todas as informações contidas no referido documento atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19; e **iii)** o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

São Paulo, 31 de maio de 2021

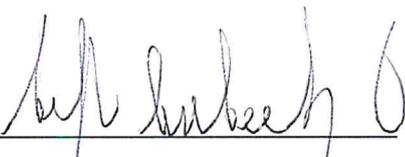


ADOLPHO LINDENBERG FILHO

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ITEM 1.3 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

ADOLPHO LINDENBERG FILHO, brasileiro, engenheiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 4.289.745-2 SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 004.219.258-76, com domicílio comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, 2º andar, Edifício Corporate, Itaim Bibi, CEP 04534-002, na qualidade de Diretor Presidente, e Diretor de Relações com Investidores da Companhia **CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.**, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, bloco "C", 2º andar, CEP 04534-002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.022.042/0001-18, vem, por meio da presente, **DECLARAR** que: **i)** revisou o Formulário de Referência; **ii)** todas as informações contidas no referido documento atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19; e **iii)** o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

São Paulo, 31 de maio de 2021



ADOLPHO LINDENBERG FILHO

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	385-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CPF/CNPJ	49.928.567/0001-11
Data Início	01/01/2013
Descrição do serviço contratado	Auditoria das Demonstrações Financeiras, Revisão Especial das Informações Trimestrais - ITR e Revisão dos Controles Internos e Ambiente de Informática atualmente em utilização.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Referente aos serviços de Auditoria e Revisão das Demonstrações Financeiras os valores pagos foram: para o exercício de 2014 R\$ 96 mil, para o exercício de 2015 R\$ 111 mil, para o exercício de 2016 R\$ 120 mil e para o exercício de 2017 R\$ 126 mil.
Justificativa da substituição	Artigo 31 da Instrução CVM n.º 308, de 14 de maio de 1999, que determina a rotatividade dos auditores independentes a cada período consecutivo de cinco anos.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Ribas Gomes Simões	01/01/2017	166.322.238-00	Rua Henri Dunant, 1383, Morumbi, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04709-111, Telefone (011) 51861000, Fax (011) 51818024, e-mail: risimoes@deloitte.com
Tarcisio Luiz dos Santos	01/06/2015	169.202.088-90	Rua Henri Dunant, 1383, Morumbi, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04709-111, Telefone (011) 51861000, Fax (011) 51818024, e-mail: tasantos@deloitte.com
Walter Dalsasso	01/01/2013	531.252.408-59	Rua Jose Guerra, 127, Chacara Sto Antonio, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04719-030, Telefone (011) 51861000, Fax (011) 51812911, e-mail: wdalsasso@deloitte.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S.
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Data Início	01/01/2018
Descrição do serviço contratado	Auditoria das Demonstrações Financeiras, Revisão Especial das Informações Trimestrais - ITR e Revisão dos Controles Internos e Ambiente de Informática atualmente em utilização.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Referente aos serviços de Auditoria e Revisão das Demonstrações Financeiras os valores para o exercício de 2018 foram R\$ 101 mil, para o exercício de 2019 R\$107 mil e para o exercício de 2020 R\$150 mil.
Justificativa da substituição	Artigo 31 da Instrução CVM n.º 308, de 14 de maio de 1999, que determina a rotatividade dos auditores independentes a cada período consecutivo de cinco anos.

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Fernando Prospero Neto	01/06/2020	076.401.778-04	Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, Vila Conceição, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-011, Telefone (11) 25733300, Fax (11) 25733300, e-mail: fernando.prospero@br.ey.com
Marcos Alexandre Silveira Pupo	01/01/2018	197.375.598-00	Av. Presidente Juscelino Kubitschek,, 1909, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-011, Telefone (011) 25733000, Fax (011) 25733000, e-mail: marcos.a.pupo@br.ey.com
Uilian Dias Castro de Oliveira	01/06/2018	216.771.088-78	Av. Presidente Juscelino Kubitschek,, 1909, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-011, Telefone (011) 25733000, Fax (011) 25733000, e-mail: uilian.castro@br.ey.com

2.3 - Outras Informações Relevantes

2.3 Outras informações relevantes – auditores

Item não aplicável a Companhia.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2020)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)
Patrimônio Líquido	3.301.578,00	1.357.072,00	26.023.490,00
Ativo Total	124.699.288,00	79.872.069,00	45.865.964,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	30.038.667,00	4.590.212,00	7.818.955,00
Resultado Bruto	5.522.322,00	-2.971.979,00	-35.331,00
Resultado Líquido	1.944.984,00	-24.666.417,00	2.499.799,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	372.119	372.119	372.119
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	1,000000	1,000000	1,000000
Resultado Básico por Ação	5,220000	-66,290000	6,720000

3.2 - Medições Não Contábeis

3.2 Medições não contábeis

a) Valor das Medições não contábeis

A Companhia divulgou nos últimos três exercícios sociais as seguintes medições não contábeis:

Receita Operacional Líquida (Em milhares de Reais - R\$)	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Receita de prestação de serviços	6.440	4.626	7.402
Receita de assistência técnica	228	(127)	402
Receita da venda de unidades imobiliárias	26.248	94	15
Impostos incidentes sobre a receita	(2.877)	(515)	(1.005)
Total Receita Operacional Líquida	30.039	4.078	6.814

b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas e EBITDA

Segue, abaixo, o cálculo do nosso EBITDA para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

EBITDA (Em milhares de Reais - R\$)	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Receita Operacional Líquida	30.039	4.076	6.814
Resultado Líquido	1.943	(24.666)	2.500
IR/CSLL	676	(18)	16
Resultado Financeiro	1.206	(938)	(489)
EBITDA	3.825	(25.622)	2.027
Margem EBITDA (%)	12,7%	n/a	29,7%

c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM nº 527/12.

O EBITDA é o resultado líquido antes do Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica ("IRPJ") e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), acrescido de depreciação, amortização e despesas financeiras líquidas. O EBITDA não é uma medida de acordo com os Princípios Contábeis Brasileiros, US GAAP ou IFRS e não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, bem como não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido como indicador do nosso desempenho operacional ou como substituto para o fluxo de caixa como indicador de liquidez.

O EBITDA apresenta limitações que podem prejudicar a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerarem determinados custos decorrentes dos nossos negócios, que poderiam afetar de maneira significativa os nossos lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados. Nos nossos negócios, o EBITDA é utilizado como medida do nosso desempenho operacional. A margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

Entendemos que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão de sua condição financeira e de seu resultado por possibilitar a análise do nosso resultado operacional, sem os efeitos oriundos de sua estrutura de capital, impactos tributários e demais resultados não operacionais. Esta medição permite ainda uma melhor comparação com os resultados de outras companhias do mesmo setor por nivelar os resultados decorrentes das estratégias financeiras e fiscais de cada companhia.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

3.3 Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente.

Não aplicável uma vez que não houve qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras da Companhia.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

3.4 - Política de destinação dos resultados

	2019	2018	2017
Regras sobre retenção de lucros	<p>De acordo com as previsões contidas no Estatuto Social da Companhia e na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), no mínimo, 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício social deverá ser destinado obrigatoriamente para a reserva legal até atingir o montante equivalente à 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal, a Assembleia Geral poderá atribuir aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria uma participação nos lucros, não superior a 10% (dez por cento) do remanescente do resultado do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e contribuição social, nos casos, forma e limites legais.</p> <p>O saldo remanescente do lucro líquido, se houver, será destinado à conta de reserva estatutária, cujo limite máximo será de 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia, para a seguinte finalidade: aumento de capital, distribuição de dividendos futuros e aquisição de ações da Companhia</p>	<p>De acordo com as previsões contidas no Estatuto Social da Companhia e na Lei das Sociedades por Ações, no mínimo, 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício social deverá ser destinado obrigatoriamente para a reserva legal até atingir o montante equivalente à 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal, a Assembleia Geral poderá atribuir aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria uma participação nos lucros, não superior a 10% (dez por cento) do remanescente do resultado do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e contribuição social, nos casos, forma e limites legais.</p> <p>O saldo remanescente do lucro líquido, se houver, será destinado à conta de reserva estatutária, cujo limite máximo será de 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia, para a seguinte finalidade: aumento de capital, distribuição de dividendos futuros e aquisição de ações da Companhia</p>	<p>De acordo com as previsões contidas no Estatuto Social da Companhia e na Lei das Sociedades por Ações, no mínimo, 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício social deverá ser destinado obrigatoriamente para a reserva legal até atingir o montante equivalente à 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal, a Assembleia Geral poderá atribuir aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria uma participação nos lucros, não superior a 10% (dez por cento) do remanescente do resultado do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e contribuição social, nos casos, forma e limites legais.</p> <p>O saldo remanescente do lucro líquido, se houver, será destinado à conta de reserva estatutária, cujo limite máximo será de 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia, para a seguinte finalidade: aumento de capital, distribuição de dividendos futuros e aquisição de ações da Companhia</p>
Valores das retenções de lucros	<p>Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 24 de abril de 2019, os acionistas aprovaram a destinação relativa ao lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, perfazendo um montante total de R\$2.499.799,23, como segue:</p> <p>(a) R\$ 124.989,96 para a constituição de Reserva Legal;</p> <p>(b) R\$693.332,40 distribuídos para os titulares de ações preferências como dividendo mínimo;</p> <p>(c) R\$1.681.476,86 para a reserva de retenção de lucros como caixa adicional da Companhia.</p>	<p>Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 23 de abril de 2018, os acionistas aprovaram a destinação relativa ao lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, perfazendo um montante total de R\$4.603.756,03, como segue:</p> <p>(a) R\$ 230.187,81 para a constituição de Reserva Legal;</p> <p>(b) R\$1.093.392,12 distribuídos a título de dividendos, sendo:</p> <p>(b.1) R\$728.927,10 distribuídos para os titulares de ações preferenciais como dividendo mínimo;</p> <p>(b.2) R\$364.465,02 distribuídos para os titulares de ações ordinárias como dividendo mínimo;</p> <p>(c) R\$3.280.176,36 para a reserva de retenção de lucros como caixa adicional da Companhia.</p>	<p>Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 22 de abril de 2017, os acionistas aprovaram a destinação relativa ao lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, perfazendo um montante total de R\$4.206.197,88 como segue:</p> <p>(a) R\$ 210.309,89 para a constituição de Reserva Legal;</p> <p>(b) R\$998.972,00 distribuídos a título de dividendos, sendo:</p> <p>(b.1) R\$693.332,40 distribuídos para os titulares de ações preferenciais como dividendo mínimo;</p> <p>(b.2) R\$305.639,60 distribuídos para os titulares de ações ordinárias como dividendo mínimo;</p> <p>(c) R\$2.996.915,99 para a reserva de retenção de lucros como caixa adicional da Companhia.</p>
Percentuais em relação aos lucros totais declarados	<p>Em relação ao lucro apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os percentuais de destinação em relação aos lucros totais foram:</p> <p>(a) 5,00% referente à constituição de Reserva Legal;</p> <p>(b) 27,74% referente à distribuição de dividendos para os titulares de ações preferências como dividendo mínimo;</p> <p>(c) 67,26% referente à constituição da reserva de retenção de lucros da Companhia.</p>	<p>Em relação ao lucro apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os percentuais de destinação em relação aos lucros totais foram:</p> <p>(a) 5,00% referente à constituição de Reserva Legal;</p> <p>(b) 15,83% referente à distribuição de dividendos para os titulares de ações preferências como dividendo mínimo;</p> <p>(c) 7,92% referente à distribuição de dividendos para os titulares de ações ordinárias como dividendo mínimo;</p> <p>(d) 71,25% referente à constituição da reserva de retenção de lucros da Companhia.</p>	<p>Em relação ao lucro apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os percentuais de destinação em relação aos lucros totais foram:</p> <p>(a) 5,00% referente à constituição de Reserva Legal;</p> <p>(b) 16,48% referente à distribuição de dividendos para os titulares de ações preferências como dividendo mínimo;</p> <p>(c) 7,27% referente à distribuição de dividendos para os titulares de ações ordinárias como dividendo mínimo;</p> <p>(d) 71,25% referente à constituição da reserva de retenção de lucros da Companhia.</p>
Regras sobre distribuição de dividendos	<p>Conforme disposto no artigo 33 do Estatuto Social da Companhia, então em vigor, os acionistas terão direito anual não cumulativo de, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido</p>	<p>Conforme disposto no artigo 33 do Estatuto Social da Companhia, então em vigor, os acionistas terão direito anual não cumulativo de, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido</p>	<p>Conforme disposto no artigo 33 do Estatuto Social da Companhia, então em vigor, os acionistas terão direito anual não cumulativo de, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido</p>

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	2019	2018	2017
	do exercício, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. A Companhia, por determinação de seus órgãos de Administração, levantar balanços semestrais e, se estes acharem de interesse social, promoverão a distribuição de dividendos trimestrais à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral apurado.	do exercício, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. A Companhia, por determinação de seus órgãos de Administração, levantar balanços semestrais e, se estes acharem de interesse social, promoverão a distribuição de dividendos trimestrais à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral apurado.	do exercício, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. A Companhia, por determinação de seus órgãos de Administração, levantar balanços semestrais e, se estes acharem de interesse social, promoverão a distribuição de dividendos trimestrais à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral apurado.
Periodicidade das distribuições de dividendos	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por determinação de seus órgãos de Administração, levantar balanços semestrais e, se estes acharem de interesse social, promoverão a distribuição de dividendos trimestrais à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral apurado.	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por determinação de seus órgãos de Administração, levantar balanços semestrais e, se estes acharem de interesse social, promoverão a distribuição de dividendos trimestrais à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral apurado.	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por determinação de seus órgãos de Administração, levantar balanços semestrais e, se estes acharem de interesse social, promoverão a distribuição de dividendos trimestrais à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral apurado.
Restrições à distribuição de dividendos	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia. Ademais, a Companhia não está sujeita a restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável à Companhia, nem por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia. Ademais, a Companhia não está sujeita a restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável à Companhia, nem por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia. Ademais, a Companhia não está sujeita a restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável à Companhia, nem por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.
Política de destinação de resultados formalmente aprovada	Não aplicável, dado que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.	Não aplicável, dado que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.	Não aplicável, dado que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2020	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018
Lucro líquido ajustado	1.944.983,65	-24.666.417,82	2.374.809,26
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	0,000000	0,000000	29,195288
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	0,000000	0,000000	9,610000
Dividendo distribuído total	0,00	0,00	693.332,40
Lucro líquido retido	0,00	0,00	1.681.476,86
Data da aprovação da retenção	26/03/2021	24/04/2020	24/04/2019

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
	0,00		0,00			
Dividendo Obrigatório						
Preferencial					693.332,40	30/06/2019

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

3.6 Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

No fim do exercício social é constituída a título de reserva legal, 5% do lucro líquido do exercício até que atinja o montante de 20% do capital social da Companhia. Após a constituição da reserva, obrigatoriamente 6,5% sobre o valor do capital social próprio ou a participação proporcional de 25% do lucro remanescente será destinado a dividendos, ressaltando o direito dos proprietários das ações preferenciais, mencionadas acima. Para 31 de dezembro de 2020, a Companhia não constituiu reserva de lucros e não propôs dividendos, pois absorveu os resultados do exercício com prejuízos acumulados

3.7 - Nível de Endividamento

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável a Companhia

3.8 - Obrigações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável a Companhia

3.9 - Outras Informações Relevantes

3.9 Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

4. Fatores de risco

4.1 - Descrições dos fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo, bem como as demonstrações financeiras, informações trimestrais e respectivas notas explicativas da Companhia. Os negócios da Companhia, situação financeira, resultado operacional, fluxo de caixa, liquidez, negócios futuros e/ou sua reputação poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão da ocorrência de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder todo ou parte substancial de seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar adversamente e de forma relevante os seus negócios. Além disso, deve-se ressaltar que, riscos adicionais não conhecidos atualmente ou considerados irrelevantes também poderão afetar adversamente a Companhia.

Para os fins deste item “4.1. Fatores de Risco” e do item “4.2. Riscos de Mercado”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez negócios futuros e/ou sua reputação da Companhia, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas neste item “4.1. Fatores de Risco” e no item “4.2. Riscos de Mercado” devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão deste item “4.1. Fatores de Risco” e do item “4.2. Riscos de Mercado”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens deste item “4.1. Fatores de Risco” e do item “4.2. Riscos de Mercado”.

(a) com relação à Companhia

Dependemos da disponibilidade de financiamento para suprir nossas necessidades de capital de giro e de recursos para aquisição de terrenos, bem como para financiar aquisições de imóveis por compradores de imóveis em potencial.

Para o exercício de nossas atividades necessitamos de volumes significativos de capital de giro e de recursos para aquisição de terrenos. Dessa forma, dependemos de empréstimos bancários e do caixa gerado por nossas atividades para suprir nossas necessidades de capital de giro. Para o crescimento e desenvolvimento futuros das nossas atividades, podemos, portanto, ter necessidade de levantar capital adicional por meio de empréstimos bancários, ou da emissão de títulos de dívida, bem como por meio de aportes de capital de nossos acionistas, investidores, ou da emissão de ações. Adicionalmente, a maioria dos compradores em potencial também dependem de financiamento para adquirir seus imóveis.

Não podemos assegurar que haverá disponibilidade de financiamento com condições satisfatórias para nós ou para compradores de imóveis em potencial. Mudanças nas regras de financiamento do Sistema Financeiro da Habitação (com recursos provenientes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos) e do Sistema Financeiro Imobiliário, a falta de disponibilidade de recursos no mercado para obtenção de financiamento ou um aumento das taxas de juros podem prejudicar nossa capacidade e a capacidade ou disposição de compradores em potencial para tomar financiamentos, restringindo, assim, o crescimento e desenvolvimento futuros das nossas atividades, e reduzindo a demanda pelos nossos imóveis. Nesta hipótese, poderemos necessitar de capital ou financiamento adicional antes do previsto ou ser obrigados a adiar alguns de nossos novos planos de incorporação e expansão ou, ainda, abrir mão de oportunidades de mercado.

Nossa capacidade de pagar e refinarar nossa dívida, financiar nossos investimentos planejados dependerá da nossa capacidade de gerar receita no futuro. Não podemos garantir que nossas atividades gerarão fluxo de caixa operacional suficiente e/ou que teremos acesso no futuro a financiamentos em

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

valor e condições suficientes que nos permitam pagar nossa dívida ou financiar outras necessidades de caixa.

Futuros instrumentos de empréstimo como linhas de crédito, podem conter cláusulas mais restritivas – principalmente devido à recente crise econômica e à falta de disponibilidade de crédito e/ou podem exigir que tenhamos que hipotecar ativos como garantia dos empréstimos tomados.

A dificuldade de obter capital adicional em termos satisfatórios poderá atrasar e impedir a expansão ou afetar adversamente os nossos negócios. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2020, nosso caixa era de R\$10,168 milhões, a dívida total (a soma de todas as dívidas corporativas e financiamentos a terreno e produção) da Companhia era de R\$33,720 milhões.

Nosso sucesso depende significativamente da eficiência de nossa estratégia de marketing e da nossa capacidade em oferecer aos clientes uma experiência de consumo com qualidade diferenciada.

Quaisquer incidentes que reduzam a confiança do consumidor e dos nossos clientes ou a afinidade deles com a nossa estratégia de marketing, nossa oferta de empreendimentos imobiliários e a experiência de consumo com qualidade diferenciada podem reduzir de forma significativa o nosso valor, tal como ocorrido com a pandemia de COVID-19. Se os consumidores e os nossos clientes perceberem ou experimentarem uma redução na qualidade do serviço, produto, do ambiente ou de qualquer forma acreditarem que não proporcionamos uma experiência consistentemente positiva, nossos negócios e nossos resultados operacionais podem ser afetados de forma negativa.

O reconhecimento pelo mercado é essencial para a atratividade dos empreendimentos imobiliários e para o sucesso financeiro. Caso nosso plano estratégico não seja eficiente ou se nossos concorrentes fizerem investimentos mais significativos do que os nossos em marketing, e no desenvolvimento de empreendimentos imobiliários diferenciados, podemos não conseguir atrair novos clientes ou os clientes existentes podem não retornar aos nossos negócios, afetando nossos negócios e resultados operacionais de forma negativa.

Nossos processos de gestão e compliance podem falhar em detectar comportamentos contrários à legislação e regulamentação aplicáveis e aos nossos padrões de ética e conduta, podendo ocasionar impactos adversos relevantes sobre nossos negócios, nossa situação financeira, nossos resultados operacionais e sobre a cotação de nossas ações.

Estamos sujeitos à Lei nº 12.846/13 (“Lei Anticorrupção”), que impõe responsabilidade objetiva às empresas, no âmbito cível e administrativo, por atos de corrupção e fraude, praticados por seus administradores, colaboradores ou terceiros atuando em seu nome ou benefício. Dentre as sanções estão: multas; perda de benefícios ilicitamente obtidos; proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público; suspensão de operações corporativas; confisco de ativos e dissolução da pessoa jurídica envolvida na conduta ilícita; dentre outras sanções que, se aplicadas, podem afetar adversamente nossos resultados.

Nossos processos de gestão e *compliance* podem não ser capazes de detectar (i) violações à Lei Anticorrupção ou outras violações relacionadas, (ii) ocorrências de comportamentos fraudulentos e desonestos por parte de nossos administradores, funcionários, pessoas físicas e jurídicas contratadas e outros agentes que possam nos representar, ou (iii) outras ocorrências de comportamentos não condizentes com princípios éticos, que possam afetar adversamente nossa reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais, ou a cotação de nossas ações de forma negativa.

A perda de membros da nossa alta administração, ou a nossa incapacidade de atrair e manter pessoal adicional para integrá-la, pode ter um efeito adverso relevante sobre os nossos negócios.

Nossa capacidade de manter posição competitiva depende em larga escala dos serviços da nossa alta administração. Estas pessoas não estão sujeitas a contrato de trabalho de longo prazo ou de não concorrência. Assim, não podemos garantir que teremos sucesso em atrair e manter pessoal qualificado para integrar a nossa alta administração e acompanhar o ritmo de nosso crescimento. De qualquer forma, a perda dos serviços dos membros da nossa alta administração ou a incapacidade de atrair e manter pessoal adicional para integrá-la pode causar um efeito adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos podem causar efeitos adversos para a nós.

Somos ou poderemos vir a ser réus em processos judiciais, administrativos e arbitrais, nas esferas cível, criminal, tributária e trabalhista, cujos resultados podem ser desfavoráveis. Decisões contrárias aos nossos interesses, aos interesses de nossos administradores e/ou de nossos acionistas controladores, ou ainda aos nossos prognósticos de perda, poderão representar perdas financeiras e impedir a realização de nossos projetos conforme inicialmente planejados, podendo afetar adversamente nossa reputação, nossos negócios ou resultados. O valor de provisões feitas por nós poderá ser inferior ao valor total das condenações referentes aos processos citados acima.

Da mesma forma, um ou mais de nossos administradores e/ou nossos administradores podem vir a ser réus em processos judiciais, administrativos e arbitrais, nas esferas cível, criminal, tributária e trabalhista, cuja instauração e/ou resultados podem afetá-los negativamente, especialmente se forem processos de natureza criminal, eventualmente impossibilitando-os ao exercício de suas funções na Companhia, o que poderá causar efeito adverso relevante na nossa reputação, nos nossos negócios ou nos nossos resultados, direta ou indiretamente.

Para mais informações acerca das ações judiciais promovidas contra a Companhia, veja os itens 4.3 a 4.7 deste Formulário de Referência.

A Companhia pode não dispor de seguro suficiente para se proteger contra perdas substanciais, o que pode afetar adversamente os negócios ou sua condição financeira.

A Companhia mantém apólices de seguro com cobertura de certos riscos em potencial, como riscos de engenharia civil e cruzada, incêndio, desmoronamentos, raios, explosão de gás e possíveis erros de construção. Todavia, a Companhia não pode garantir que a sua cobertura estará sempre disponível ou será sempre suficiente para cobrir eventuais danos decorrentes de tais sinistros. Além disso, existem determinados tipos de riscos que podem não estar cobertos por suas apólices, tais como, exemplificativamente, guerra, caso fortuito, força maior ou interrupção de certas atividades. Ademais, a Companhia pode ser obrigada ao pagamento de multas e outras penalidades em caso de atraso na entrega das unidades comercializadas, penalidades que não se encontram cobertas pelas apólices de seguro da Companhia. Adicionalmente, a Companhia não tem como garantir que, quando do vencimento de suas atuais apólices de seguro, conseguirá renová-las em termos suficientes e favoráveis. Por fim, sinistros que não estejam cobertos pelas apólices da Companhia ou a impossibilidade de renovação de apólices de seguro podem afetar adversamente os negócios ou a condição financeira da Companhia.

O valor de mercado dos terrenos que mantemos em estoque pode cair, o que poderá impactar adversamente nosso resultado operacional.

O valor de terrenos mantidos em estoque e que venham a ser adquiridos poderá variar significativamente entre a data de suas aquisições e a incorporação dos empreendimentos aos quais se destinam, em consequência das condições econômicas, regulatórias ou de mercado. Dessa maneira, eventual queda do valor de mercado dos terrenos mantidos em estoque impactará, também, o custo de oportunidade do capital que foi aplicado no terreno, afetando adversamente a receita financeira da Companhia.

Podemos incorrer em custos não previstos e em atrasos para a conclusão de projetos.

Nossas atividades envolvem a incorporação, construção e venda de empreendimentos residenciais. Dentre os principais riscos relacionados aos nossos projetos, ressaltamos a duração dos trâmites internos das Prefeituras competentes, a necessidade de regularização das áreas dos imóveis e de eventuais pendências a eles relacionadas, a obtenção de licenças ambientais, possibilidade de exigências formuladas pelos órgãos envolvidos que demandem tempo para sua execução e cumprimento, possibilidade de alterações na lei de zoneamento e/ou no plano diretor estratégico aplicável que impossibilitem as construções e/ou reformas inicialmente previstas, ocorrência de custos acima do orçado, eventual necessidade do aval dos proprietários dos imóveis locados e dos outorgantes da superfície para realização de obras nos imóveis, e, conseqüentemente, o não cumprimento dos prazos de entrega e conclusão dos projetos. Tais riscos podem resultar na possibilidade de termos que adiantar recursos para cobrir tais custos acima do orçado e/ou de incorrermos em atraso no início de geração de receitas de vendas. Tais fatores podem reduzir as taxas de retorno de determinado projeto e/ou afetar nossos negócios e resultados operacionais de forma negativa.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Podemos não pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas titulares de nossas ações.

De acordo com nosso Estatuto Social, devemos pagar aos nossos acionistas 25% de nosso lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sob a forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou então retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio. Podemos não pagar dividendos aos nossos acionistas em qualquer exercício social se nossos administradores manifestarem ser tal pagamento desaconselhável diante de nossa situação financeira e se nossos acionistas deliberarem por não os distribuir, o que pode afetar adversamente, inclusive, a cotação de nossas ações e a nossa imagem.

Reconhecemos a receita de vendas proveniente de nossos empreendimentos à medida em que os custos de construção são incorridos, proporcionalmente ao custo total orçado. Com isso, o ajuste do custo de um projeto de incorporação pode reduzir ou eliminar a receita e o lucro anteriormente apurados.

A receita de venda de nossas unidades ainda é reconhecida à medida em que os custos de construção são incorridos, proporcionalmente ao custo total orçado. As estimativas de custo total orçado são regularmente revisadas, conforme a evolução das obras, e os ajustes com base nesta revisão são refletidos nos resultados da Companhia do período em que a revisão é efetuada. Quando as revisões apontam um aumento da estimativa de custos, é necessário registrar uma redução na receita previamente reconhecida, gerando um impacto negativo em nossos resultados operacionais.

Adicionalmente, os contratos de venda de nossos empreendimentos estão sujeitos a serem cancelados no período entre a sua assinatura e a sua quitação, retornando à unidade imobiliária aos estoques da Companhia, com o consequente estorno de parte da receita apropriada daquele contrato ao longo do período, podendo gerar um impacto negativo em nossos resultados operacionais.

Modificações nas práticas contábeis adotadas no Brasil em função de sua convergência às práticas contábeis internacionais (IFRS) podem afetar adversamente nossos resultados.

Em 2016, o CPC emitiu o CPC 47 Receita de Contrato com Cliente, novo pronunciamento contábil que trata do reconhecimento de receita, com aplicação inicial no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Até 31 de dezembro de 2017, quando terminou a vigência do CPC 30 Receita de Contrato com cliente (revogado), a Companhia reconheceu a receita referente aos contratos de incorporação imobiliária utilizando a metodologia do POC (*Percentage of Completion method*), que consiste no reconhecimento da receita com base percentual de evolução da obra, baseado no custo de construção incorrido ao longo da execução da obra, seguindo as disposições da Orientação Técnica OCPC 04 - Aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de Incorporação Imobiliária Brasileiras.

O CPC constituiu um grupo de trabalho em 2016 para analisar os impactos da adoção do IFRS 15 (e, conseqüentemente, do CPC 47) para entidades de incorporação imobiliária e, como resultado das discussões desse grupo, uma revisão do OCPC 04 (versão R1) foi colocada em audiência pública no ano de 2017. Como parte desse processo, o CPC efetuou uma consulta sobre o tema ao *IFRS Interpretations Committee* (IFRS IC) contendo considerações sobre as características comuns de contratos de incorporação imobiliária no Brasil, o qual analisou o assunto inicialmente em sua reunião de setembro de 2017, e, após um período em que sua decisão de agenda tentativa esteve disponível para comentários, finalizou a discussão em março de 2018, tendo concluído que nenhum dos critérios para reconhecimento de receita ao longo do tempo previstos no parágrafo 35 do IFRS 15 foram atendidos, e, dessa forma, para aqueles contratos a entidade deveria reconhecer a receita em um momento específico no tempo e não utilizando a metodologia POC.

Em 12 de dezembro de 2018, as Superintendências de Normas Contábeis e de Auditoria (SNC) e de Relações com Empresas (SEP) emitiram o Ofício circular/CVM/SNC/SEP/n.º 02/2018 o qual descreve manifestação da CVM a respeito da aplicação do CPC 47 para entidades brasileiras do setor de incorporação imobiliária, registradas na CVM, asseverando que um nível elevado de distratos observados no setor não coloca em questionamento o reconhecimento da receita pelo POC para os principais contratos da Companhia – contratos de compra e venda de unidades imobiliários com quitação do com saldo devedor por um banco privado, devendo ser efetuado o ajustamento contábil por meio de “provisões para distratos”.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O Ofício circular afirma que a aplicação do método de reconhecimento de receita pelo POC exige por parte da Administração da Companhia a existência e funcionamento de sistemas robustos de controles internos para o perfeito atendimento do atributo fundamental da representação fidedigna.

Em 18 de fevereiro de 2019, o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON, emitiu o Comunicado Técnico 1/2019, objetivando orientar os auditores independentes na emissão de relatórios de auditoria das Demonstrações Financeiras elaboradas por entidades de incorporação imobiliária registradas na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

A administração da Companhia, objetivando ter um alinhamento de suas práticas contábeis analisou seu contrato com o cliente e seu o monitoramento contínuo dos contratos e sua estrutura de controles internos relacionadas ao controle dos seus custos incorridos e, levando em consideração a interpretação dada pelo Ofício circular/CVM/SNC/SEP/n.º 02/2018, decidiu por continuar a reconhecer a receita com base na metodologia POC.

Todavia, caso seja requerida a preparação de demonstrações financeiras levando-se em consideração a interpretação dada pelo IFRS-IC, estas deverão apresentar situação patrimonial e financeira significativamente diferente daquela atualmente divulgada pela Companhia.

Podemos enfrentar dificuldades para localizar terrenos atraentes e aumentos no preço de terrenos poderão elevar nossos custos de vendas, diminuir nosso lucro e, conseqüentemente, nos afetar adversamente.

Nosso crescimento contínuo depende, em grande parte, de nossa capacidade de continuar a adquirir terrenos a custo razoável. O preço dos terrenos é um dos componentes mais importantes do custo dos nossos empreendimentos. À medida que outras incorporadoras entram no setor brasileiro de incorporação de empreendimentos residenciais ou aumentam suas operações nesse setor, os preços dos terrenos poderão subir significativamente, principalmente o Estado de São Paulo, nossa região de atuação, podendo haver escassez de terrenos adequados em razão do aumento da demanda ou diminuição da oferta.

A conseqüente elevação dos preços de terrenos poderá aumentar o custo de vendas e diminuir os nossos ganhos, visto que poderá não ser possível transferir essa diferença de preço aos eventuais compradores de nossos empreendimentos. Assim, poderemos ter dificuldade em adquirir terrenos adequados por preços razoáveis no futuro, o que poderá nos afetar adversamente.

Podemos enfrentar situações de potencial conflito de interesses em negociações com partes relacionadas.

Possuímos receitas, custos e despesas decorrentes de transações com partes relacionadas. Contratações com partes relacionadas podem gerar situações de potencial conflito de interesses entre as partes. Caso essas situações de conflito de interesses se configurem, poderá haver impacto negativo para os nossos negócios, o que poderá vir a causar um impacto adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados, bem como a nossos acionistas.

Caso as parcerias da Companhia não sejam bem sucedidas ou caso a Companhia não consiga manter um bom relacionamento com os seus sócios ou parceiros, seus negócios e operações podem ser afetados negativamente.

Além das parcerias já formadas atualmente, caso surjam novas oportunidades, a Companhia poderá desenvolver novas parcerias com outras incorporadoras e construtoras com o objetivo de aumentar o número de empreendimentos em que participa, reduzir custos de aquisição de terrenos e diversificar a sua carteira de projetos. A manutenção de bom relacionamento com seus sócios/parceiros e com as incorporadoras e construtoras parceiras é condição essencial para o sucesso dessas parcerias. A Companhia não tem como assegurar que será capaz de manter o bom relacionamento com qualquer um de seus sócios e parceiros. Também não tem como assegurar que suas parcerias serão bem sucedidas e produzirão os resultados esperados. Problemas na manutenção de suas parcerias, bem como dificuldades de atender adequadamente às necessidades de seus clientes em razão do insucesso das mesmas, poderão afetar negativamente seus negócios, resultado operacional e financeiro e fluxo de caixa.

Estamos sujeitos a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados e podemos ser afetados adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

No ano de 2018, foi sancionada a Lei Geral de Proteção de Dados, conforme alterada (Lei nº 13.709/2018 – “LGPD”), que entrará em vigor no mês de agosto de 2020 e transforma o modo pelo qual a proteção de dados pessoais no Brasil é regulada e tratada. A LGPD estabelece um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais e prevê, entre outros, os direitos dos titulares de dados pessoais, as bases legais aplicáveis à proteção de dados pessoais, os requisitos para obtenção de consentimento, as obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança e vazamentos e a transferências de dados, bem como a autorização para a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

Caso não estejamos em conformidade com a LGPD, nós e nossas subsidiárias podemos estar sujeitas às sanções, de forma isolada ou cumulativa, de advertência, obrigação de divulgação de incidente, bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais e multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R\$50.000.000 (cinquenta milhões de reais) por infração. Além disso, podemos ser responsabilizados por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por nós e ser considerados solidariamente responsáveis por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por nós e nossas subsidiárias, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

Desta forma, embora a Companhia esteja trabalhando para implementar uma Política de Proteção de Dados, falhas no tratamento de dados pessoais bem como a inadequação à legislação aplicável, podem acarretar multas elevadas, divulgação do incidente para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base, e até a suspensão de suas atividades, o que poderá afetar negativamente nossa reputação e nossos resultados e, conseqüentemente, o valor de nossas ações.

A utilização de mão de obra terceirizada pode implicar na assunção de obrigações de natureza trabalhista e previdenciária.

A Companhia e suas subsidiárias possuem um número reduzido de empregados próprios. A utilização de mão de obra terceirizada por parte das subsidiárias, especialmente no que diz respeito à contratação de empreiteiras e subempreiteiras, pode implicar na assunção de contingências de natureza trabalhista e previdenciária. A assunção de tais contingências é inerente à contratação de terceiros, uma vez que pode ser atribuída às tomadoras de serviços a responsabilidade subsidiária ou solidária pelos débitos trabalhistas e previdenciários dos empregados das empresas prestadoras de serviços. A Companhia, por sua vez, pode vir a responder pelas eventuais contingências trabalhistas e previdenciárias relativas às suas subsidiárias, independentemente de ser assegurado à Companhia e as subsidiárias o direito de ação de regresso contra as empresas prestadoras de serviços. A ocorrência de eventuais contingências é de difícil previsão e quantificação, e se vierem a se consumir poderão afetar adversamente a situação financeira e os resultados da Companhia.

O descasamento entre as taxas utilizadas para a indexação de nossas receitas e as taxas utilizadas para a indexação de nossas despesas poderá impactar negativamente a nossa situação financeira e nossos resultados operacionais.

A maior parte das nossas receitas decorrem das vendas das unidades dos empreendimentos que lançamos, que são reajustadas em duas fases: durante a fase de construção e após a fase de construção. Geralmente, durante a fase de construção do empreendimento, utilizamos o INCC/FGV e, após essa fase, o IGPM/FGV. A maior parcela de nossas despesas, que está relacionada à atividade de construção, é reajustada pelo INCC. Caso, no futuro, haja o desbalanceamento entre estes índices e, conseqüentemente, não seja possível reajustarmos as nossas receitas na proporção do reajuste experimentado por nossas despesas, nossa situação financeira e resultados operacionais poderão ser prejudicados.

Interpretação na aplicação da Legislação Tributária Brasileira.

A Companhia e as sociedades controladas e coligadas estão sujeitas a determinação do imposto de renda e das contribuições (i) social sobre o lucro; (ii) ao Programa de Integração Social (PIS) e ao Financiamento da Seguridade Social (COFINS), tendo como base de cálculo as receitas, como definido na Legislação Tributária correspondente. Em alguns casos, é necessário um julgamento significativo para determinar a receita tributável, já que a mesma não coincide com a mesma reconhecida de acordo com as práticas contábeis.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A administração da Companhia efetua os julgamentos de acordo com a estratégia adotada para tributação dos negócios e, quando aplicável, apoiado em opiniões de seus consultores jurídicos.

Estamos sujeitos a riscos normalmente associados à concessão de financiamento.

Oferecemos financiamento a compradores de nossas unidades residenciais por meio de contrato de venda em parcelas que (i) durante a construção, são indexadas ao INCC, conforme medido pela FGV, e (ii) após a emissão do habite-se pela autoridade local, sofrem a incidência de juros e correção por índices diversos. Estamos sujeitos aos riscos normalmente associados à concessão desses financiamentos, como o risco de inadimplemento do principal e dos juros e o risco de aumento em nosso custo de captação de recursos, o que pode afetar adversamente nosso fluxo de caixa. Ademais, de acordo com a legislação brasileira, observadas algumas condições no caso de inadimplemento após a entrega, temos o direito de instituir ações judiciais para receber os valores devidos e retomar a posse da unidade do comprador inadimplente, mas a sentença definitiva em relação a tais ações leva, em geral, no mínimo dois anos para ser proferida e poderiam ser desfavoráveis a nós. Além disso, depois de recuperarmos a posse da unidade, normalmente a vendemos por um preço inferior ao previamente estabelecido no contrato de venda precedente. Assim sendo, não há garantia que conseguiremos recuperar o valor total em aberto nos termos de qualquer contrato de venda em prestações, caso o comprador fique inadimplente, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre nossa situação financeira e resultados operacionais.

A extensão da pandemia declarada pela Organização Mundial da Saúde devido à propagação da COVID-19, a percepção de seus efeitos, ou a forma como a pandemia afetará nossos negócios depende de desenvolvimentos futuros, que são incertos e imprevisíveis e podem afetar material e adversamente nossos negócios, condição financeira, resultados de operações e fluxos de caixa e, finalmente, nossa capacidade de continuar a operar nossos negócios.

Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como a provocada pelo zika vírus, a provocada pelo vírus ebola, pelo vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), a febre aftosa, pelo vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), a síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e a síndrome respiratória aguda grave (SARS) afetaram determinados setores da economia dos países em que essas doenças se propagaram. Em 11 março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a pandemia da COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2). Na prática, a declaração significou o reconhecimento pela OMS de que, desde então, o vírus se disseminou por diversos continentes com transmissão sustentada entre as pessoas.

A pandemia da COVID-19 demandou medidas restritivas por parte de autoridades governamentais mundiais, com o objetivo de proteger a população, resultando em restrição no fluxo de pessoas, incluindo quarentena e lockdown, restrições a viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução generalizada de consumo. No Brasil, estados e municípios, incluindo das localidades em que nós operamos, adotaram as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde, adotando medidas para controlar a propagação da doença, como restrição à circulação e o isolamento social, que resultaram no fechamento de restaurantes, hotéis, shopping centers, áreas de grande circulação, parques e demais espaços públicos.

A Companhia adotou uma política de teletrabalho parcial para seus funcionários administrativos a fim de manter uma baixa ocupação das suas instalações físicas, além das demais medidas de prevenção como uso obrigatório de máscaras e disponibilização de álcool em gel. Essa política pode afetar nossa produtividade, ocasionar eventuais erros e atrasos nas nossas operações, bem como causar outras interrupções nos negócios.

Além disso, como resultado da desaceleração econômica no Brasil, nossos clientes podem renegociar acordos existentes, com possíveis aumentos de inadimplência, o que pode nos forçar a manter parte de nossos ativos sem ocupação e, portanto, afetar adversamente nossos resultados de operações e nossa condição financeira.

A pandemia pode, também, causar perturbações materiais em nossos negócios e operações no futuro como resultado de, por exemplo, quarentenas, ciberataques, absenteísmo do trabalhador como resultado de doença ou outros fatores como medidas de distanciamento social, viagens ou outras restrições. Se uma porcentagem significativa de nossa força de trabalho não puder trabalhar, inclusive por motivo de

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

doença ou viagens ou restrições governamentais relacionadas com a pandemia, nossas operações podem ser adversamente afetadas. Um período prolongado de trabalho remoto também pode aumentar nossos riscos operacionais, incluindo, mas não limitado a riscos de cibersegurança, o que pode prejudicar nossa capacidade de gerenciar e operar nossos negócios.

O alcance total do impacto da pandemia da COVID-19 sobre nossos negócios e resultados operacionais depende dos desdobramentos futuros, inclusive a duração e a disseminação da pandemia, que são incertos e imprevisíveis, especialmente no Brasil, de seu impacto sobre os mercados de capital e financeiro e qualquer nova informação que possa surgir sobre a gravidade do vírus, de sua disseminação para outras regiões, das ações tomadas para contê-la, entre outras.

Não temos conhecimento de eventos comparáveis que possam fornecer uma orientação quanto ao efeito da disseminação da COVID-19 e de uma pandemia global e, como resultado, o impacto final do surto da COVID-19 é incerto. Para informações sobre o impacto da COVID em nossas atividades, vide item 10.9 deste Formulário de Referência. Até a data deste Formulário de Referência, não há informações adicionais disponíveis para que pudéssemos realizar uma avaliação a respeito do impacto do surto da COVID-19 em nossos negócios. Na data deste Formulário de Referência, não é possível assegurar se, futuramente, tal avaliação será prejudicada, tampouco é possível assegurar que não haverá incertezas sobre a capacidade de a Companhia continuar operando seus negócios.

Por essa razão, os impactos financeiros da pandemia da COVID-19 ainda não estão totalmente dimensionados neste Formulário de Referência.

Por fim, mesmo após a diminuição do surto da COVID-19, uma recessão e/ou desaceleração econômica global, notadamente no Brasil, incluindo aumento do desemprego, pode resultar em (i) menor atividade comercial e de consumo; (ii) receio dos consumidores e (iii) aumento do inadimplemento dos clientes.

Qualquer surto de uma doença que afete o comportamento das pessoas ou que demande políticas públicas de restrição à circulação de pessoas e/ou de contato social pode ter um impacto adverso nos nossos negócios, bem como na economia brasileira. Surtos de doenças também podem impossibilitar que nossos funcionários se dirijam às nossas instalações (incluindo por prevenção ou por contaminação em larga escala de nossos colaboradores), o que prejudicaria o regular desenvolvimento dos nossos negócios.

Não podemos garantir que outros surtos regionais e/ou globais não acontecerão. E, caso aconteçam, não podemos garantir que seremos capazes de impedir um impacto negativo em nossos negócios de dimensão igual ou superior ao impacto provocado pela pandemia de COVID-19.

O impacto da pandemia da COVID-19 também pode precipitar ou agravar os outros riscos discutidos neste Formulário de Referência.

A não obtenção, atrasos, ou o cancelamento de licenças ou alvarás, podem impactar os nossos negócios.

A implementação dos nossos empreendimentos e projetos está condicionada à obtenção de licenças e alvarás exigidos pela legislação aplicável, tais como a regulamentação ambiental e de zoneamento. A obtenção dessas licenças e alvarás está sujeita à outorga, pelas autoridades governamentais competentes e à fiscalização de órgãos governamentais, tais como o Ministério Público. A não obtenção, atrasos, embargos ou cancelamentos dessas licenças e/ou alvarás, por qualquer razão, inclusive por ação do Ministério Público, poderá levar à interrupção ou cancelamento da implementação dos nossos empreendimentos e/ou projetos, o que poderá causar um impacto negativo adverso relevante sobre nossas atividades e negócios.

Uma relativa escassez de corretores imobiliários diante do volume de lançamentos pode implicar em dificuldades na mobilização comercial de nossos produtos.

Dependemos da atuação de corretores imobiliários para vender nossos imóveis comerciais e residenciais. Com o aumento do volume de lançamentos, caso haja uma escassez de corretores imobiliários ou caso tais corretores não sejam qualificados para vender de maneira satisfatória nossas construções, podemos ter dificuldade na mobilização comercial dos nossos produtos, gerando formação bruta de estoque, o que poderá impactar negativamente nossas operações.

A volatilidade e falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores investirem em ações da Companhia, e de vendê-las pelo preço e na ocasião que desejarem.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais. O mercado de ações brasileiro é significativamente mais concentrado do que maiores mercados de ações como, por exemplo, o dos Estados Unidos. Isto significa que uma grande parte dos volumes negociados gira em torno de poucos papéis. Essas características do mercado de capitais brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender ações da Companhia pelo preço e na ocasião desejados, o que poderá ter efeito substancialmente adverso nos preços das ações de emissão da Companhia.

O preço de mercado das ações de emissão da Companhia poderá flutuar por diversas razões, incluindo os fatores de risco mencionados neste Formulário de Referência ou por motivos relacionados ao seu desempenho.

(b) com relação aos Acionistas Controladores da Companhia

Os interesses de nosso acionista controlador podem divergir dos interesses dos acionistas minoritários.

Nossos acionistas controladores têm poderes, entre outros, para eleger a maioria dos membros do conselho de administração e determinar o resultado de qualquer ato que exija a aprovação dos acionistas, inclusive operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações, associações, cronograma de pagamento de dividendos, observadas as exigências de pagamento de dividendos impostas nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Nossos acionistas controladores podem ter interesse em viabilizar aquisições, alienações, associações, financiamentos ou operações semelhantes que podem divergir dos interesses de nossos acionistas minoritários, o que pode impactar adversamente a cotação das nossas ações e a nossa imagem.

(c) com relação aos acionistas

Poderemos vir a precisar de capital adicional no futuro, por meio da emissão de valores mobiliários, o que poderá resultar em uma diluição da participação do investidor no nosso capital social.

Podemos vir a ter que captar recursos adicionais e poderemos optar por obtê-los por meio da colocação pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ou permutáveis por elas. A obtenção de recursos, pela Companhia, por meio da emissão de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, poderá resultar em alteração na quantidade de ações em circulação e no preço das ações, e, conseqüentemente, na diluição da participação acionária dos referidos acionistas, que poderão passar a ter menor participação proporcional em rendimentos e menor poder de influência nas decisões tomadas pela Companhia, caso não exerçam, por qualquer motivo, seus direitos de preferência na subscrição de novas ações emitidas em decorrência de tais novas ofertas de ações para obtenção de capital adicional no futuro. Na hipótese de financiamentos públicos ou privados não estarem disponíveis, ou caso assim decidam os acionistas, tais recursos adicionais poderão ser obtidos por meio de aumento de nosso capital social. Qualquer recurso adicional obtido por meio de aumento do nosso capital social poderá diluir a participação do investidor no nosso capital social.

(d) com relação às controladas e coligadas da Companhia

Os nossos resultados dependem dos recursos disponibilizados por nossas subsidiárias, contudo, não podemos assegurar que estes recursos serão disponibilizados.

Somos uma companhia que controla ou participa do capital de diversas outras sociedades do setor imobiliário. Nossa capacidade de cumprirmos com nossas obrigações financeiras e de pagarmos dividendos aos nossos acionistas depende do fluxo de caixa e dos lucros das nossas subsidiárias, bem como da distribuição desses lucros à Companhia. Algumas de nossas subsidiárias são sociedades de propósito específico ("SPEs"), que efetuam a incorporação imobiliária por meio de Patrimônio de Afetação e, por força dos requerimentos legais, tais sociedades não podem pagar dividendos, exceto se os recursos disponíveis sejam suficientes para o pagamento de todas as suas obrigações. Não há garantia de que tais recursos nos serão disponibilizados ou que serão suficientes para o cumprimento das nossas obrigações financeiras e o pagamento de dividendos aos nossos acionistas.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Eventual processo de liquidação da Companhia ou de suas subsidiárias pode ser conduzido em bases consolidadas.

O Judiciário brasileiro ou os nossos próprios credores e/ou de empresas de nosso grupo econômico podem determinar a condução de eventual processo de liquidação da Companhia e/ou empresa de seu grupo econômico como se fossem uma única sociedade (Teoria da Consolidação Substancial). Caso isso aconteça, os nossos acionistas poderão ser negativamente impactados pela perda de valor da Companhia em caso de destinação de seu patrimônio para pagamento dos credores de outras empresas do nosso grupo econômico

Participação da Companhia em SPEs poderá resultar em riscos adicionais.

Os investimentos da Companhia em SPEs com outros incorporadores imobiliários e construtoras incluem, dentre outros, o risco de os sócios da Companhia enfrentarem dificuldades financeiras, inclusive falência. De acordo com a legislação brasileira, a Companhia, na qualidade de sócia das SPEs, pode se tornar responsável pelas obrigações das mesmas, especialmente com relação às obrigações de natureza tributária, trabalhista, ambiental e de defesa do consumidor, o que pode afetá-la diretamente. Além disso, seus interesses econômicos e comerciais podem ser divergentes daqueles dos sócios, o que poderá demandar investimentos e serviços adicionais para a Companhia, afetando adversamente seus resultados.

(e) com relação aos fornecedores da Companhia

Aumentos no preço de matérias-primas podem elevar o custo de empreendimentos e reduzir os nossos lucros.

As matérias-primas básicas utilizadas por nós na construção de empreendimentos imobiliários podem sofrer aumentos de preço em valores superiores àqueles apurados pelos índices de reajustamento dos contratos por nós celebrados, inclusive em virtude da ocorrência de alterações na legislação tributária e trabalhista, com a alteração de alíquotas de impostos ou criação de novos tributos, o que pode causar uma diminuição na rentabilidade desses empreendimentos e conseqüentemente de nossa situação financeira. O custo dos prestadores de serviços, especialmente a mão de obra utilizada, também pode sofrer aumentos acima dos índices, levando à perda de margens de rentabilidade nos empreendimentos em que isso ocorrer.

Eventuais atrasos ou falhas na prestação de serviços pelas construtoras por nós contratadas podem ter um efeito adverso em nossa imagem e em nossos negócios e nos sujeitar à imposição de responsabilidade civil.

Além de adquirir materiais de construção utilizados por nós na construção de empreendimentos imobiliários como concreto, blocos de concreto, aço, tijolos, janelas, portas, telhas e tubulações, também terceirizamos parte dos serviços de construção de que necessitamos para desenvolver nossos empreendimentos. Deste modo, o prazo e a qualidade dos empreendimentos dos quais participamos dependem de fatores que estão fora do nosso controle como, por exemplo, a qualidade do material de construção para obras e a capacitação técnica dos profissionais e colaboradores terceirizados. Eventuais falhas, atrasos ou defeitos na prestação dos serviços pelas construtoras por nós contratadas podem ter um efeito negativo em nossa imagem e no nosso relacionamento com os clientes, podendo impactar negativamente os nossos negócios e operações.

Adicionalmente, conforme o disposto no artigo 618 da Lei nº 10.406 do Código Civil, estamos obrigados a prestar garantia limitada ao prazo de cinco anos sobre defeitos estruturais em nossos empreendimentos e podemos vir a ser demandados com relação a tais garantias, o que poderá acarretar um efeito adverso para nós.

(f) com relação aos clientes da Companhia

A falta de disponibilidade de recursos para obtenção de financiamento e/ou um aumento das taxas de juros podem prejudicar a capacidade ou disposição de compradores de imóveis em potencial para financiar suas aquisições.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A falta de disponibilidade de recursos no mercado para a obtenção de financiamento e/ou um aumento das taxas de juros podem prejudicar a capacidade ou disposição de compradores em potencial para financiar suas aquisições. Consequentemente, tal fato poderia causar uma redução da demanda pelos imóveis residenciais incorporados pela Companhia, afetando adversamente de forma significativa nossa condição financeira e resultados operacionais.

O desenvolvimento de atividades imobiliárias implica riscos normalmente associados à concessão de financiamentos.

Como é habitual entre as empresas do setor imobiliário, concedemos financiamentos a alguns dos compradores das unidades de nossos empreendimentos. Consequentemente, estamos sujeitos aos riscos inerentes a este negócio, incluindo o risco de inadimplência do principal e juros e o risco de aumento do custo dos recursos por nós captados. Os contratos de venda a prazo celebrados por nós preveem a atualização monetária pelo INCC ou IGPM (se o imóvel está na planta ou pronto respectivamente), além da incidência da taxa de juros calculada pelo sistema *price* de amortização se financiado diretamente com a Companhia.

Caso haja um aumento da inflação, o endividamento dos nossos clientes, decorrente da celebração de contratos de venda a prazo, tende a aumentar, ocasionando, assim, um possível crescimento do índice de inadimplência. Caso isso venha a ocorrer, nosso fluxo de caixa poderá ser adversamente afetado. Atualmente não temos financiamento direto com clientes, mas em havendo, a legislação brasileira garante o direito de promover ação de cobrança, tendo por objeto os valores devidos, e a consequente retomada da unidade (em virtude da alienação fiduciária) do comprador inadimplente, observados os prazos e procedimentos judiciais.

O resultado da referida ação costuma levar pelo menos um ano e, portanto, caso o comprador venha a se tornar inadimplente, não podemos assegurar que seremos capazes de reaver o valor total do saldo devedor, uma vez que geralmente revendemos a unidade por preço inferior ao anteriormente estabelecido

Estamos sujeitos a distratos imobiliários, o que pode impactar negativamente nossa receita.

Nossos clientes têm a opção de realizar o cancelamento da venda (distrato), ou seja, o cliente pode optar por não continuar com a unidade comprada devolvendo-a para nós, situação na qual o cliente receberá até 75% do valor pago, a depender da Afetação do Patrimônio. Por consequência dos distratos, deverá ser reconhecida baixa em potencial recebível futuro, o que poderá impactar diretamente a nossa receita e a geração de caixa e prejudicar a rentabilidade e o nível de lucro dos nossos empreendimentos. Adicionalmente ao retorno da unidade para o estoque, podemos ter que incorrer com despesas comerciais adicionais para revendê-la e, no caso de uma unidade pronta, com gastos com manutenção, condomínio e IPTU, impactando negativamente o nosso fluxo de caixa.

(g) com relação aos setores da economia em que a Companhia atua

O setor imobiliário no Brasil é altamente competitivo e podemos perder nossa posição no mercado em certas circunstâncias.

O setor imobiliário no Brasil é altamente competitivo e fragmentado, não existindo grandes barreiras que restrinjam o ingresso de novos concorrentes no mercado. Os principais fatores competitivos no ramo de incorporações imobiliárias incluem disponibilidade e localização de terrenos, preços, financiamento, projetos, qualidade, reputação e parcerias com incorporadores e construtores locais. Uma série de incorporadores residenciais e companhias de serviços imobiliários concorrem conosco (i) na aquisição de terrenos, (ii) na busca de parceiros para incorporação, (iii) na tomada de recursos financeiros para incorporação e (iv) na busca de compradores de imóveis em potencial. Outras companhias, inclusive estrangeiras, em alianças com parceiros locais, podem passar a atuar fortemente no mercado de incorporação imobiliária no Brasil, aumentando ainda mais a concorrência, o que poderia prejudicar a nossa situação financeira e os nossos resultados operacionais, causando, ainda, a perda de nossa posição no mercado. Na medida em que um ou mais dos nossos concorrentes iniciem uma campanha de marketing ou venda bem-sucedida e, em decorrência disso, suas vendas aumentem de maneira significativa, nossas atividades podem vir a ser afetadas adversamente de maneira relevante. Se não

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

formos capazes de responder a tais pressões de modo imediato e adequado, a demanda por nossas unidades imobiliárias pode diminuir, prejudicando de maneira relevante nossa situação financeira e resultados operacionais.

Eventual alteração das condições de mercado poderá prejudicar nossa capacidade de vender nossos empreendimentos e unidades disponíveis pelos preços previstos, reduzindo nossas margens de lucro, o que poderá afetar adversamente o valor de mercado dos valores mobiliários por nós emitidos.

No desenvolvimento de nossas atividades constantemente localizamos e adquirimos novos terrenos para implantar nossos empreendimentos. O intervalo entre a data em qual adquirimos um terreno para incorporação e a data de entrega do empreendimento aos clientes varia conforme o empreendimento. Existe o risco de declínio da demanda por unidades, do aumento dos custos de mão-de-obra, insumos e matérias-primas, do aumento das taxas de juros, de flutuação das moedas e da ocorrência de incertezas políticas e econômicas durante esse período, bem como o risco de não vender unidades por preços ou margens de lucro previstos ou mesmo nos prazos previstos.

Apesar desses riscos, as despesas significativas relativas ao investimento imobiliário, como custos de manutenção, construção e pagamentos de dívidas, não podem ser reduzidas.

Consequentemente, o valor de mercado de unidades disponíveis em estoque, terrenos não incorporados e locais para incorporação residencial podem flutuar significativamente devido às alterações das condições de mercado. Além disso, os custos de manutenção de unidades em estoque (inclusive juros sobre recursos não utilizados para aquisição de terrenos ou incorporação residencial) poderão ser significativos e prejudicar nosso desempenho. Em razão desses fatores, podemos ser forçados a vender unidades residenciais ou outros imóveis com prejuízo ou por preços que gerem margens de lucro mais baixas do que às originalmente previstas, bem como, poderemos ser obrigados a reduzir substancialmente o valor contábil de nossos ativos imobiliários em conformidade com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil. Todos estes eventos poderão afetar adversamente nossos negócios, resultados e o preço dos valores mobiliários por nós emitidos.

Desastres relacionados à saúde podem prejudicar a capacidade da Companhia em realizar seus objetivos de negócio.

A Companhia está sujeita a riscos que afetem a economia nacional em geral, abrangendo inclusive cenário de pandemias mundiais, o qual nos encontramos atualmente devido ao alastramento da pandemia do COVID-19.

A Companhia, que tem atuação no Estado de São Paulo, segue todas as determinações das legislações municipais e/ou estaduais em cada uma de suas unidades para contenção do COVID-19.

Tal evento poder vir a nos impactar no declínio da demanda por unidades, no aumento dos custos de mão-de-obra, insumos e matérias-primas, no aumento das taxas de juros e na venda de unidades por preços, margens de lucro ou prazos fora do previsto.

Estamos expostos a riscos associados à incorporação imobiliária, construção e venda de imóveis.

Nós nos dedicamos à incorporação, construção e venda de empreendimentos residenciais e pretendemos continuar desenvolvendo tais atividades. Além dos riscos que afetam de modo geral o mercado imobiliário, tais como interrupções de suprimentos e volatilidade do preço dos materiais e equipamentos de construção, mudanças na oferta e procura de empreendimentos em certas regiões, greves, escassez de mão de obra qualificada e regulamentos ambientais e de zoneamento, nossas atividades são especificamente afetadas pelos seguintes riscos:

- a conjuntura econômica do Brasil, que pode prejudicar o crescimento do setor imobiliário como um todo, através da desaceleração da economia, aumento de juros, flutuação da moeda e instabilidade política, além de outros fatores;
- podemos ser impedidos no futuro, em decorrência de nova regulamentação ou de condições de mercado, de corrigir monetariamente nossos recebíveis, de acordo com certas taxas de inflação, conforme atualmente permitido, o que poderia tornar um projeto inviável financeira ou economicamente;

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

- o grau de interesse dos compradores em um novo projeto lançado ou o preço de venda por Unidade necessário para vender todas as unidades podem ficar abaixo do esperado, fazendo com que o projeto se torne menos lucrativo do que o esperado;
- o grau de desinteresse ou impossibilidade dos compradores em manter a aquisição da unidade em função de desemprego, problemas pessoais de saúde, alteração de estado civil, alteração de preço de imóveis da concorrência na mesma região, pode levar o projeto a perder quantidade significativa de vendas até a data prevista da entrega de chaves, fazendo com que o projeto gere quantidade menor de caixa do que o esperado;
- na hipótese de falência ou dificuldades financeiras significativas de uma grande companhia do setor imobiliário, o setor como um todo pode ser prejudicado, o que poderia causar uma redução da confiança dos clientes em outras companhias que atuam no setor;
- somos afetados pelas condições do mercado imobiliário local ou regional, tais como o excesso de oferta de espaço para imóveis, a escassez de terrenos em certas regiões ou o aumento significativo do custo na aquisição de terrenos;
- correremos o risco de compradores terem uma percepção negativa quanto à segurança, conveniência e atratividade das nossas propriedades e das áreas onde estão localizadas;
- nossas margens de lucros podem ser afetadas em função de aumento nos custos operacionais, incluindo investimentos, prêmios de seguro, tributos imobiliários e tarifas públicas;
- as oportunidades de incorporação podem diminuir;
- a construção e a venda das unidades dos empreendimentos podem não ser concluídas dentro do cronograma, acarretando um aumento dos custos de construção ou a rescisão dos contratos de venda;
- eventual mudança nas políticas do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) sobre a aplicação dos recursos destinados ao Sistema Financeiro de Habitação (“SFH”) pode reduzir a oferta de financiamento aos nossos clientes; e
- a queda do valor de mercado dos terrenos mantidos em nosso estoque antes da incorporação do empreendimento ao qual se destina, e a nossa incapacidade de preservar as margens anteriormente projetadas para as respectivas incorporações.

A ocorrência de quaisquer dos riscos acima pode causar um efeito material adverso na nossa condição financeira e resultados operacionais.

Também dependemos significativamente do valor das unidades concedidas em alienação fiduciária aos bancos financiadores nos financiamentos que concedemos para minimizar o nosso risco de inadimplência. Desta forma, caso o imóvel concedido em garantia sofra desvalorização a níveis mais baixos do que o saldo a receber do cliente, nossa exposição ao risco de inadimplência pode aumentar, afetando a nossa condição financeira e o resultado de nossas operações.

Concentração bancária no Brasil pode prejudicar a disponibilidade e o custo do crédito

De acordo com a versão mais atual do Relatório de Economia Bancária, publicado pelo Banco Central do Brasil em 2019, os cinco maiores bancos brasileiros — Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica, Itaú e Santander — concentravam 78,9% dos ativos totais, o que fez com que o Brasil figurasse no grupo de países com os sistemas bancários mais concentrados do mundo. A título de comparação, em 2006, a concentração era de 60%.

Mais especificamente em relação ao mercado imobiliário, em operações de crédito imobiliário, somadas as operações de pessoa física e jurídica, os cinco maiores bancos brasileiros foram responsáveis por 98,4% do mercado, com ampla vantagem para a Caixa Econômica Federal, com participação de 70%. Para referência de magnitude, as vendas enquadradas no programa “Minha Casa Minha Vida” representaram 12,5% das vendas brutas realizadas durante 2019.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Essa concentração pode afetar a concorrência, com possíveis efeitos sobre o spread bancário e outros preços. Adicionalmente, um eventual problema de relacionamento com um dos bancos pode afetar nossa capacidade de financiamento ou de nossos clientes.

O descasamento entre as taxas utilizadas para a indexação de nossas receitas e as taxas utilizadas para a indexação de nossas despesas poderá impactar negativamente a nossa situação financeira e nossos resultados operacionais.

A maior parte das nossas receitas decorrem das vendas das unidades dos empreendimentos que lançamos, que são reajustadas em duas fases: durante a fase de construção e após a fase de construção. Geralmente, durante a fase de construção do empreendimento, utilizamos o INCC e, após essa fase, o IGPM. A maior parcela de nossas despesas, que está relacionada à atividade de construção, é reajustada pelo INCC. Caso, no futuro, haja o desbalanceamento entre estes índices e, conseqüentemente, não seja possível reajustarmos as nossas receitas na proporção do reajuste experimentado por nossas despesas, nossa situação financeira e resultados operacionais poderão ser prejudicados.

(h) com relação à regulação do setor de atuação

Alterações da legislação tributária brasileira poderão aumentar a nossa carga tributária, e conseqüentemente, impactar adversamente os nossos resultados operacionais.

O Governo Federal regularmente implementa mudanças nas leis tributárias que, eventualmente, podem aumentar a nossa carga tributária e de nossos usuários. Essas mudanças incluem ajustes na alíquota aplicável e, imposição de tributos temporários, cujos recursos são alocados a determinadas finalidades pelo Governo Federal. Os efeitos dessas medidas de reforma fiscal e quaisquer outras alterações decorrentes da promulgação de reformas fiscais adicionais não podem ser quantificados e são imprevisíveis. Algumas dessas medidas podem aumentar as nossas obrigações fiscais totais, o que, por sua vez, afetaria adversamente nossos resultados operacionais. Caso não haja o repasse desses tributos adicionais às nossas tarifas em valores suficientes e prazo hábil, os nossos resultados operacionais e nossa condição econômico-financeira podem ser adversamente afetados.

Nossas atividades estão sujeitas à extensa regulamentação, o que pode vir a aumentar o nosso custo e limitar o nosso desenvolvimento ou de outra forma afetar adversamente as nossas atividades.

O setor imobiliário brasileiro está sujeito à extensa regulamentação relativa a edificações, zoneamento e loteamentos, expedida por diversas autoridades federais, estaduais e municipais, que afetam a aquisição de terrenos e as atividades de incorporação imobiliária e construção, através da necessidade de obtenção de licenças. Somos obrigados a obter aprovação de várias autoridades governamentais para desenvolvermos a nossa atividade de incorporação imobiliária, podendo novas leis ou regulamentos serem aprovados, implementados ou interpretados de modo a afetar adversamente os nossos resultados operacionais.

Nossas operações também estão sujeitas a leis e regulamentos ambientais federais, estaduais e municipais. Essas leis ambientais podem acarretar atrasos, podem fazer com que incorramos em custos significativos para cumpri-las, assim como podem proibir ou restringir severamente a atividade de incorporação e construção em regiões ou áreas ambientalmente sensíveis.

As leis que regem o setor imobiliário brasileiro tendem a se tornar mais restritivas, e qualquer aumento de restrições pode afetar adversamente e de maneira relevante os nossos resultados operacionais.

(i) com relação aos países estrangeiros onde a Companhia atua

Atualmente a Companhia não possui nenhuma operação em outros países que não o Brasil.

(j) com relação a questões socioambientais

As propriedades adquiridas e nossas atividades de negócio podem nos expor a riscos ambientais e, por consequência, podem afetar adversamente os nossos resultados operacionais.

A aquisição de propriedades e nossas atividades de negócio podem nos sujeitar a diversas obrigações, inclusive de caráter ambiental. Nossas despesas operacionais podem ser maiores do que as estimadas devido aos custos relativos ao cumprimento das leis e regulamentações ambientais existentes e futuras. Adicionalmente, de acordo com diversas leis federais e locais, bem como resoluções e regulamentações,

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

podemos ser considerados proprietários ou operadores de propriedades potencialmente contaminadas ou sermos obrigados a providenciar a remoção ou o tratamento de substâncias nocivas ou tóxicas em desacordo com a legislação aplicável existentes em tais propriedades. Dessa forma, podemos ser responsáveis pelos custos de remoção ou tratamento de determinadas substâncias nocivas em nossas propriedades. Podemos incorrer em tais custos, os quais podem afetar nossos negócios, resultados operacionais e imagem de forma negativa.

Regulamentação ambiental que a Companhia está sujeita.

As operações da Companhia estão sujeitas a leis e regulamentos ambientais federais, estaduais e municipais. Essas leis ambientais podem acarretar atrasos, podem fazer com que a Companhia incorra em custos significativos para cumpri-las, assim como podem proibir ou restringir severamente a atividade de incorporação e construção em regiões ou áreas ambientalmente sensíveis.

As leis que regem o setor imobiliário brasileiro, assim como as leis ambientais, tendem a se tornar mais restritivas, e qualquer aumento de restrições pode afetar adversamente a Companhia. Adicionalmente, existe a possibilidade das leis de zoneamento urbano e proteção ambiental serem alteradas após a aquisição de um terreno e antes do desenvolvimento do projeto a ele atrelado, o que trará atrasos e modificações ao objetivo comercial inicialmente projetado, resultando em num efeito adverso para os negócios da Companhia e resultados estimados.

Fatores como a identificação de contaminação ambiental do solo e/ou águas subterrâneas nos nossos terrenos dos empreendimentos, em implantação ou já comercializados, são de nossa responsabilidade direta ou indireta e são capazes de ensejar futuros dispêndios com investigação, monitoramento ou remediação.

Vale ressaltar que antes da finalização da compra dos terrenos são realizadas investigações e estudos sobre o lote, visando obter a percepção de prazo e quantia financeira que a Companhia utilizará para estes assuntos e que deverá ser considerada no estudo de viabilidade de determinado terreno.

Adicionalmente, poderemos ser responsabilizados por eventuais danos causados ao meio ambiente em virtude de terceirização de execução de tarefas de nossa responsabilidade, tais como disposição final de resíduos e supressão de vegetação. A ocorrência desses eventos poderá causar impacto negativo em nossas atividades, resultados operacionais e situação financeira. A fim de mitigar esse risco, a Companhia atua de maneira direta no acompanhamento e atendimentos dessas etapas, com controles rígidos e devidas licenças para sua execução.

(k) com relação ao ambiente macroeconômico

A instabilidade política pode prejudicar os nossos resultados operacionais.

O desempenho da economia brasileira tem sido historicamente influenciado pelo cenário político nacional. No passado as crises políticas afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, resultando na desaceleração da economia, o que prejudicou o preço de mercado dos valores mobiliários de companhias listadas para negociação em bolsa de valores. Nos últimos anos, políticos brasileiros têm sido acusados de condutas antiéticas ou ilegais. Essas acusações, atualmente investigadas pelo Congresso Nacional do Brasil, incluem financiamento de campanhas e violações nas práticas eleitorais, influência de autoridades do Governo Federal em troca de apoio político e outras supostas acusações de corrupção. As questões que vêm e podem vir a surgir como resultado ou em conexão com várias investigações recentes relacionadas à corrupção e lavagem de dinheiro no Brasil, a maior delas conhecida como Lava-Jato que afetou negativamente a economia, os mercados e os preços de negociação brasileiros de títulos emitidos por emissores brasileiros. Entendemos que tais impactos negativos possam continuar em um futuro próximo e enquanto essas investigações estiverem em andamento.

A última eleição presidencial, de governadores, deputados federais e senadores, ocorreu em outubro de 2018, o que trouxe volatilidade significativa nas taxas de câmbio, juros e nos preços de mercado dos valores mobiliários das companhias brasileiras. Incertezas sobre medidas do Governo Federal podem influenciar a percepção dos investidores com relação ao risco no Brasil e poderão ter um efeito significativamente adverso sobre os nossos negócios e/ou resultados operacionais. O Presidente do Brasil tem poder para determinar políticas e expedir atos governamentais relativos à condução da economia brasileira e, conseqüentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

os nossos. Não podemos prever quais políticas o novo governo irá adotar, muito menos se tais políticas ou mudanças nas políticas atuais poderão ter um efeito adverso sobre nós ou sobre a economia brasileira. Adicionalmente, o recente impasse entre o novo governo e o Congresso tem gerado incertezas em relação à implementação, pelo novo governo, de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como em relação às alterações na legislação pertinente, o que pode contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros.

A inflação e os esforços governamentais para combatê-la podem contribuir para um cenário de incerteza econômica, afetando adversamente a Companhia e o preço de mercado das nossas ações.

No passado, o Brasil registrou altas taxas de inflação, que tiveram, em conjunto com determinadas ações tomadas pelo governo brasileiro para combatê-la e especulações sobre quais medidas seriam adotadas, efeitos negativos sobre a economia brasileira. As medidas adotadas pelo governo brasileiro para o controle inflacionário incluíram a manutenção de rígidas políticas monetárias com elevadas taxas de juros, conseqüentemente restringindo a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. O COPOM frequentemente ajusta a taxa de juros em situações de incerteza econômica para atingir metas estabelecidas na política econômica do governo brasileiro. A inflação, bem como as medidas governamentais para combatê-la e a especulação pública sobre possíveis medidas governamentais futuras, tem produzido efeitos negativos relevantes sobre a economia brasileira e contribuído para a incerteza econômica no Brasil, aumentando a volatilidade do mercado de capitais brasileiro, o que pode causar um efeito adverso sobre nós.

Quaisquer medidas tomadas pelo governo brasileiro no futuro, incluindo a redução nas taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e a implementação de mecanismos para ajustar ou determinar o valor do real, podem desencadear inflação, afetando adversamente o desempenho geral da economia brasileira. Se o Brasil enfrentar inflação alta no futuro, talvez não possamos ajustar os preços que cobramos de nossos clientes para compensar os efeitos da inflação em nossa estrutura de custos, o que poderia aumentar nossos custos e reduzir nossas margens operacionais e líquidas.

Além disso, no caso de aumento da inflação, o governo brasileiro pode optar por aumentar significativamente as taxas de juros. O aumento nas taxas de juros pode afetar não apenas o custo de nossos novos empréstimos e financiamentos, mas também o custo de nosso endividamento atual, bem como nosso caixa e equivalentes a caixa, títulos e valores mobiliários e contratos de arrendamento a pagar, que estão sujeitos a taxas de juros. Dessa forma, a flutuação nas taxas de juros brasileiras e a inflação podem nos afetar adversamente porque temos empréstimos e financiamentos indexados à variação da SELIC e às taxas oficiais de juros de longo prazo (TJLP). Por outro lado, uma redução significativa na taxa SELIC, TJLP ou inflação pode afetar adversamente a receita de nossas aplicações financeiras.

A instabilidade cambial pode prejudicar a economia brasileira e, conseqüentemente, nossos resultados.

A moeda brasileira tem sofrido forte oscilação com relação ao dólar e outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas, sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. Desde 1999, o Brasil adotou um sistema de câmbio flutuante com intervenções do Banco Central na compra ou venda de moeda estrangeira. De tempos em tempos, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar e outras moedas.

Em 2017, o Real se desvalorizou frente ao Dólar em 1,8%, fechando o exercício em R\$3,31. Em 29 de dezembro de 2018, a taxa de câmbio Real/Dólar estava R\$3,88 e aumentou para R\$ 4,05 no final de 2019. Em 2020 estava R\$5,19. Não se pode assegurar que a desvalorização ou a valorização do real frente ao dólar e outras moedas não terá um efeito adverso para as nossas atividades.

A desvalorização do real pode criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e os nossos resultados, por conta da retração no consumo e do aumento dos nossos custos. Por outro lado, a valorização do real pode levar à deterioração das contas correntes do país e da balança de pagamentos,

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

bem como a um enfraquecimento no crescimento do produto interno bruto gerado pela exportação. Não exercemos quaisquer influências sobre a política cambial adotada no Brasil e nem dispomos da capacidade de prevê-la. Nosso negócio, nossa situação financeira, nossos resultados operacionais e perspectivas poderão ser afetados negativamente por mudanças em tais políticas cambiais.

Qualquer degradação da classificação de crédito do Brasil (rating) pode afetar negativamente o preço das ações de nossa emissão.

Podemos ser adversamente afetados pela percepção dos investidores quanto aos riscos relacionados à classificação de crédito da dívida soberana do Brasil. As agências de classificação avaliam regularmente o Brasil e suas classificações soberanas, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de mudanças em qualquer desses fatores.

O Brasil perdeu sua classificação de dívida soberana de grau de investimento pelas três principais agências de rating dos Estados Unidos: Standard and Poor's, Moody's e Fitch. A Standard and Poor's rebaixou a classificação de dívida soberana do Brasil de BBB-negativo para BB-positivo em setembro de 2015, que foi rebaixada para o BB em fevereiro de 2016 e manteve sua perspectiva negativa sobre a classificação, citando as dificuldades fiscais e a contração econômica do Brasil como sinais de piora situação de crédito. Em janeiro de 2018, a Standard and Poor's rebaixou a classificação do Brasil de BB para BB-. Em dezembro de 2015, a Moody's colocou a classificação da dívida soberana Baa3 no Brasil e revisou a classificação de crédito soberano do Brasil em fevereiro de 2016 para Ba2 com uma perspectiva negativa, citando a perspectiva de uma maior deterioração dos valores do endividamento do Brasil em meio à recessão e ao ambiente político desafiador. A Fitch rebaixou a classificação de crédito soberano do Brasil para o BB-positivo com perspectivas negativas em dezembro de 2015, citando o déficit orçamentário de rápido crescimento do país e recessão pior do que o esperado e baixou a classificação da dívida soberana do Brasil em maio de 2016 para o BB com uma perspectiva negativa. Em fevereiro de 2018, a Fitch rebaixou a classificação de crédito soberano do Brasil novamente para BB-, com base, entre outras razões, no déficit fiscal, o aumento da dívida pública e a incapacidade do governo de implementar as reformas necessárias para a melhora das contas públicas. Recentemente, o cenário político e econômico brasileiro experimentou altos níveis de volatilidade e instabilidade, incluindo a contração de seu PIB, flutuações acentuadas do real em relação ao dólar americano, aumento do nível de desemprego e níveis mais baixos de gastos e confiança do consumidor. Tal cenário pode se intensificar com o novo Governo Federal eleito, sendo certo também que não podemos prever os potenciais impactos das políticas a serem adotadas pelo novo Governo Federal a partir de 2019.

A classificação de crédito soberano do Brasil atualmente é baixa (categoria de especulação) conforme classificação pelas três principais agências de rating acima mencionadas. Consequentemente, os preços dos títulos emitidos por empresas brasileiras foram afetados negativamente. A continuação ou o agravamento da atual recessão brasileira e a contínua incerteza política, entre outros fatores, podem levar a novos rebaixamentos. Qualquer nova degradação das classificações de crédito soberano do Brasil poderia aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, afetar negativamente o preço das ações ordinárias de nossa emissão.

A intervenção do governo brasileiro na economia nacional por meio de modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias podem afetar nossos negócios

O passado recente da economia brasileira permite verificar inúmeros exemplos de medidas adotadas pelo governo brasileiro que alteraram significativamente a condução de suas políticas, com intuito de fazer frente às situações econômicas e políticas da época. Citam-se como exemplos os aumentos ou reduções das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de salários e preços, bloqueio ao acesso a contas bancárias, desvalorização cambial, controle de capital, limitação às importações, intervenções às concessões no setor elétrico, dentre outras medidas.

Nesse sentido, não temos controle sobre quais medidas ou políticas o governo brasileiro poderá adotar no futuro. Nossos negócios, nossa situação financeira, o resultado das nossas operações, bem como nossas perspectivas futuras poderão ser afetados de maneira significativa por modificações relevantes nas políticas ou normas que envolvam ou influam em fatores, tais como:

- política monetária;

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

- política fiscal;
- política cambial;
- estabilidade social e política;
- aumento na taxa de desemprego;
- expansão ou contração da economia brasileira;
- controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;
- flutuações cambiais relevantes;
- alterações no regime fiscal e tributário;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- taxas de juros;
- inflação;
- modificação nos critérios de definição de preços e tarifas praticados;
- racionamento de energia; e
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A adoção por parte do governo brasileiro de políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro. A ocorrência de qualquer desses eventos pode ter um efeito adverso para nossos resultados.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

4.2 - Descrição dos Principais Riscos de Mercado

A Companhia descreve abaixo os riscos que conhece e acredita que atualmente podem afetá-la adversamente. Riscos adicionais, que atualmente não são conhecidos pela Companhia ou que a Companhia considera irrelevantes, também podem vir a afetar a Companhia de maneira adversa.

Risco de taxa de juros

As receitas e despesas da Companhia são afetadas pelas mudanças nas taxas de juros devido aos impactos que essas alterações têm nas despesas de juros provenientes dos instrumentos de dívida com taxas variáveis.

Análise da sensibilidade das aplicações financeiras

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI adicionado aos juros.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações ao qual a Companhia está exposta na data-base 31 de dezembro de 2019, foram definidos três cenários diferentes. Com base nas taxas do CDI vigentes em 31 de dezembro de 2019, foi definido o cenário provável para um período de 12 meses e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Em 2020 passamos a usar o cenário crescente e decrescente:

Instrumentos Financeiros	Risco	Cenário -50%	Cenário -25%	Cenário provável (valor contábil projetado)	Cenário +25%	Cenário +50%
Aplicações financeiras	CDI	1,30%	1,95%	2,60%	3,25%	3,90%
Posição contábil em 31/12/2020 – R\$9.583	R\$ mil	125	187	249	311	374

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível, e trabalhista, dentre processos com chance de perda provável, possível e remota. As provisões da Companhia são registradas conforme os regramentos contábeis, com base na análise individual de cada processo por seus advogados internos e externos, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos como processos com chance de perda provável.

Para os fins deste item 4.3, foram considerados como individualmente relevantes processos em que a Companhia e suas controladas figuram como parte e que (i) possam vir a impactar de forma significativa o patrimônio ou os negócios da Companhia, ou (ii) individualmente possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia.

Descrevemos a seguir os principais processos judiciais e administrativos individualmente relevantes a que a Companhia estava sujeita em 31 de março de 2021, segregados conforme sua natureza.

Contingências Cíveis

Processo nº 0240749-28.2007.8.26.0100 - Ação de Indenização	
a. Juízo	11ª Vara Cível de São Paulo Capital
b. Instância	Superior Tribunal de Justiça
c. Data de instauração	28/11/2007
d. Partes no processo	Autor: Condomínio Lindenberg Light Joaquim Antunes – Ré – Construtora Adolpho Lindenberg S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$6.467.601,37
f. Principais fatos	À presente demanda diz respeito a pretensão do Condomínio Lindenberg Light Joaquim Antunes contra a Companhia para exigir o reparo em infiltrações nos subsolos, profundidade da piscina e indenização pelas vagas de garagem. O último pedido é materialmente relevante. A questão cinge-se na aplicação (ou não) da tolerância lega de 5% sobre o tamanho das vagas. Em 1ª instância a sentença foi favorável à Companhia e em 2ª instância favorável ao Condomínio. Aguarda-se agora decisão de Recurso Especial conclusos desde 02/04/2020.
g. Chance de perda	Provável
h. Impacto em caso de perda do processo	O impacto imediato é financeiro com o enfraquecimento do caixa da Companhia.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº 0002607-44.2009.8.26.0301- Ação Civil Pública	
a. Juízo	Vara Cível de Atibaia/SP
b. Instância	Recursal
c. Data de instauração	10/11/2009
d. Partes no processo	Autor: Ministério Público de São Paulo Réis 1) Prefeitura Municipal de Jarinú; 2) Terra Azul Marketing Imobiliário Ltda; – 3) <u>Construtora Adolpho Lindenberg S/A</u> ; 4) Fernandez Mera Negócios Imobiliários; 5) Lexus Consultoria Imobiliária Ltda
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$5.848.796,00
f. Principais fatos	Busca o MP a declaração de nulidade absoluta do alvará de aprovação expedido pela Prefeitura do Município de Jarinu em 26 de setembro de 1.974, que autorizou a implantação do loteamento Palomino Valley (depois denominado Cenarium), nas áreas objeto das transcrições imobiliárias n. 33.733, 36.733 e 45.543 do Cartório de Registro de Imóveis de Atibaia. Em consequência da nulidade almejada, pretende ainda o MP o cancelamento do registro imobiliário e o desfazimento do loteamento com a recomposição da gleba ao seu estado primitivo, a indenização por danos ambientais irreversíveis e a integral indenização dos adquirentes dos lotes. A Companhia foi contratada pela co Ré Terra Azul para prestar serviços de assessoramento na elaboração de projetos arquitetônicos relativos à portaria, stand de vendas, e clube e área de lazer e que, portanto, não praticou ato danoso ao meio ambiente – inexistente nexo causal entre as atividades prestadas e danos causados, não sendo a Companhia proprietária dos imóveis. Sentença proferida em 05/05/2015 dando parcial provimento ao pedido, restando à Companhia apenas a obrigação de não fazer (não promover ou intermediar vendas), o que nunca foi feito por ela. Ministério Público apelou e o E. Tribunal de Justiça de São Paulo, de ofício, anulou a sentença e determinou a inclusão dos adquirentes no polo passivo da demanda, na qualidade de litisconsortes necessários. Do referido acórdão o Ministério Público do Estado de São Paulo interpôs recurso especial, que concluiu pelo provimento do aludido recurso, por considerar que os adquirentes não são litisconsortes passivos necessários. Em vista do julgamento do Superior Tribunal de Justiça, acima mencionado, atualmente se aguarda a remessa dos autos da vara de origem (comarca de Jarinu) para o Tribunal de Justiça de São Paulo, para julgamento das apelações interpostas pelo Ministério Público e Companhia.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	O impacto imediato é financeiro com o enfraquecimento do caixa da Companhia.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Contingências Trabalhistas

Processo n. 1000052-41.2020.5.02.0084 (Reclamação Trabalhista)	
a. Juízo	Trabalhista – 49ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP
b. Instância	1ª instância
c. Data de distribuição	30/07/2013
d. Partes no processo	Reclamante: C G B Reclamadas: 1ª NDA CONSTRUÇÕES LTDA; 2ª ALFACON CONSTRUÇÕES LTDA; 3ª CONSTRUTORA TOLEDO FERRARI; 4ª GAFISA S/A; 5ª CONSTRUTORA BROOKFIELD; 6ª EVEN S/A, 7ª <u>CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG</u> ; 8ª CONSTRUTORA CETIN; 9ª SEI INCORPORAÇÃO; 10ª CONSTRUTORA MZM; 11ª CONSTRUCOMPANY;
e. Valor, bens ou direitos envolvidos	R\$600.620,00
f. Principais Fatos	Reclamante requer da integração dos salários pagos por fora e reflexos, horas extras, intervalo intrajornada, dano moral, dano material, acidente do trabalho, danos estéticos, honorários sucumbenciais e justiça gratuita. A Companhia foi incluída no polo passivo na qualidade de Construtora tomadora dos serviços da 1ª e 2ª reclamadas no período de 03/2013 até 10/2013, 05/2016 até 11/2016 e 02/2017 até 02/2017. Audiência de instrução designada para o dia 28/05/2021
g. Probabilidade de perda	Possível
h. Análise de impactos em caso de perda do processo	O impacto imediato é financeiro com o enfraquecimento do caixa da Companhia.

Processo n. 0011567-30.2017.5.15.0021 (Reclamação Trabalhista)	
a. Juízo	Trabalhista – 2ª Vara do Trabalho de Jundiaí/SP
b. Instância	1ª instância
c. Data de distribuição	14/07/2010
d. Partes no processo	Reclamante: J E B Reclamadas: 1ª Nabi Andrade Construção Civil LTDA / 2ª LDI - Desenvolvimento Imobiliário S.A. / 3ª EZ TEC Empreendimentos e Participações LTDA / 4ª Phaser Incorporação SPE S.A. / 5ª Brasilimo - Empreendimentos Imobiliários LTDA / 6ª BVEP Empreendimentos Imobiliários SPE II S.A (neste caso o reclamante indica a dona da obra e suas sócias no polo passivo, mas a Companhia assume a contingência trabalhista por obrigação assumida contratualmente)
e. Valor, bens ou direitos envolvidos	R\$633.041,00
f. Principais Fatos	Reclamante requer Horas extras e reflexos, adicional de insalubridade e reflexos, verbas rescisórias, multas dos artigos 467 e 477 da CLT, FGTS+40%, indenização de gastos com advogado. A Companhia responde na qualidade de Construtora tomadora dos serviços da 1ª reclamada no período de 13/01/2014 até 18/08/2016. Audiência de instrução designada para o dia 07/12/2020 - Redesignada para o dia 02/09/2021.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo n. 0011567-30.2017.5.15.0021 (Reclamação Trabalhista)	
g. Probabilidade de perda	Possível
h. Análise de impactos em caso de perda do processo	O impacto imediato é financeiro com o enfraquecimento do caixa da Companhia.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3.1 - Valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3

O valor total provisionado dos processos descritos no item 4.3 acima, em 31 de março de 2021 era de R\$6.467.601,37.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Até a data de protocolo do presente Formulário de Referência, a Companhia não possui processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

4.4.1 - Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

Não aplicável tendo em vista que a Companhia não possui processos descritos no item 4.4 acima.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Não aplicável, uma vez que a Companhia e as suas controladas não são partes em processos sigilosos.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6 - Processos Judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Apresentamos abaixo os processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, não sigilosos e relevantes em conjunto, dos quais a Companhia e suas controladas são partes.

Processos Fiscais	
Valores Envolvidos	R\$769.040,00
Prática que causou tal contingência	Imóveis vendidos com posse outorgada sem os devidos registros nas respectivas matrículas, prática comum do mercado imobiliário no passado. Atualmente, todas as vendas são escrituradas e registradas. Por cautela a Companhia provisiona os processos prováveis, pois considera-se que o próprio imóvel é garantia do pagamento da dívida, em no pior cenário, a Companhia tem direito de regresso contra o comprador/possuidor do imóvel.

Processos Trabalhistas	
Valores Envolvidos	R\$15.961.871,00
Prática que causou tal contingência	A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços é atribuída por lei, a convenção coletiva da Construção Civil em São Paulo atribui ainda a responsabilidade solidária, assim, o volume de ações trabalhistas decorre da lei e não de uma prática da Companhia. Como prática, a Companhia mantém cauções em dinheiro oriundas de retenção contratual no percentual de 5% sobre todos os valores faturados por seus empreiteiros/prestadores de serviços a fim de fazer frente a essa contingência quando e se necessário.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6.1 - Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.6

O valor total provisionado dos processos descritos no item 4.6 acima, em 31 de março de 2021 era de R\$16.405.965,52.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

4.7 - Outras contingências relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é um emissor estrangeiro.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

5.1 Política de gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 – Em relação aos riscos informados no item 4.1, informar:

a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos pois entende que é desnecessária frente aos esforços periódicos de uma estrutura organizacional multidisciplinar formada pela diretoria financeira, controladoria e jurídico, que analisa os riscos para informar ao Conselho de Administração, que por sua vez avalia as ações praticadas. É um trabalho constante, da qual a diretoria também utiliza como estratégia de proteção patrimonial, e adequação das operações da Companhia.

b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i. Os riscos para os quais se busca proteção

ii. Os instrumentos utilizados para proteção

iii. A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Não se aplica, eis que a emissora não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos.

c) A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Não se aplica, eis que a emissora não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

5.2 Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

5.2 POLÍTICA DE Gerenciamentos DE Riscos de Mercado

a) Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado pois entende que é desnecessária frente aos esforços periódicos de uma estrutura organizacional multidisciplinar formada pela diretoria financeira, controladoria e jurídico, que analisa os riscos para informar ao Conselho de Administração, que por sua vez avalia as ações praticadas. É um trabalho constante, da qual a diretoria também utiliza como estratégia de proteção patrimonial, e adequação das operações da Companhia.

b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado i. Riscos para os quais se busca proteção;

ii. Estratégia de proteção patrimonial (hedge); iii. Instrumentos utilizados para a proteção patrimonial (hedge); iv. Parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos; v. Instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge);

A Companhia não utiliza nenhum instrumento derivativo ou financeiro para proteção patrimonial mas destaca o esforço periódico da diretoria financeira, controladoria e jurídico, que analisam, conjuntamente, a adequação das operações da Companhia como estratégia de proteção patrimonial.

Em relação ao risco de crédito, a Companhia entende que não há concentração de risco de crédito relevante associado a clientes, uma vez que a Companhia faz a análise de crédito prévio e não há clientes que possuam representatividade relevante sobre a receita.

Em relação ao risco de liquidez, a Administração monitora constantemente a liquidez da Companhia e tem como plano de ação a busca de investidores financeiros parceiros para participar em conjunto dos empreendimentos imobiliários. Além disso, a Companhia tem como alternativa, caso necessário, a busca por financiamento bancário para os empreendimentos.

Em relação ao risco da taxa de juros, o saldo a receber de clientes é atualizado a índices contratuais praticados no mercado, que indexam o saldo devedor dos clientes até o término da obra, resguardando a Companhia de oscilações. Os juros sobre os financiamentos estão na média praticada atualmente pelo mercado e os saldos estão sendo atualizados de acordo com os contratos firmados.

vi. Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

Não se aplica, eis que a emissora não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

5.3 - Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar

a. Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las;

A Companhia usa o sistema Mega, programa ERP que permite uma gestão eficiente de todas as atividades da empresa com foco no desempenho equilibrado e nos processos corporativos.

Adicionalmente a Companhia adota como prática a elaboração dos processos críticos a fim de formalizar as principais atividades que envolvem os departamentos administrativos e operacionais. A formalização é realizada através de elaboração de fluxograma, descrição analítica dos processos e treinamentos internos. Este processo visa garantir a eficiência nas operações realizadas pela Companhia a fim de mitigar e corrigir possíveis imperfeições.

Anualmente os auditores externos realizam testes substantivos a fim de se certificar de que os controles internos da Companhia estão aderentes e de acordo com os padrões de eficiência necessários para assegurar que as informações contidas nas demonstrações financeiras atendem os padrões de controles internos e está de acordo com a legislação vigente.

Diante disso, a Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados é satisfatório na prática de elaboração de suas demonstrações financeiras, assegurando eficiência e precisão.

b. Estruturas organizacionais envolvidas

Os departamentos envolvidos na elaboração de demonstrações financeiras são: Contábil, Planejamento Financeiro e Jurídico.

c. Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Os controles internos são revisados pela área de Qualidade e sempre que é identificada alguma inconsistência ou melhoria é submetido a atualização pela área responsável. Gerente de Qualidade/Diretoria

d. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Descrevemos abaixo as deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

O estudo e a avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia, conduzido pelos auditores independentes, em conexão com a auditoria das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020, 2019 e de 2018, foi efetuado com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos.

Como resultado desse estudo e avaliação, efetuado na extensão e com os objetivos antes mencionados, foram feitas à Companhia sugestões de aprimoramento dos controles internos. Na avaliação da Administração, nenhuma das sugestões feitas pelos auditores independentes se configura como uma deficiência significativa do sistema contábil e de controles internos.

e. Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Na avaliação da Administração, nenhuma das sugestões feitas pelos auditores independentes se configura como uma deficiência significativa do sistema contábil e de controles internos.

5.4 - Programa de Integridade

5.4 - Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidade e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A Companhia aprovou, em 11 de fevereiro de 2021, um Programa de Integridade formado, em especial, pelos seguintes documentos: (i) Código de Conduta e Ética, (ii) Política de Segurança da Informação, (iii) Política de Brindes e Hospitalidades, (iv) Política de Reembolso, (v) Procedimento de Due Diligence, (vi) Procedimento de Investigações Internas – Compliance; (vii) Procedimento de Investigações Internas – Funcionários, (viii) Medidas Disciplinares – Funcionários; e (ix) Medidas Disciplinares – Parceiros de Negócio.

O Código de Conduta e Ética está disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (<http://www.lindenberg.com.br/investidores>) e nos websites da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (“CVM”), respectivamente, www.b3.com.br e www.cvm.gov.br.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;

O Código de Conduta e Ética é aplicável a todos os colaboradores da Companhia, incluindo diretores, conselheiros, empregados, estagiários e aprendizes, cabendo a todos os colaboradores garantir que o Código seja transmitido a todos os parceiros, clientes, fornecedores ou demais terceiros com quem a Companhia possui negócios.

- se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema;

No momento da contratação, os novos colaboradores recebem o Código de Conduta e devem se comprometer zelar por sua aplicação e observância. A Companhia fornecerá treinamentos anuais sobre o Código de Conduta, conforme previsto no próprio documento.

- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas;

Dentre os documentos aprovados no âmbito do Programa de Compliance estão as Medidas Disciplinares – Funcionários as Medidas Disciplinares – Parceiros de Negócio. Tais documentos estabelecem diretrizes para o processo de definição de medidas disciplinares aplicáveis em casos de desvios de conduta identificados nas políticas internas da Companhia e nas legislações aplicáveis e as medidas disciplinares serão aplicadas caso a caso, conforme avaliação de gravidade da infração

As sanções aplicáveis são:

- **Aviso:** ocorre quando o líder imediato verbalmente chama a atenção do colaborador sobre seu comportamento ou atitude inadequada.

5.4 - Programa de Integridade

- **Advertência:** registro formal da ocorrência e da aplicação da advertência, mantendo o documento no prontuário do profissional. Pode ser verbal ou formal, em ambos os casos deve haver o registro. A recusa do colaborador em assinar ou receber a advertência não implica que ela não tenha sido feita.
- **Suspensão:** afastamento do colaborador das suas atividades, sem remuneração. Pode variar entre um até três dias úteis não podendo ocorrer em finais de semana, feriados ou folgas.
- **Desligamento:** é motivada pela reincidência de várias faltas praticadas ou pela ocorrência de falta disciplinar grave que resulte em perda da confiança no colaborador.
- **Desligamento por justa causa:** motivada pela ocorrência de falta disciplinar grave, devidamente comprovada e documentada.
- **Órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Conduta foi aprovado pelo Conselho de Administração em 11 de fevereiro de 2021 e está disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (<http://www.lindenberg.com.br/ri>) e nos websites da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (“CVM”), respectivamente, www.b3.com.br e www.cvm.gov.br.

b. Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo: se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros; se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados; se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé; e o órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

Para realizar denúncias de possível irregularidade no cumprimento do Código de Conduta e Ética da Construtora Adolpho Lindenberg, o colaborador deverá utilizar o e-mail compliance@lindenberg.com.br. Além disso, as denúncias podem ser comunicadas diretamente para área de compliance.

Os denunciante são protegidos pela empresa de retaliação, intimidação ou discriminação, incluindo ação disciplinar, retenção ou suspensão de pagamentos de salários. As denúncias podem ser realizadas de forma anônima ou identificada.

Após o recebimento do relato da ocorrência, a área de compliance fará as entrevistas iniciais para levantamento de dados e compreensão do caso, realizará o procedimento investigativo, incluindo conversa com possíveis testemunhas, e elaborará um relatório, contendo o relato original e provas recolhidas, de acordo com as diretrizes estabelecidas na Política de Investigações Internas.

Toda investigação será sempre sigilosa, cabendo ao condutor zelar pela confidencialidade das informações. Somente devem tomar conhecimento do conteúdo e do desenrolar das apurações o RH Corporativo e a área de compliance.

c. Se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas.

Sim, a Companhia realiza auditoria legal, geralmente por escritório externo.

d. Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido.

A Companhia adotou um Programa de Integridade com seu Código de Conduta e Ética.

5.5 - Alterações significativas

5.5 - Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos.

Quanto às alterações na política de gerenciamento de riscos, vale destacar que, em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia, buscando promover a melhoria contínua de sua estrutura de governança corporativa e o aprimoramento de seus controles internos, criou um Programa de Integridade balizado nos seguintes documentos: (i) Código de Conduta e Ética, (ii) Política de Segurança da Informação, (iii) Política de Brindes e Hospitalidades, (iv) Política de Reembolso, (v) Procedimento de Due Diligence, (vi) Procedimento de Investigações Internas – Compliance; (vii) Procedimento de Investigações Internas – Funcionários, (viii) Medidas Disciplinares – Funcionários; e (viii) Medidas Disciplinares – Parceiros de Negócio.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.6 - Outras inf. Relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não existem outras informações relevantes sobre este item.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	25/10/1966
Forma de Constituição do Emissor	SOCIEDADE ANÔNIMA
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	20/07/1977

6.3 - Breve Histórico

6.3 Breve Histórico

Com mais de 66 anos de atuação, a Construtora Adolpho Lindenberg entregou cerca de 500 empreendimentos em todo território nacional.

O *status* de verdadeira grife do mercado imobiliário do qual a marca hoje desfruta tem origem em uma rara e obstinada combinação de apuro estético, boas soluções arquitetônicas, excelência no processo construtivo, inovação e um relacionamento próximo e duradouro com seus clientes. A qualidade e durabilidade de seus empreendimentos e a reputação de sua marca, única, desejada e respeitada, também transformaram os produtos Lindenberg em um excelente investimento.

Em 2004 a Companhia passou a atuar em estreita parceria com a Lindencorp, incorporadora que empresta aos seus empreendimentos de alto padrão os valores da grife Lindenberg. Frente à realidade cada vez mais competitiva do mercado imobiliário nacional, a soma de diferenciais como solidez, lastro, capacidade de inovação, qualidade e um reconhecido padrão de excelência fazem desse encontro uma oportunidade de diferenciação genuína.

Em abril de 2008, esta já muito bem sucedida parceria é finalmente formalizada com a aquisição do controle acionário da construtora por parte da LDI, holding controladora da Lindencorp, entre outras empresas.

Desde a aquisição acima mencionada, a LDI Desenvolvimento Imobiliário S/A começou um processo de reestruturação da companhia, para redução dos prejuízos acumulados e a busca por resultados positivos. Parte importante desta reestruturação foi o aumento de capital da companhia proposto em 20 de setembro de 2010 em Assembleia Geral Extraordinária, e homologado em 01 de Agosto de 2011 pelo Conselho de Administração.

Essa operação aumentou em R\$ 30.000 milhões o capital social da companhia mediante a emissão de 101.040 (cento e uma mil e quarenta) ações ordinárias e 202.079 (duzentas e duas mil e setenta e nove) ações preferenciais, sem valor nominal, com os mesmos direitos e obrigações das ações ordinárias e preferenciais existentes.

A Companhia persistiu no processo de ajustes das suas contas para reversão do patrimônio líquido negativo, sendo outra etapa importante a redução de capital aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de 30 de abril de 2012. Nesta oportunidade os acionistas votaram a proposta de redução no valor de R\$ 37.852.195,79 (trinta e sete milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, cento e noventa e cinco reais e setenta e nove centavos) passando o capital social de R\$ 38.968.552,79 (trinta e oito milhões, novecentos e sessenta e oito mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e setenta e nove centavos) para R\$ 1.116.357,00 (um milhão, cento e dezesseis mil, trezentos e cinquenta e sete reais). O valor da redução de capital foi integralmente destinado para a absorção dos prejuízos acumulados apresentados no balanço patrimonial da Companhia datado de 31 de dezembro de 2011.

Todos esses esforços resultaram na reversão do patrimônio líquido negativo da Companhia no terceiro trimestre de 2013.

Devido aos ótimos resultados obtidos durante o exercício de 2013, a Companhia realizou a destinação de parte deste para aumento do Capital Social passando de R\$ 1.116.357,00 (um milhão, cento e dezesseis mil, trezentos e cinquenta e sete reais) para R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), e ainda aprovou a distribuição de dividendos no valor de R\$ 2.899.538,50 (dois milhões, oitocentos e noventa e nove mil e quinhentos e trinta e oito reais e cinquenta centavos), devidamente aprovados em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizado em 30 de abril de 2014.

Em decorrência dos ótimos resultados obtidos durante o exercício de 2014, a Companhia realizou novamente a destinação de parte do resultado para aumento do Capital Social passando de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) para R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), e ainda aprovou a distribuição de dividendos no valor de R\$ 1.980.952,42 (um milhão, novecentos e oitenta mil, novecentos

6.3 - Breve Histórico

e cinquenta e dois reais e quarenta e dois centavos), devidamente aprovados em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizado em 31 de março de 2015.

O resultado do exercício de 2015 foi positivo, tendo a Companhia distribuído dividendos no valor total de R\$3.464.244,64 (três milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil, duzentos e quarenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos) e aumentado o capital social em R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais), sem a emissão de novas ações, totalizando R\$16.000.000,00 (dezesesseis milhões de reais), dividido em 124.040 (cento e vinte e quatro mil e quarenta) ações ordinárias e 248.079 (duzentas e quarenta e oito mil e setenta e nove) ações preferenciais, sem valor nominal conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizado em 22 de março de 2016.

O resultado do exercício de 2016 foi positivo, embora tenha representado uma queda expressiva se comparado com o último exercício. A Companhia distribuiu dividendos no valor total de R\$998.972,00 (novecentos e noventa e oito mil e novecentos e setenta e dois reais) conforme aprovação em Assembleia Geral Ordinária realizado em 22 de março de 2017.

O resultado do exercício de 2017 foi positivo. A Companhia distribuiu dividendos no valor total de R\$1.093.392,12 (um milhão, noventa e três mil, trezentos e noventa e dois e reais e doze centavos) aprovado em Assembleia Geral Ordinária realizado em 23 de abril de 2018.

O resultado de 2018, embora menor, permitiu a distribuição de dividendos no valor total de R\$693.332,40 (seiscentos e noventa e três mil, trezentos e trinta e dois e reais e quarenta centavos) distribuídos para os titulares de ações preferenciais como dividendo mínimo, nos termos do Artigo 5º, §3º, alínea (a) do Estatuto Social da Companhia.

Em abril de 2019, a então acionista controladora da Companhia LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A. transferiu a totalidade da sua participação para a Lindenberg Investimentos Ltda., que passou a deter 116.996 ações ordinárias e 202.862 ações preferenciais, representativas de 85,96% do capital social da Companhia. O controle indireto não mudou pois permanece com os Srs. Adolpho Lindenberg Filho e Flávio Haddad Buazar.

No exercício de 2019, a Companhia apurou um prejuízo no montante de R\$24.666.417,82 que foi destinado à absorção de prejuízos acumulados em Assembleia Geral Ordinária de 24 de abril de 2020, em conformidade com o artigo 187 da Lei das S.A.

No exercício de 2020, a Companhia encerrou o exercício com o resultado positivo de R\$1.944.983,65, refletindo a retomada dos lançamentos e início de obras, que foi absorvido pelo prejuízo acumulado. Portanto, a Companhia não distribuiu lucros e dividendos.

Em 2020, a Companhia lançou 4 empreendimentos, gerando um total de vendas líquidas de R\$255,5 milhões, sendo R\$68,8 milhões na participação da Companhia.

As Demonstrações Financeiras da Companhia não foram afetadas diretamente pelo cenário econômico e da pandemia do Covid-19. Por outro lado, a Companhia tomou medidas preventivas para geração de maior liquidez no caixa para superar um cenário econômico futuro mais incerto e desafiador.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

6.5 Indicar se houve pedido de falência, desde que fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial do emissor, e o estado atual de tais pedidos

Não houve pedido de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial nos últimos 3 anos.

6.6 - Outras Informações Relevantes

6.6 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Item não aplicável a Companhia.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

7.1. Descrever sumariamente as atividades principais desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

Objeto Social

O objeto social da Companhia e suas controladas, conforme definido em nosso Estatuto Social, é (i) venda e compra de imóveis; (ii) locação; (iii) desmembramento ou loteamento de terrenos; (iv) incorporação imobiliária; (v) construção de imóveis destinados a venda; (iv) Adicionalmente, tem como objetivo a participação no capital social em outras sociedades, como sócia, cotista ou acionista.

Atividade do emissor e suas controladas

O escopo de atuação da Companhia compreende a prestação de serviço por empreitada ou administração, gerenciamento da obra e execução e acompanhamento dos serviços relativos à assistência técnica. E através do desenvolvimento e incorporação imobiliária, realiza vendas de unidades residenciais de alto e médio padrão.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

7.1 a) Informações de Sociedade de Economia Mista

Item não aplicável a Companhia.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

7.2. Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações:

a) Produtos e serviços comercializados

As receitas da Companhia advêm da prestação de serviços de construção e gestão de construção civil e venda de unidades autônomas de médio alto padrão.

b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

Receita Operacional Consolidada (Em milhares de Reais - R\$)	31/12/2020	% Rec. Líq.	31/12/2019	% Rec. Líq.	31/12/2018	% Rec. Líq.
Receita de prestação de serviços	6.440	21,4%	4.486	110,1%	7.403	108,6%
Receita de assistência técnica	228	0,8%	11	0,3%	402	5,9%
Receita da venda de unidades imobiliárias	26.248	87,4%	93	2,3%	15	0,2%
Total Receita Operacional Bruta	32.916	109,6%	4.590	112,6%	7.820	114,8%
(-) Impostos incidentes sobre a receita	(2.877)	-9,6%	(515)	-12,6%	(1.006)	-14,8%
Total Receita Operacional Líquida	30.039	100,0%	4.075	100,0%	6.814	100,0%

As deduções sobre a receita bruta incluem o total dos impostos incidentes sobre as receitas de serviços e venda de imóveis. Por este motivo, a composição do percentual das receitas da Companhia por segmento econômico em relação à receita líquida apresenta valor superior a cem por cento, quando somadas.

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

Para fins de análise e gerenciamento das operações, a Companhia é dividida em unidades de negócio, com base em vendas de imóveis e serviços, com dois segmentos operacionais sujeitos à divulgação de informações.

A Companhia desenvolve suas operações exclusivamente em território nacional e, devido às características do negócio não existe concentração de prestação de serviços em determinados clientes.

Resultado Operacional por Segmento	31/12/2020			31/12/2019			31/12/2018		
	Prestação de Serviços	Incorporação Imobiliária	Consolidado	Prestação de Serviços	Incorporação Imobiliária	Consolidado	Prestação de Serviços	Incorporação Imobiliária	Consolidado
Receita operacional bruta	6.065	26.851	32.916	4.391	199	4.591	7.582	237	7.819
(-) Deduções	(676)	(2.201)	(2.877)	(539)	24	(515)	(970)	(36)	(1.006)
Receita líquida	5.389	24.650	30.039	3.852	223	4.076	6.612	201	6.813
Custos	(7.026)	(17.490)	(24.516)	(6.971)	(76)	(7.047)	(6.543)	(306)	(6.849)
Despesas operacionais	(2.864)	(1.124)	(3.988)	(10.627)	(13.236)	(23.863)	(8.781)	(28.833)	(37.614)
Equivalência patrimonial	0	2.290	2.290	0	1.214	1.214	0	12.511	12.511
Resultado financeiro	66	(1.272)	(1.206)	571	366	937	134	356	490
Imposto de renda e contribuição social	0	(676)	(676)	0	18	18	0	(17)	(17)
Lucro (prejuízo) líquido	(4.435)	6.378	1.943	(13.175)	(11.491)	(24.666)	(8.578)	(16.088)	(24.666)
Ativo total consolidado	14.344	110.354	124.698	7.703	72.169	79.872	7.749	38.117	45.866
Passivo total consolidado	4.734	116.662	121.396	6.062	72.451	78.513	7.346	12.497	19.843
Patrimônio líquido	9.610	(6.308)	3.302	1.641	(282)	1.359	403	25.620	26.023

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

7.3. Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 7.2, descrever:

Produção / Comercialização / Mercados

a. Características do processo de produção

Atuando no setor de construção desde 1967, a A Construtora Adolpho Lindenberg possui mais de 500 empreendimentos construídos e em construção. A Companhia não possui equipamentos próprios de construção pesada, apenas dispondo de uma força de trabalho adequada para a construção. Com uma equipe própria de profissionais a Construtora Adolpho Lindenberg atua gerenciando a construção dos empreendimentos, enquanto subempreiteiras executam a obra. Substancialmente todas as obras são executadas por administração com custo alvo. O mercado de subempreiteiras é altamente fragmentado, com a entrada constante de novos participantes. Outrossim, a Companhia mantém um cadastro geral de fornecedores previamente homologados pela área de qualidade e suprimentos. A escolha destas subempreiteiras ocorre com base em uma combinação de qualificações, reputação, confiabilidade técnica e preço. Cada subempreiteira deve ainda assegurar à Companhia de que cumpre com a legislação trabalhista e previdenciária antes de receber o pagamento.

A equipe própria da Companhia que efetua gestão e fiscalização da obra permanece em tempo integral na obra, seguindo as medidas do Governo Federal, Estadual e Prefeituras, além das recomendações da Secretaria do Trabalho, Ministério da Economia, Ministério da Saúde e Organização Mundial da Saúde, de prevenção e disseminação do vírus Covid-19, formada por engenheiros, mestres, técnicos de edificação, técnicos de segurança e encarregados especializados por tipo de serviço e/ou etapa construtiva, além de pessoal administrativo. Dessa forma, garante-se o controle total do andamento físico e financeiro da obra, qualidade dos serviços (inclusive executados por subempreiteiros), cumprimento das normas de segurança, a entrega das unidades vendidas no prazo e administração dos materiais, ferramentas e equipamentos utilizados. Salienta-se ainda que todos os serviços executados por subempreiteiros seguem os projetos desenvolvidos pela construtora e os padrões determinados pela área de qualidade.

A Companhia conta com know-how e capacitação significativos e distintos na produção de edifícios residenciais. Nas principais fases das obras, como o levantamento da estrutura de concreto, emprega-se técnicas de construção padronizadas destinadas a racionalizar a produção, maximizar a produtividade e controle de qualidade, minimizar o desperdício de materiais e o tempo ocioso de trabalhadores. A Construtora Adolpho Lindenberg dá grande importância ao controle de qualidade e, para tanto, além dos controles internos, utiliza-se de empresas terceirizadas para auditar os procedimentos de execução das obras, qualidade dos produtos e serviços.

A Construtora Adolpho Lindenberg utiliza processos de construção padronizados, fazendo uso dos mais modernos recursos disponíveis no mercado. A equipe de engenharia é altamente qualificada e, além da experiência técnica, tem habilidade para gerenciar as condições sociais, econômicas e ambientais de cada região em que atua. Os edifícios são construídos segundo rigorosos padrões de segurança e qualidade e as unidades são equipadas com acessórios e materiais modernos, de alta qualidade e de fabricantes de renome. As áreas comuns geralmente incluem jardins, além de áreas de lazer, tais como piscinas, inclusive aquecidas, quadras de esportes, áreas de fitness, salões de recreação e playgrounds.

b. Características do processo de distribuição

A Companhia possui uma equipe própria de prospecção e desenvolvimento que avalia as necessidades de crescimento e busca novos negócios através de parcerias com incorporadores e processos de licitações.

c. Características dos mercados de atuação

i. Participação em cada um dos mercados

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

A Companhia tem como foco o desenvolvimento de empreendimentos residenciais na Capital e Região Metropolitana de São Paulo e interior do Estado de São Paulo.

ii. Condições de competição nos mercados

Os principais fatores competitivos no ramo de incorporações imobiliárias incluem disponibilidade e localização de terrenos, preços, financiamento, projetos, qualidade, reputação e Parcerias com incorporadores.

d. Eventual sazonalidade

Embora o mercado imobiliário em geral costume desacelerar durante alguns meses do ano (janeiro, fevereiro e julho de cada ano) em função de férias, que acabam influenciando em decisões de investimento, as atividades da Companhia não são afetadas de forma relevante pela sazonalidade.

e. Principais insumos e matérias primas

i. Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A Companhia mantém relacionamento de longo prazo com seus fornecedores. Periodicamente, os fornecedores são avaliados e, conforme o caso, trabalha-se em conjunto na tentativa de resolver eventuais problemas ou substitui-se o fornecedor. Não é prática da Companhia celebrar acordos de exclusividade com fornecedores, sendo que para cada empreendimento é contratado o fornecedor mais adequado, com base nos preços, qualidade e condições de entrega dos produtos.

Além disso, o Departamento de Suprimentos da Companhia realiza um trabalho DE programação da aquisição de insumos, de forma a evitar atrasos nas obras por falta de material, além de permitir ganhos de volume com a negociação simultânea de insumos de obras diferentes. Não são mantidos estoques de materiais de construção.

ii. Eventual dependência de poucos fornecedores

Não há dependência em relação a qualquer fornecedor uma vez que a Companhia atua com uma vasta lista de fornecedores previamente cadastrados e homologados.

iii. Eventual volatilidade em seus preços

Ao indexar os recebíveis dos clientes de obras não concluídas ao INCC, a Companhia se protege de eventuais volatilidades nos preços dos insumos.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

7.4. Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:

a. montante total de receitas provenientes do cliente

Receita Operacional Bruta por Cliente	2020	%	2019	%	2018	%
Outros	32.916	100,0%	632	13,8%	1.936	24,8%
Grupo Lar Participações Ltda.	0	0,0%	2.355	51,3%	1.928	24,7%
Lindencorp Participações e Incorporações Ltda.	0	0,0%	1.603	34,9%	2.363	30,2%
Novo Portal Empreendimentos e Participações Ltda.	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Incorporadora Empreendimentos e Participações Ltda.	0	0,0%	0	0,0%	1.592	20,4%
Total Receita Bruta por Cliente	32.916		4.590		7.819	

b. Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Estas receitas advêm da venda de unidades autônomas, da prestação de serviços de construção e mão de obra e do gerenciamento das obras.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

7.5 Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

a. Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Por se tratar de uma Companhia com seu principal foco na atividade de prestação de serviços de construção e gerenciamento de construção, a regulação estatal se dá através do órgão de fiscalização CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo) e CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil), sendo as demais aprovações de responsabilidade dos proprietários e do incorporador.

b. Política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se foro caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

A Companhia está sujeita a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais relativos à proteção do meio ambiente. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação.

c. Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

A Companhia tem o registro junto ao INPI da marca “Construtora Adolpho Lindenberg S/A” na classe de construção de imóveis, serviços de projetos arquitetônicos e de engenharia e construção civil. Entendemos que a marca tem um valor agregado muito importante e que resulta na obtenção de novos negócios e oportunidades.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

7.6. Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:

Não existem receitas na Companhia provenientes de outros países que não o Brasil.

- a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor
- b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor
- c. receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

7.7. Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 7.6, informar em que medida o emissor está sujeito à regulação desses países e de que modo tal sujeição afeta os negócios do emissor

Item não aplicável à Companhia.

7.8 - Políticas Socioambientais

7.8 - Políticas socioambientais

- (a) se o emissor divulga informações sociais e ambientais
- (b) a metodologia seguida na elaboração dessas informações
- (c) se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente
- (d) a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações

Em 2011 a Companhia implantou o Departamento de Processo, Tecnologia e Qualidade (“PROTEQ”), cujas responsabilidades principais abrangem:

- Manter e aprimorar o sistema de gestão da qualidade da Companhia;
- Aprimoramento e manutenção dos seus procedimentos técnicos e processos;
- Implementar ações de capacitação para a equipe técnica;
- Definir, coletar e efetuar a análise dos indicadores de desempenho técnico e de gestão dos empreendimentos; prospectar, qualificar e realizar o acompanhamento dos fornecedores da Companhia (materiais e serviços);
- Efetuar a análise técnica das novas tecnologias em processos e produtos antes da inserção nos procedimentos executivos.

Além dessas atribuições, o PROTEQ estabeleceu e mantém o monitoramento dos indicadores de sustentabilidade da Companhia, relacionados ao consumo de água e energia elétrica. Tais indicadores têm contribuído para a melhoria da gestão do insumo, bem como para a rápida detecção de ocorrências que possam estar relacionadas com o desperdício/consumo fora do padrão.

Em 2015 a Companhia estabeleceu para todos os seus canteiros o Plano de Gestão de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), documento no qual estabelece as diretrizes que regularão a questão dos resíduos gerados pelas obras, que é adaptado de acordo com as especificidades de cada canteiro. A elaboração desse plano, bem como outros aspectos relacionados a gestão de resíduos estão descritos em procedimento específico, revisado por uma consultoria externa, publicado e transmitido à toda a equipe responsável por esta atividade.

Com base no planejamento da geração de resíduos estabelecido no referido PGRCC, e no monitoramento mensal da efetiva geração de resíduos nos canteiros, foi estabelecida uma meta para cada empreendimento/obra, visando a redução do volume destinado a aterros, essa medida tem impacto positivo. Há ações em curso que buscam a redução da geração de resíduos bem como a implementação da logística reversa para alguns sistemas construtivos.

Hoje todos os canteiros da Companhia contam com um planejamento logístico onde são abordados o plano de ataque da obra, os equipamentos de movimentação que ali serão empregados bem como o planejamento da evolução do canteiro. Em adição também foram estabelecidas medidas padrão para o confinamento e controle dos materiais. Essas ações visam, além do controle do material em si, a redução das perdas associadas a movimentação e consequentemente a redução da geração dos resíduos.

Além disso, a fim de verificar a viabilidade de seus projetos e obras, a Companhia realiza investigações preliminares nos imóveis de seu interesse, visando identificar possíveis passivos ambientais, como áreas contaminadas, que poderiam resultar em óbices ou investimentos não previstos o desenvolvimento de suas atividades. Para a devida elaboração destes estudos ambientais, a Companhia contrata consultorias externas especializadas. Ainda nesse contexto, onde aplicável, adotamos medidas no sentido de minimizar o impacto causado pela supressão das camadas vegetais e, de acordo com o estabelecido junto aos órgãos ambientais para cada empreendimento, estabelece e atende os termos de compromisso ambiental (TCA).

Assim, muito embora a Companhia não divulgue um relatório de sustentabilidade, ela desenvolve várias ações que visam mitigar o impacto que as suas operações podem causar no meio ambiente. Por fim, a Companhia entende que a conscientização dos seus colaboradores diretos, indiretos e parceiros comerciais é a melhor e mais efetiva forma de implementar projetos para sustentabilidade ambiente.

7.9 - Outras Informações Relevantes

7.9 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Item não aplicável a Companhia.

8.1 - Negócios Extraordinários

8.1. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

a) Controladores diretos e indiretos

			% ON	% PN
LINDENBERG INVESTIMENTOS LTDA	116.996	202.862	94,32%	81,77%
OUTROS	7.044	6.564	5,68%	18,23%
	124.040	209.426	100%	100%

b) Controladas e coligadas

Controladas	Participação acionária - %	
	31/12/2020	31/12/2019
<u>Controladas diretas</u>		
Adolpho Lindenberg Construtora Ltda.	100	100
CAL – Construtora e Serviços de Mão de Obra Ltda.	100	100
Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda.	100	100
Lindenberg Vendas Ltda.	100	100
<u>Controladas indiretas</u>		
Bari Incorporacao Ltda	100	100
Barolo Incorporação Ltda (iii)	100	100
Ferrette Incorporacao Ltda	100	100
Novara Incorporação Ltda	100	100
Varese Incorporação Ltda (iv)	100	100
Viseu Incorporacao Ltda	100	100
	31/12/2020	31/12/2019
<u>Coligadas</u>		
<u>Coligada direta</u>		
Siebenlind Real Estate Investimentos Ltda. (i)	15	15
<u>Coligadas indiretas</u>		
Amadora Incorporação Ltda.	10	10
Aosta Incorporacao Ltda	29,79	100
Laurenza Incorporação SPE Ltda. (ii)	37	-
Lion Incorporação SPE Ltda.	40	40
SPE Bandeira Incorporação Ltda.	49	50
Toliara Incorporação SPE Ltda.	30	30
Valência Incorporação Ltda.	50	50

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

8.2. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

A Companhia não realizou alterações significativas na forma de condução dos seus negócios.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

8.3. Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

A Companhia não celebrou contratos não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

8.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Item não aplicável a Companhia.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

9.1. Descrever os bens do ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades do emissor, indicando em especial;

a. Ativos imobilizados, inclusive aqueles objetos de aluguel ou arrendamento, identificando a sua localização;

ATIVO TANGÍVEL	Localização	Taxa de Depreciação aa.	Controladora			Consolidado		
			31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Veículos	Sede	20%	0	0	95	0	0	95
Móveis e utensílios	Sede	10%	0	0	0	42	42	42
Computadores e periféricos	Sede	20%	0	0	0	46	0	45
Estande e decorado	Coligada	n/a	0	0	0	758	0	0
Benfeitoria em propriedades de terceiros	Sede	20%	0	0	0	32	32	32
Total			0	0	95	878	74	214
(-) Depreciação de veículos acumulada		n/a	0	0	(93)	0	0	(93)
(-) Depreciação de móveis e utensílios acumulada		n/a	0	0	0	(28)	(24)	(20)
(-) Depreciação computadores e periféricos		n/a	0	0	0	(29)	0	(42)
(-) Depreciação estande e decorado		n/a	0	0	0	(27)	0	0
(-) Depreciação benfeitoria em propriedades de terceiros acumulada		n/a	0	0	0	(22)	(19)	(16)
Total Líquido			0	0	2	772	31	43

b. ativos intangíveis, tais como patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia, nome de domínio na rede mundial de computadores, informando:

ATIVO INTANGÍVEL	Localização	Taxa de Depreciação aa.	Controladora			Consolidado		
			31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Marcas e patentes	Sede	n/a	42	42	42	42	42	42
Softwares	Sede	20%	0	0	131	67	0	131
Direito de uso		20%	0	0	0	867	1.011	0
Total			42	42	173	976	1.053	173
(-) Amortização de softwares acumulada		n/a	0	0	(126)	0	0	(126)
(-) Amortização de direito de uso		n/a	0	0	0	(326)	(258)	0
Total Líquido			42	42	47	650	795	47

i. duração

O prazo de vigência nas marcas e patentes da Companhia é o prazo legal de 10 anos para as marcas, prorrogável por períodos iguais e sucessivos, e de 20 anos para as patentes, nos termos da Lei 9.279/96.

ii. eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos

Não há eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos, além dos legalmente previstos.

iii. possíveis consequências da perda de tais direitos para o Emissor

Eventuais indeferimentos de patentes, marcas, domínios e licenças não ocasionarão efeitos adversos em nossas atividades ou nos empreendimentos incorporados, lançados e comercializados pelo emissor.

c. as sociedades em que o emissor tenha participação e a respeito delas informar:

- i. denominação social
- ii. atividades desenvolvidas
- iii. participações do emissor
- iv. se a sociedade é controlada ou coligada
- v. valor contábil da participação

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Participação Societária (Em milhares de Reais - R\$)	Valor Contábil de Investimento		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Adolpho Lindenberg Construtora Ltda			
Participação direta:	99,99%		
Participação indireta:	0,01%		
Sociedade:	Controlada		
Descrição:	Empresa de construção e terceirização de mão de obra		
Valor contábil:	R\$ 1.034,00	R\$ 1.713,00	R\$ 1.578,00
Amadora Incorporação Ltda			
Participação direta:	0,00%		
Participação indireta:	10,00%		
Sociedade:	Coligada		
Descrição:	Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários		
Valor contábil:	-R\$ 127,24	-R\$ 121,00	-R\$ 137,00
Aosta Incorporação Ltda			
Participação direta:	0,00%		
Participação indireta:	32,16%		
Sociedade:	Coligada		
Descrição:	Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários		
Valor contábil:	R\$ 5.253,00	R\$ 350,22	R\$ 0,00
Associação Praça Lindenberg			
Participação direta:	0,00%		
Participação indireta:	15,00%		
Sociedade:	Coligada		
Descrição:	Administração de condomínios		
Valor contábil:	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Bari Incorporação Ltda			
Participação direta:	0,00%		
Participação indireta:	100,00%		
Sociedade:	Coligada		
Descrição:	Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários		
Valor contábil:	R\$ 0,00	R\$ 499,74	R\$ 0,00
Barolo Incorporação Ltda.			
Participação direta:	0,00%		
Participação indireta:	100,00%		
Sociedade:	Coligada		
Descrição:	Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários		
Valor contábil:	R\$ 9.071,00	R\$ 30.765,35	R\$ 0,00
CAL Construtora e Serviços de Mão de Obra Ltda			
Participação direta:	100,00%		
Participação indireta:	0,00%		
Sociedade:	Controlada		

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Descrição:	<i>Empresa de construção e terceirização de mão de obra</i>		
Valor contábil:	R\$ 9.611,00	-R\$ 2.547,00	-R\$ 8.700,00

Ferrette Incorporação Ltda

Participação direta:	0,00%		
Participação indireta:	100,00%		
Sociedade:	<i>Coligada</i>		
Descrição:	<i>Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários</i>		
Valor contábil:	-R\$ 66,00	-R\$ 65.410,00	-R\$ 11.728,53

Forenza Incorporação SPE Ltda.

Participação direta:	0,00%		
Participação indireta:	15,00%		
Sociedade:	<i>Coligada</i>		
Descrição:	<i>Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários</i>		
Valor contábil:	R\$ 132.336,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Groelandia Incorporação Ltda

Participação direta:	0,00%		
Participação indireta:	15,00%		
Sociedade:	<i>Coligada</i>		
Descrição:	<i>Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários</i>		
Valor contábil:	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Laurenza Incorporação SPE S/A

Participação direta:	0,00%		
Participação indireta:	37,00%		
Sociedade:	<i>Coligada</i>		
Descrição:	<i>Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários</i>		
Valor contábil:	-R\$ 206,00	R\$ 2.039,00	R\$ 0,00

Lindenberg São Paulo Empresa De Incorporação Ltda

Participação direta:	99,99%		
Participação indireta:	0,01%		
Sociedade:	<i>Controlada</i>		
Descrição:	<i>Empresa de construção e terceirização de mão de obra</i>		
Valor contábil:	R\$ 23.681,00	R\$ 7.486,00	R\$ 34.326,00

Lindenberg Vendas Ltda

Participação direta:	100,00%		
Participação indireta:	0,00%		
Sociedade:	<i>Controlada</i>		
Descrição:	<i>Empresa de gestão e administração de propriedade imobiliária</i>		
Valor contábil:	R\$ 355,00	R\$ 18,00	R\$ 34,00

Lion Incorporação SPE Ltda.

Participação direta:			
----------------------	--	--	--

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros*Participação indireta:**Sociedade:**Coligada**Descrição:*

		-R\$	R\$
Valor contábil:	-R\$ 17,00	18.207,97	21.159.858,26

Monza Empresa De Incorporação Spe Ltda*Participação direta:*

0,00%

Participação indireta:

15,00%

*Sociedade:**Coligada**Descrição:**Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários*

	R\$		
Valor contábil:	105.887,00	R\$ 79.969,00	R\$ 0,00

Novara Incorporação Ltda.*Participação direta:*

0,00%

Participação indireta:

100,00%

*Sociedade:**Coligada**Descrição:**Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários*

Valor contábil:	-R\$ 13,00	-R\$ 13,00	R\$ 4,00
-----------------	------------	------------	----------

Siebenlind Real Estate Investimentos Ltda*Participação direta:*

15,00%

Participação indireta:

0,00%

*Sociedade:**Controlada**Descrição:**Empresa de participação em empreendimentos imobiliários*

Valor contábil:	R\$ 37.773,00	R\$ 26.451,00	R\$ 0,00
-----------------	---------------	---------------	----------

SPE Bandeira Incorporação SPE S.A.*Participação direta:*

0,00%

Participação indireta:

49,00%

*Sociedade:**Coligada**Descrição:**Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários*

Valor contábil:	R\$ 7.169,00	R\$ 5.203,00	-R\$ 16,00
-----------------	--------------	--------------	------------

Toliara Incorporação SPE Ltda.*Participação direta:*

0,00%

Participação indireta:

30,00%

*Sociedade:**Coligada**Descrição:**Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários*

Valor contábil:	R\$ 44,00	R\$ 51,00	R\$ 69,00
-----------------	-----------	-----------	-----------

Valência Incorporação Ltda.*Participação direta:*

0,00%

Participação indireta:

50,00%

*Sociedade:**Coligada**Descrição:**Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários*

Valor contábil:	-R\$ 207,00	-R\$ 155,00	R\$ 464,00
-----------------	-------------	-------------	------------

VARESE INCORPORAÇÃO LTDA

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

<i>Participação direta:</i>	0,00%		
<i>Participação indireta:</i>	100,00%		
<i>Sociedade:</i>	Coligada		
<i>Descrição:</i>	Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários		
<i>Valor contábil:</i>	-R\$ 1,00	R\$ 181,02	R\$ 0,00

Viseu Incorporacao Ltda

<i>Participação direta:</i>	0,00%		
<i>Participação indireta:</i>	100,00%		
<i>Sociedade:</i>	Coligada		
<i>Descrição:</i>	Empresa de incorporação de empreendimentos imobiliários		
<i>Valor contábil:</i>	R\$ 7.385,00	R\$ 1.430,00	R\$ 2,00

vi. sede

Sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, 466 - 2º andar, Edifício Corporate - Bloco C.

vii. se possui registro na CVM

Nenhuma das Controladas possuem registro na CVM, apenas a Controladora.

viii. valor de mercado da participação conforme a cotação das ações na data de encerramento do exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados de valores mobiliários

Não aplicável ao emissor

ix. valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor contábil

Não aplicável ao emissor

x. valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor de mercado, conforme as cotações das ações na data de encerramento de cada exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados

Não aplicável ao emissor

xi. montante de dividendos recebidos nos 3 últimos exercícios sociais

Dividendos Recebidos (Em milhares de Reais - R\$)	Controladora			Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	
Total Dividendos	1.480	27.311	16.603	1.581	20.830	13.457

xii. razões para aquisição e manutenção de tal participação

Não aplicável ao emissor

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Veículo	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Equipamentos e Instalações de Escritório	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Imóvel locado á Rua Joaquin Floriano, 466 2ºand C	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Estande e decorado	Brasil	SP	São Paulo	Própria

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marcas e Patentes	10	Não há eventos que possam causar a perda dos direitos relativos a tais ativos, além dos legalmente previstos.	Eventuais indeferimentos de patentes, marcas, domínios não ocasionarão efeitos adversos em nossas atividades ou nos empreendimentos incorporados, lançados e comercializados pela Companhia.
Licenças	Licenças de uso de Software	10	Não existem eventos que possam causar a perda dos direitos.	Eventuais indeferimentos de licenças não ocasionarão efeitos adversos em nossas atividades ou nos empreendimentos incorporados, lançados e comercializados pela Companhia.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
ADOLPHO LINDENBERG CONSTRUTORA LTDA.	60.665.379/0001-80	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	CONSTRUÇÃO DE IMÓVEIS	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2020	-39,600000	0,000000	1.025.937,80	Valor contábil	31/12/2020	1.034.105,29		
31/12/2019	8,610000	0,000000	23.000,00					
31/12/2018	-0,820000	0,000000	68.000,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
UNIDADE DE NEGÓCIO								
AMADORA INCORPORACAO LTDA.	11.955.975/0001-90	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação de empreendimentos imobiliários	10,000000
				Valor mercado				
31/12/2020	4,900000	0,000000	17.300,00	Valor contábil	31/12/2020	-127.244,46		
31/12/2019	-11,600000	0,000000	0,00					
31/12/2018	-172,900000	0,000000	129.381,56					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
UNIDADE DE NEGÓCIO								
AOSTA INCORPORAÇÃO LTDA.	32.208.022/0001-38	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação de empreendimentos imobiliários	32,160000
				Valor mercado				
31/12/2020	1399,900000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2020	5.253.212,55		
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
UNIDADE DE NEGÓCIO								
ASSOCIAÇÃO PRAÇA LINDENBERG	40.108.209/0001-98	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	ADMINISTRAÇÃO DE CONDOMÍNIOS	15,000000
				Valor mercado				

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)	
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)				
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2020	0,00			
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00						
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação									
UNIDADE DE NEGÓCIO									
BARI INCORPORACAO LTDA.	32.233.054/0001-93	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação de empreendimentos imobiliários	100,000000	
Valor mercado									
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2020	0,00			
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00						
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação									
UNIDADE DE NEGÓCIO									
BAROLO INCORPORAÇÃO LTDA.	33.657.273/0001-62	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação de empreendimentos imobiliários	100,000000	
Valor mercado									
31/12/2020	-70,500000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2020	9.070.536,75			
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00						
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação									
UNIDADE DE NEGÓCIO									
CAL CONSTRUTORA E SERVIÇOS DE MÃO DA OBRA LTDA.	06.152.137/0001-48	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	CONSTRUÇÃO DE IMÓVEIS	99,990000	
Valor mercado									
31/12/2020	-477,300000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2020	9.611.118,90			
31/12/2019	-70,730000	0,000000	0,00						
31/12/2018	47,440000	0,000000	468.000,00						

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA								
FERRETTE INCORPORAÇÃO LTDA.	17.790.765/0001-75	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação de empreendimento imobiliário	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2020	99,900000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2020	-65.731,70		
31/12/2019	457,700000	0,000000	0,00					
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
UNIDADE DE NEGÓCIO								
FORENZA INCORPROAÇÃO SPE LTDA.	12.868.476/0001-28	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação de empreendimentos imobiliários	15,000000
				Valor mercado				
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2020	132.336.196,58		
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
UNIDADE DE NEGÓCIO								
GROELANDIA INCORPROAÇÃO LTDA.	36.626.029/0001-20	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação de empreendimentos imobiliários	15,000000
				Valor mercado				
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2020	0,00		
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
UNIDADE DE NEGÓCIO								

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
LAURENZA INCORPROAÇÃO SPE S/A	12.868.413/0001-71	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	Incorproação de empreendimentos imobiliários	37,000000
Exercício social								
	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
							Valor mercado	
31/12/2020	-110,100000	0,000000	1.687.200,00		Valor contábil 31/12/2020	-205.920,55		
31/12/2019	0,000000	0,000000	138.750,00					
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
UNIDADE DE NEGÓCIO								
LINDENBERG SÃO PAULO INCORPORADORA LTDA	06.138.869/0001-83	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	INCORPORAÇÃO DE IMÓVEIS	99,990000
Exercício social								
	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)	Valor mercado	
31/12/2020	216,300000	0,000000	19.000.506,69		Valor contábil 31/12/2020	23.680.719,04		
31/12/2019	-78,190000	0,000000	22.287.799,00					
31/12/2018	5,120000	0,000000	16.067.000,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
UNIDADE DE NEGÓCIO								
LINDENHOUSE COMERCIALIZAÇÃO PRIVATE LTDA	09.123.487/0001-74	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Prestação de serviços de consultoria, assessoria imobiliária e intermediação nas transações imobiliárias em geral, inclusive na compra e venda, promessa de compra e venda, cessão, promessa de cessão, permuta, incorporação, loteamento e locação.	99,990000
Exercício social								
	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)	Valor mercado	
31/12/2020	1872,200000	0,000000	476.000,00		Valor contábil 31/12/2020	354.545,97		
31/12/2019	-47,100000	0,000000	0,00					
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
UNIDADE DE NEGÓCIO								

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
LION INCORPORAÇÃO SPE LTDA.	08.349.965/0001-04	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	Incorproação de empreendimento imobiliário	40,000000
				Valor mercado				
31/12/2020	-99,900000	0,000000	22.820.927,02	Valor contábil	31/12/2020	-17.370,16		
31/12/2019	-100,100000	0,000000	22.820.927,02					
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
UNIDADE DE NEGÓCIO								
NOVARA INCORPORAÇÃO LTDA.	12.348.208/0001-85	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação de empreendimentos imobiliários	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2020	-12.908,19		
31/12/2019	-425,000000	0,000000	0,00					
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
UNIDADE DE NEGÓCIO								
SIEBENLIND REAL ESTATE INVESTIMENTOS LTDA.	33.856.131/0001-24	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação de empreendimentos imobiliários	15,000000
				Valor mercado				
31/12/2020	42,800000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2020	37.772.709,59		
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
UNIDADE DE NEGÓCIO								
SPE BANDEIRA INCORPROAÇÃO SPE S.A.	12.348.138/0001-65	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação de empreendimentos imobiliários	49,000000
				Valor mercado				

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
31/12/2020	-99,900000	0,000000	-132,30	Valor contábil	31/12/2020	7.168.706,82		
31/12/2019	-32,618800	0,000000	0,00					
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
UNIDADE DE NEGÓCIO								
TOLIARA INCORPORAÇÃO SPE LTDA	11.976.170/0001-22	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação de empreendimentos imobiliários	30,000000
				Valor mercado				
31/12/2020	-13,700000	0,000000	15.600,00	Valor contábil	31/12/2020	44.191,44		
31/12/2019	-26,100000	0,000000	0,00					
31/12/2018	72,500000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
UNIDADE DE NEGÓCIO								
VALENCIA INCORPORAÇÃO LTDA.	19.331.879/0001-82	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação de empreendimentos imobiliários	50,000000
				Valor mercado				
31/12/2020	33,500000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2020	-207.487,88		
31/12/2019	-133,400000	0,000000	0,00					
31/12/2018	-324,200000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
UNIDADE DE NEGÓCIO								
VARESE INCORPORAÇÃO LTDA.	33.664.203/0001-31	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	Incorproação de empreendimentos imobiliários	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2020	-100,600000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2020	-1,00		
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
UNIDADE DE NEGÓCIO								
WISEU INCORPORAÇÃO LTDA.	17.790.780/0001-13	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação de empreendimentos imobiliários	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2020	416,400000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2020	7.385.251,19		
31/12/2019	71400,000000	0,000000	0,00					
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
UNIDADE DE NEGÓCIO								

9.2 - Outras Informações Relevantes

9.2 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Item não aplicável a Companhia

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1. Em atenção ao item 10.1 do Formulário de Referência – IN CVM 480/09, seguem os comentários dos Diretores da Companhia:

A Companhia reportou indicadores aquém do histórico, principalmente devido ao cenário macroeconômico recessivo dos últimos anos de 2020, 2019 e de 2018 e o reflexo do longo ciclo econômico da nossa atividade. Apesar disso, estamos otimistas com a nova fase que se inicia, tendo em vista a capacidade de adaptação a diferentes cenários do nosso modelo de negócios, da qualidade da operação e a consistência operacional que faz com que os resultados sigam dentro do esperado pela Companhia.

Em linha com o planejamento estratégico da Companhia para o ano de 2020, culminando com o retorno operacional em patamares historicamente realizados, a Construtora Adolpho Lindenberg realizou o lançamento de 4 empreendimentos nos 12M20, totalizando um VGV Potencial R\$ 660,4 milhões sendo R\$ 255,5 milhões na participação da CAL e com participação média de 38,7%. Os empreendimentos lançados em 2020: (i) Lindenberg Cambuí lançado em março (1T20), segmento residencial de alto padrão, localizado no interior de São Paulo e com 100% de participação da CAL, composto de 22 unidades tipo, 1 unidade garden e 1 unidade cobertura, torre única, com VGV Potencial de lançamento de R\$ 79,8 milhões e com 6.344 mil m² de área privativa; (ii) Lindenberg Reserva Itaim lançado em junho (2T20), segmento residencial de alto padrão, localizado na capital de São Paulo e com 13,72% de participação da CAL, torre única, composto de 42 unidades tipo, 2 unidades garden e 2 coberturas duplex, com VGV Potencial de lançamento de R\$ 152,4 milhões e com 7.125 mil m² de área privativa; (iii) Praça Lindenberg – Fase Clodomiro lançado em novembro (4T20), segmento residencial de alto padrão, localizado na capital de São Paulo e com 15,0% de participação CAL, torre única, composto de 54 unidades tipo, 2 unidades garden e 2 coberturas duplex, com VGV Potencial R\$ 321,8 milhões e com 11.805 mil m² de área privativa e; (iv) Lindenberg Vila Mariana lançado em dezembro (4T20), segmento residencial de alto padrão, localizado na capital de São Paulo e com 100% de participação da CAL, composto de 30 unidades tipo e 2 unidades garden, com VGV Potencial de lançamento de R\$ 106,5 milhões e com 6.845 mil m² de área privativa.

Com a manutenção das taxas de juros e o arrefecimento da crise provocada pelo Covid-19, entendemos que já passamos pelo pior momento, e o mercado imobiliário, especialmente de São Paulo e no alto padrão, está se recuperando gradativamente e estamos bastante otimistas para os novos lançamentos. Importante destacar que os próximos lançamentos dependerão principalmente da demanda do mercado e das condições do cenário econômico no país.

As vendas líquidas somaram R\$ 92,9 milhões no 4T20, e a parte CAL correspondeu a R\$ 34,2 milhões (36,9% das vendas totais). As vendas líquidas realizadas nos 12M20 totalizaram R\$ 199,3 milhões e a parte CAL correspondeu a R\$ 68,8 milhões (34,5% das vendas totais). O índice de vendas sobre a oferta consolidado (VSO) totalizou 17,0% no encerramento do 4T20 e 33,4% no acumulado de 2020, e na participação da CAL, totalizou 9,2% no 4T20 e 24,7% nos 12M20. Esses índices reforçam a retomada operacional da Construtora Adolpho Lindenberg em níveis saudáveis.

O estoque a valor de mercado referente às incorporações realizadas pela Construtora Adolpho Lindenberg no encerramento do 4T20 totalizou R\$ 451,0 milhões, sendo R\$ 183,8 milhões referente à parte CAL com participação média de 40,8% do total. Os estoques da CAL estão concentrados e distribuídos em unidades residenciais de alto padrão, sendo que 81,8% do estoque total está alocado na Capital de São Paulo e 18,2% no Interior de São Paulo, o que demonstra a manutenção do foco e reforço da atuação da Companhia no segmento de sua atuação.

O Banco de Terrenos (Land Bank) no encerramento do 4T20, somava um VGV Total potencial de R\$ 753,1 milhões, sendo R\$ 163,1 milhões parte CAL, média de 21,6% de participação do total. Composto por 2 projetos residenciais em localizações premium na Capital de São Paulo, totalizando mais de 140 unidades de alto padrão já em processo final de aprovação com expectativa de lançamento nos próximos 12 meses, que reforça o novo ciclo operacional e a manutenção do foco regional de atuação e no alto padrão da Companhia. Manteremos a nossa busca pela excelência da qualidade, o cumprimento dos prazos e dos custos dos empreendimentos, alguns dos principais atributos pelos quais a Construtora Adolpho Lindenberg é amplamente reconhecida no mercado.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

O volume de obras totalizou 43,9 mil m² no encerramento do 4T20, compostos por 3 obras residenciais (sendo 2 localizadas na capital de São Paulo e 1 no interior de São Paulo), total de 166 unidades em construção. Com a retomada de lançamentos deste novo ciclo ao longo do ano de 2020, a Construtora Adolpho Lindenberg começa a reportar indicadores em linha com o histórico da Companhia, principalmente devido ao cenário macroeconômico recessivo dos últimos anos e do longo ciclo econômico da nossa atividade, que foi retomado em 2020, apesar dos impactos causados pela pandemia do COVID-19. Por outro lado, vale reforçar que, conforme planejamento estratégico da Companhia definido em 2019, mesmo considerando a crise resultante da pandemia e seus impactos, estamos acompanhando de perto todas as movimentações do mercado imobiliário e as incertezas refletidas na economia e na política conforme já sinalizado no decorrer de 2020, tendo em vista a capacidade de adaptação a diferentes cenários do nosso modelo de negócios, da qualidade da operação e a consistência operacional que faz com que os resultados sigam dentro do esperado pela Companhia e com ótimas perspectivas para 2021.

A Receita Líquida totalizou R\$ 30,0 milhões nos 12M20 e o Resultado Bruto totalizou R\$ 5,5 milhões, para uma Margem Bruta de 18,4%. Vale destacar dois fatos importantes: (i) com a retomada dos lançamentos, a Companhia iniciou a apropriação imobiliária da receita operacional, oriunda das unidades comercializadas em 2020, que contribuiu fortemente com o crescimento da Receita Líquida, Resultado Bruto e Margem Bruta quando comparado com o mesmo período de 2019 e; (ii) o crescimento do resultado de Equivalência Patrimonial, através dos empreendimentos Lindenberg Reserva Itaim, lançado no 2T20 e do empreendimento Praça Lindenberg fase Clodomiro, lançado no 4T20, que possuem controle compartilhado, totalizando o valor de R\$ 2,3 milhões na participação da Companhia no encerramento do 4T20. O Resultado Líquido de R\$ 1,9 milhões com Margem Líquida de 6,5%, gerou um ROE Trimestral de 31.366,2% e um ROE Anualizado de 143,0%.

Vale destacar que o Resultado à Apropriar, referente às incorporações realizadas pela Construtora Adolpho Lindenberg pelo método do percentual de conclusão totalizou R\$ 7,2 milhões, com Margem REF esperada de 27,9% sobre a parcela de produtos vendidos que estão em construção no encerramento do 4T20. Importante informar que o Resultado à Apropriar gerencial, ou seja, dos empreendimentos não controlados pela Companhia totalizou R\$ 35,2 milhões, com Margem REF gerencial esperada de 38,4% no encerramento do 4T20. A atual Margem REF (Resultado do Exercício Futuro) indica tendência da Margem Bruta futura da operação da Construtora Adolpho Lindenberg, um patamar elevado, reflexo do padrão e qualidade dos produtos desenvolvidos pela Companhia, mesmo em um período econômico desafiador que estamos enfrentando atualmente. Vale ressaltar também que, no modelo atual de estrutura de capital da Companhia, com participação minoritária nos projetos, uma importante fonte de Receita e conseqüentemente de Resultado para a Companhia são as receitas de taxas por prestação de serviços de administração da incorporação e de obra, onde temos uma perspectiva de incremento com a retomada dos lançamentos e início das obras.

A Construtora Adolpho Lindenberg realizou uma operação estruturada no 3T20 que envolveu, em suma, uma cédula de crédito bancário no valor de até R\$ 34.656.000,00, vinculada à emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários CRI (ii), tendo por finalidade a obtenção de financiamento imobiliário, cujos recursos serão integralmente destinados ao custeio de despesas vinculadas aos projetos da Companhia e a quitação integral do CRI (i) realizado no 2T20 no valor de R\$ 10.060.000,00.

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

Os patamares de rentabilidade reportados são reflexos de uma operação que reflete a atual situação da Companhia e dos esforços da Administração para manter a rentabilidade e o andamento dos projetos, nos custos e nos prazos contratados, com a racionalização das despesas comerciais e administrativas, de forma a obter o máximo valor para nossos clientes e acionistas.

Sobre a operação futura, a Construtora Adolpho Lindenberg continua focada no objetivo de manter uma estrutura de capital adequada e preparada para enfrentar o cenário futuro bastante promissor. Manteremos uma postura cautelosa em 2021, buscando equilibrar a colocação de novos produtos no mercado,

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

priorizando aqueles com maior liquidez, de modo a preservar um nível de vendas e de rentabilidade adequados.

Ao final do exercício social de 2019, a Companhia possuía R\$137 mil em caixa e equivalentes, uma redução de 66,9% quando comparado aos R\$414 mil de 2018 que, por sua vez, representaram uma redução de 90,4% quando comparado aos R\$4,3 milhões de 2017. Importante destacar que a Companhia não possui endividamento e possui caixa líquido positivo, reflexo de uma operação que apresenta bases sustentáveis e regulares.

Ao final do exercício social de 2019, a receita líquida da Companhia alcançou o montante de R\$4,1 milhões, uma redução de 40,2% quando comparado aos R\$6,8 milhões do exercício social de 2018 que, por sua vez, foi 43,7% menor que a receita líquida do exercício de 2017, no montante de R\$12,1 milhões. A forte redução na receita líquida da Companhia vem se estendendo desde o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, reflexo das incertezas no cenário político e econômico recessivo.

Ao final do exercício social de 2019, o lucro bruto da Companhia encerrou em R\$3,0 milhões negativo, uma redução de 8.388,5% em relação aos R\$0,04 milhões negativo ao final do exercício de 2018 e que por sua vez, foi 101,8% menor que o lucro bruto do exercício de 2017, no montante de R\$2,0 milhões.

Durante 2019, foram entregues 3 projetos/fases (1 residencial e 2 comerciais), totalizando 27,0 mil m² de área construída, todas dentro do prazo e orçamento inicialmente previsto. Nesse mesmo período, a Construtora Adolpho Lindenberg iniciou 2 obras, sendo 1 obra comercial clube no Litoral de São Paulo de 2,2 mil m² de área e 1 obra residencial de alto padrão, localizado na Capital de São Paulo, com 22,0 mil m² de área, composta por 2 torres com 142 unidades.

Em 2018, a Receita Líquida totalizou de R\$ 6,8 milhões e o Resultado Bruto totalizou o valor negativo de R\$ 35 mil para uma Margem Bruta de -0,5%. O Resultado Líquido totalizou o valor de R\$ 2,5 milhões com Margem Líquida de 36,7% nos 12M18.

Apesar do volume operacional nos 12M18 estar um pouco maior que 2017, este menor nível de atividade reflete a condição atual de mercado, após três anos de forte recessão. Mesmo em um cenário ainda repleto de incertezas refletidas na economia e na política conforme já sinalizado nos últimos trimestres, acreditamos na melhora no cenário macroeconômico e perspectivas de retomada gradual do mercado imobiliário, com potencial de contratação de novas obras para manutenção da operação e retomada do volume operacional adequado

Durante o ano de 2018, foram entregues 2 empreendimentos residenciais, localizados na Capital de São Paulo, totalizando 2 torres, 90 unidades e 19,4 mil m² de área construída, todas dentro do prazo e orçamento inicialmente previsto. Nesse mesmo período, a Construtora Adolpho Lindenberg não iniciou novas obras.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

A estrutura de capital da Companhia, em relação ao período encerrado em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 era composta da seguinte forma:

Estrutura de Capital da Companhia (Em milhares de Reais - R\$)	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Capital de terceiros	33.720	-	-
Capital próprio ¹	3.302	1.359	26.025
Total da distribuição	37.022	1.359	26.025

- 1) Capital de Terceiros corresponde à soma dos empréstimos e financiamentos da Companhia circulantes e não circulantes.
- 2) Capital Próprio corresponde ao patrimônio líquido da Companhia.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(i) hipóteses de resgate

Não há hipótese de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

(ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há hipótese de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria da Companhia acredita que nossas principais fontes de recursos são: (i) receitas provenientes dos serviços de construção e gerenciamento de construção prestados; (ii) receitas de assistência técnica; e (iii) receitas de unidades imobiliárias vendidas; e (iv) receitas de comercialização.

A Diretoria da Companhia acredita que os recursos existentes e a nossa geração de caixa operacional serão suficientes para as nossas necessidades de liquidez e nossos compromissos financeiros, no mínimo, pelos próximos 12 meses.

O EBITDA no exercício social encerrado em 31 de março de 2020, totalizou o valor positivo de R\$3,8 milhões, com margem EBITDA de 12,7%. A Companhia apresentou melhora de 641,3pp em relação a 31 de dezembro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2019, o EBITDA totalizou o valor negativo de R\$25,6 milhões, com uma margem EBITDA de -628,6%, uma redução de 1364,0pp em relação aos R\$2,0 milhões do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

O EBITDA no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$2,0 milhões, com uma margem EBITDA de 29,7%, uma redução de 46,9pp em relação aos R\$3,8 milhões do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Captamos recursos por meio de novas receitas e, adicionalmente, contratamos financiamentos bancários, quando necessário, os quais são empregados no financiamento de nossas necessidades de capital de giro e investimentos de curto e longo prazo, bem como na manutenção de nossas disponibilidades de caixa em nível que acreditamos apropriado para o desempenho de nossas atividades.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Nosso endividamento era composto da seguinte forma nos períodos abaixo identificados

Composição do Endividamento (Em milhares de Reais - R\$)	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Empréstimos e financiamentos	33.720	0	0
Contas a pagar a fornecedores	1.560	518	397
Obrigações trabalhistas e tributárias	2.534	1.576	1.631
Obrigações tributárias parceladas	812	1.099	1.689
Obrigações por aquisição de terreno	28.598	34.682	0
Adiantamento de clientes	4.686	0	0
Arrendamentos a pagar	587	753	0
Débito com parceiros em empreendimentos	27.086	2.055	0
Provisão para garantia de obras	1.624	3.032	5.142
Provisão para contingências	17.313	16.926	9.992
Dividendos a pagar	29	29	719

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez efetuando uma administração baseada em fluxo de caixa, mas ainda pode vir a depender, embora de forma reduzida, de obtenção de empréstimos com terceiros e com o acionista controlador para seu equilíbrio financeiro. Eventuais descasamentos entre ativos e passivos são constantemente monitorados.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2020, o nível de endividamento líquido da Companhia era de 6,2 vezes o EBTIDA dos doze meses do exercício.

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía um empréstimo, conforme a seguir:

Empréstimos e Financiamentos (Em milhares de Reais - R\$)					
Modalidade	Montante	Saldo	Remuneração	Juros	Vencimento
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	34.622	33.720	100%CDI + 6%aa.	Mensal	01/08/2024

Em 19 de agosto de 2020, a Companhia realizou sua emissão das operações de CRI, aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 06 de abril de 2020. A colocação dos CRIs no mercado em série única ocorreu por meio da oferta simples de 35.000 CRI nominativos e escriturais com valor unitário de R\$1.000, perfazendo R\$35.000. Conforme definido nos Termos de Securitização de Créditos Imobiliários os CRIs da emissão contam com garantia representada pela cessão fiduciária de Direitos creditórios oriundos da comercialização de unidades imobiliárias de empreendimentos de titularidade das cedentes fiduciárias (investidas da Controladora: SPE Bandeira, SPE Barolo, SPE Monza, SPE Forenza) com garantia dos recebíveis das SPE Bandeira, SPE Viseu e SPE Barolo.

As operações de crédito de recebíveis imobiliários estão sujeitas à variação do CDI, acrescida de 6% ao ano e cujo vencimento será em 12 parcelas mensais com a primeira em 12 de agosto de 2024.

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Item não aplicável a Companhia.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre as obrigações registradas no passivo exigível dos balanços patrimoniais que integram as demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2020. Nosso empréstimo é garantido por: (i) Garantia hipotecária; e/ou (ii) Alienação Fiduciária; e/ou (iii) Cotas de sociedades subsidiárias da Companhia

(iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Item não aplicável a Companhia.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Na data deste Formulário de Referência, não há financiamentos contratados em que não tenham sido liberados a totalidade dos recursos, observados os respectivos prazos de solicitação para liberação de recursos, conforme previstos nos respectivos contratos.

Ainda conforme contratos a utilização dos recursos será dada da seguinte forma:

Distribuição (Em milhares de Reais - R\$)		
Empreendimento (SPE)	Distribuição	%
SPE Bandeira Incorporação S.A.	4.645	13,27%
Barolo Incorporação Ltda.	3.210	9,17%
Forenza Incorporação SPE Ltda.	13.780	39,37%
Monza Incorporação Ltda.	13.367	38,19%
Total da distribuição	35.000	

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Item não aplicável a Companhia

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais**Comparação dos resultados dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019**

Balancos Patrimoniais Consolidado			
Períodos encerrados em 31.dezembro	31/12/2020	31/12/2019	Var. %
(Em milhares de Reais - R\$)			
Ativo	124.698	79.872	56,1%
Circulante	62.131	48.183	28,9%
Caixa e equivalentes de caixa	10.168	137	7321,9%
Contas a receber de clientes	13.452	701	1819,0%
Imóveis a comercializar	37.176	40.159	-7,4%
Impostos a recuperar	15	21	-28,6%
Contas a receber de partes relacionadas	745	7.103	-89,5%
Demais ativos circulantes	575	62	827,4%
Não Circulante	62.567	31.689	97,4%
Contas a receber de clientes	522	470	11,1%
Depósitos judiciais	819	903	-9,3%
Imóveis a comercializar	1.126	1.135	-0,8%
Contas a receber de partes relacionadas	6.745	5	134800,0%
Impostos a recuperar	893	999	-10,6%
Demais ativos não circulantes	9	10	-10,0%
Investimentos	51.031	27.341	86,6%
Imobilizado	772	31	2390,3%
Intangível	650	795	-18,2%
Passivo e Patrimônio Líquido	124.698	79.872	56,1%
Circulante	24.307	16.155	50,5%
Fornecedores	1.560	518	201,2%
Obrigações trabalhistas e tributárias	2.513	1.576	59,5%
Obrigações tributárias parceladas	290	288	0,7%
Obrigações com aquisição de terreno	11.560	8.116	42,4%
Adiantamento de clientes	4.686	0	0,0%
Dividendos a pagar	29	29	0,0%
Provisão para garantia de obras	1.099	1.438	-23,6%
Débitos com partes relacionadas	2.289	3.944	-42,0%
Arrendamentos a pagar	281	246	14,2%
Não Circulante	97.089	62.358	55,7%
Empréstimos e financiamentos	33.720	0	0,0%
Obrigações trabalhistas e tributárias	21	0	0,0%
Obrigações tributárias parceladas	522	811	-35,6%
Obrigações com aquisição de terreno	17.038	26.566	-35,9%
Débito com parceiros em empreendimentos	27.086	2.055	1218,1%
Adiantamento de clientes	0	0	0,0%
Adiantamento para futuras incorporações	0	13.550	-100,0%
Provisão para garantia de obras	525	1.593	-67,0%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	17.313	16.926	2,3%
Provisão para perda com investimentos	558	294	89,8%
Débitos com partes relacionadas	0	30	-100,0%
Arrendamentos a pagar	306	507	-39,6%
Demais passivos não circulantes	0	26	-100,0%
Patrimônio Líquido	3.302	1.359	143,0%
Capital social	16.000	16.000	0,0%
Reserva legal	0	1.934	-100,0%
Prejuízo acumulado	(12.698)	(16.575)	-23,4%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Total do ativo

Os ativos da Companhia totalizaram R\$124,7 milhões em 31 de dezembro de 2020, uma variação positiva de 56,1% comparado com 31 de dezembro de 2019. Essa variação é dada pelo aumento de caixa e equivalentes de caixa no valor de R\$12,9 milhões e contas a receber de no valor de R\$14,0 milhões.

Total do passivo

Os passivos da Companhia totalizaram R\$121,4 milhões em 31 de dezembro de 2020, uma variação positiva de 54,6% em relação a 31 de dezembro de 2019. Esse aumento é dado pelo saldo de empréstimos e financiamentos no valor de R\$33,7 milhões e débito com parceiros em empreendimentos de R\$25,0 milhões.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido totalizou R\$3,3 milhões em 31 de dezembro de 2020 e R\$1,4 milhão em 31 de dezembro de 2019. Uma variação positiva de 143,0%.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

Demonstrações de Resultados Consolidado Períodos encerrados em 31.dezembro (Em milhares de Reais - R\$)	31/12/2019	31/12/2018	Var. %
Receita Operacional Líquida	4.076	6.814	-40,2%
Custos dos Imóveis Vendidos e dos Serviços Prestados	(7.047)	(6.849)	2,9%
Lucro (Prejuízo) Bruto	(2.971)	(35)	8388,5%
Margem Bruta (%)	-72,9%	-0,5%	-72,4 pp
Receitas (Despesas) Operacionais	(22.651)	2.062	-1198,5%
Administrativas, comerciais e gerais	(23.512)	(11.385)	106,5%
Equivalência patrimonial	1.214	12.511	-90,3%
Outras receitas operacionais líquidas	(353)	936	-137,7%
EBITDA	(25.622)	2.027	-1364,0%
Margem EBITDA (%)	-628,6%	29,7%	-658,4 pp
Resultado Financeiro	938	489	91,8%
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(24.684)	2.516	-1081,1%
Imposto de Renda e Contribuição Social	18	(16)	-212,5%
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	(24.666)	2.500	-1086,6%
Margem Líquida (%)	-605,2%	36,7%	-641,9 pp

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida totalizou R\$30 milhões em 31 de dezembro de 2020, um aumento de 637% comparado a 31 de dezembro de 2019. Esse resultado é reflexo do retorno das atividades operacionais da Companhia. Durante o exercício de 2020 foi lançado quatro empreendimentos residenciais de alto padrão em bairros nobres da cidade de São Paulo e no interior:

São eles:

- (i) Lindenberg Cambuí
SPE Viseu Incorporação Ltda.
Cambuí / Campinas / SP
Mar/20
VGV: R\$79,8 milhões
- (ii) Lindenberg Reserva Itaim
SPE Bandeira Incorporação S.A.
Jardim Paulista / São Paulo / SP
Jun/20
VGV: R\$152,4 milhões
- (iii) Praça Lindenberg
Monza Incorporação Ltda.
Itaim Bibi / São Paulo / SP
Nov/20
VGV: 321,8 milhões
- (iv) Lindenberg Vila Mariana
Vila Mariana / São Paulo / SP
Dez/20
VGV: 106,5 milhões

Custo dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados totalizou R\$24,5 milhões em 31 de dezembro de 2020, registrando aumento de 247,9% em relação a 31 de dezembro de 2019. Essa variação deu-se majoritariamente por gastos incorridos das obras em andamento.

Lucro (prejuízo) bruto

O resultado bruto totalizou R\$5,5 milhões em 31 de dezembro de 2020, enquanto em 31 de dezembro de 2019 totalizou o valor negativo de R\$3,0 milhões.

Lucro (prejuízo) líquido de exercício

O lucro líquido de 31 de dezembro de 2020 foi de R\$1,9 milhão e R\$24,6 milhões negativo em 31 de dezembro de 2019.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais**Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018**

Balancos Patrimoniais Consolidado Períodos encerrados em 31.dezembro (Em milhares de Reais - R\$)	31/12/2019	31/12/2018	Var. %
Ativo	79.872	45.866	74,1%
Circulante	46.436	17.877	159,8%
Caixa e equivalentes de caixa	137	414	-66,9%
Contas a receber de clientes	332	2.555	-87,0%
Estoque a comercializar	38.781	0	0,0%
Impostos a recuperar	21	87	-75,9%
Contas a receber de partes relacionadas	7.103	14.767	-51,9%
Demais ativos circulantes	62	54	14,8%
Não Circulante	33.436	27.989	19,5%
Contas a receber de clientes	838	1.291	-35,1%
Depósitos judiciais	914	620	47,4%
Estoque a comercializar	2.513	576	336,3%
Partes relacionadas	5	1.462	-99,7%
Impostos a recuperar	999	803	24,4%
Demais ativos não circulantes	0	6	-100,0%
Investimentos	27.341	23.141	18,1%
Imobilizado	31	43	-27,9%
Intangível	795	47	1591,5%
Passivo e Patrimônio Líquido	79.872	45.866	74,1%
Circulante	15.906	5.336	198,1%
Fornecedores	518	397	30,5%
Terrenos a pagar	8.116	0	0,0%
Obrigações trabalhistas e tributárias	1.576	1.631	-3,4%
Obrigações tributárias parceladas	288	616	-53,2%
Partes relacionadas	3.944	0	0,0%
Dividendos a pagar	29	719	-96,0%
Provisão para garantia de obras	1.189	1.973	-39,7%
Arrendamentos a pagar	246	0	0,0%
Não Circulante	62.607	14.505	331,6%
Terrenos a pagar	26.566	0	0,0%
Obrigações tributárias parceladas	811	1.073	-24,4%
Provisão para garantia de obras	1.842	3.169	-41,9%
Adiantamento para futuras incorporações	13.550	0	0,0%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	16.926	9.992	69,4%
Provisão para perda com investimentos	294	153	92,2%
Partes relacionadas	2.085	40	5112,5%
Arrendamentos a pagar	507	0	0,0%
Demais passivos não circulantes	26	78	-66,7%
Patrimônio Líquido	1.359	26.025	-94,8%
Capital social	16.000	16.000	0,0%
Reserva legal	1.934	1.935	-0,1%
Prejuízo acumulado	(16.575)	8.090	-304,9%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Total do Ativo

Os ativos da Companhia totalizaram R\$79,9 milhões em 31 de dezembro de 2019, uma variação positiva de 74,1% em relação a 31 de dezembro de 2018, que totalizou R\$45,9 milhões. Tal variação deve-se principalmente pelo aumento de R\$38,8 milhões de estoques a comercializar da Companhia.

Total do Passivo

Os passivos da Companhia totalizaram R\$78,5 milhões em 31 de dezembro de 2019, uma variação positiva de 295,7% em relação a 31 de dezembro de 2018, que totalizou R\$19,8 milhões, sendo que tal variação ocorreu principalmente devido a: (i) crescimento de terrenos a pagar de R\$34,7 milhões; (ii) crescimento de adiantamento para futuras incorporações de R\$13,6 milhões; (iii) aumento de provisões para risco tributários, cíveis e trabalhistas de R\$6,9 milhões e: (iv) crescimento de partes relacionadas de R\$6,0 milhões.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Companhia totalizou R\$1,4 milhão em 31 de dezembro de 2019, e em 31 de dezembro de 2018 de R\$26,0 milhões.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

Demonstrações de Resultados Consolidado Períodos encerrados em 31.dezembro (Em milhares de Reais - R\$)	31/12/2019	31/12/2018	Var. %
Receita Operacional Líquida	4.076	6.814	-40,2%
Custos dos Imóveis Vendidos e dos Serviços Prestados	(7.047)	(6.849)	2,9%
Lucro (Prejuízo) Bruto	(2.971)	(35)	8388,5%
Margem Bruta (%)	-72,9%	-0,5%	-72,4 pp
Receitas (Despesas) Operacionais	(22.651)	2.062	-1198,5%
Administrativas, comerciais e gerais	(23.512)	(11.385)	106,5%
Equivalência patrimonial	1.214	12.511	-90,3%
Outras receitas operacionais líquidas	(353)	936	-137,7%
EBITDA	(25.622)	2.027	-1364,0%
Margem EBITDA (%)	-628,6%	29,7%	-658,4 pp
Resultado Financeiro	938	489	91,8%
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(24.684)	2.516	-1081,1%
Imposto de Renda e Contribuição Social	18	(16)	-212,5%
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	(24.666)	2.500	-1086,6%
Margem Líquida (%)	-605,2%	36,7%	-641,9 pp

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Receita Operacional Líquida

A Receita Líquida no 4T19 totalizou o valor negativo de R\$ 107 mil, redução de 105,7% quando comparado com o 4T18. Nos 12M19 a Receita Líquida totalizou R\$ 4,1 milhões, redução de 40,2% em relação aos 12M18. Importante informar que a trajetória da Receita Líquida nos últimos trimestres reflete a redução do volume operacional pela qual a Companhia passou, devido a forte quantidade de projetos entregues sem lançamentos na mesma proporção para compor novas receitas. Assim, um cenário de recuperação da receita dependerá amplamente da contratação de novas obras, bem como a retomada dos lançamentos. Segue as entregas dos empreendimentos realizadas durante o exercício descritas abaixo;

- (i) Obra de terceiros, empreendimento comercial Novo Portal, de médio padrão, composto de uma torre única e 5,1 mil m² de área construída, localizado na Capital de São Paulo;
- (ii) Obra de terceiros, empreendimento residencial Casa da Toscana, de médio padrão, composto de 223 casas e 19,7 mil m² de área construída, localizado no Interior de São Paulo.
- (iii) Obra de terceiros, empreendimento comercial ACM Club, de médio padrão, composto de uma torre única e 2,2 mil m² de área construída, localizado no Litoral de São Paulo.

Custos de prestação de serviços

O Custo dos Serviços Prestados totalizou R\$ 1,6 milhão no 4T19, redução de -4,1% em relação ao 4T18. Nos 12M19 o Custo de Serviços Prestados totalizou R\$ 7,0 milhões, aumento de 2,9% em relação aos 12M18.

Lucro (Prejuízo) Bruto

O Resultado Bruto no 4T19 totalizou o valor negativo de R\$ 1,7 milhão e nos 12M19, o Resultado Bruto totalizou o valor negativo de R\$ 3,0 milhões e Margem Bruta de -72,9%. A redução do Resultado Bruto deve-se ao grande volume de obras entregues nos últimos anos e pela forte queda de lançamentos das incorporadoras entre os anos de 2015 à 2018.

Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o Resultado Líquido no encerramento do 4T19, totalizou o valor negativo de R\$ 7,8 milhões, e nos 12M19 o Resultado Líquido totalizou o valor negativo de R\$ 24,7 milhões, para uma Margem Líquida de -605,2%.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Comparação dos resultados dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017

Balancos Patrimoniais Consolidado Períodos encerrados em 31.dezembro (Em milhares de Reais - R\$)	31/12/2018	31/12/2017	Var. %
Ativo	45.866	47.627	-3,7%
Circulante	17.877	11.539	54,9%
Caixa e equivalentes de caixa	414	4.299	-90,4%
Contas a receber de clientes	2.555	7.047	-63,7%
Impostos a recuperar	87	153	-43,1%
Contas a receber de partes relacionadas	14.767	0	0,0%
Demais ativos circulantes	54	40	35,0%
Não Circulante	27.989	36.088	-22,4%
Contas a receber de clientes	1.291	1.303	-0,9%
Depósitos judiciais	620	856	-27,6%
Imovéis a comercializar	576	511	12,7%
Contas a receber de partes relacionadas	1.462	750	94,9%
Impostos a recuperar	803	757	6,1%
Demais ativos não circulantes	6	4	50,0%
Investimentos	23.141	31.844	-27,3%
Imobilizado	58	11	427,3%
Intangível	32	52	-38,5%
Passivo e Patrimônio Líquido	45.866	47.627	-3,7%
Circulante	5.336	7.297	-26,9%
Fornecedores	397	356	11,5%
Obrigações trabalhistas e tributárias	1.631	1.638	-0,4%
Obrigações tributárias parceladas	616	814	-24,3%
Dividendos a pagar	719	1.116	-35,6%
Provisão para garantia de obras	1.973	2.873	-31,3%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	0	500	-100,0%
Não Circulante	14.505	16.112	-10,0%
Obrigações tributárias parceladas	1.073	1.726	-37,8%
Provisão para garantia de obras	3.169	4.825	-34,3%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	9.992	9.478	5,4%
Provisão para perda com investimentos	153	0	0,0%
Demais passivos não circulantes	118	83	42,2%
Patrimônio Líquido	26.025	24.218	7,5%
Capital social	16.000	16.000	0,0%
Reserva especial	0	(1.639)	-100,0%
Reserva de lucros	10.025	9.857	1,7%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Total do Ativo

Os ativos da Companhia totalizaram R\$45,9 milhões em 31 de dezembro de 2018, uma variação negativa de 3,7% em relação a 31 de dezembro de 2017, que totalizou R\$47,6 milhões. Tal variação deve-se principalmente pela redução de R\$8,7 milhões na posição de investimento da Companhia e redução no contas a receber de clientes que totalizou R\$4,5 milhões.

Total do Passivo

Os passivos da Companhia totalizaram R\$19,8 milhões em 31 de dezembro de 2018, uma variação negativa de 15,4% em relação a 31 de dezembro de 2017, que totalizou R\$23,4 milhões, sendo que tal variação ocorreu principalmente devido a: (i) redução de R\$2,6 milhões a título de Provisão para garantia de obras.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Companhia totalizou R\$26 milhões em 31 de dezembro de 2018, e em 31 de dezembro de 2017 de R\$24,2 milhões.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017

Demonstrações de Resultados Consolidado Períodos encerrados em 31.dezembro (Em milhares de Reais - R\$)	31/12/2018	31/12/2017	Var. %
Receita Operacional Líquida	6.814	12.093	-43,7%
Custos dos Imóveis Vendidos e dos Serviços Prestados	(6.849)	(10.113)	-32,3%
Lucro Bruto	(35)	1.980	-101,8%
Margem Bruta (%)	-0,5%	16,4%	-16,9 pp
Receitas (Despesas) Operacionais	2.062	1.840	12,1%
Administrativas, comerciais e gerais	(11.385)	(11.175)	1,9%
Equivalência patrimonial	12.511	8.697	43,9%
Outras receitas operacionais líquidas	936	4.318	-78,3%
EBITDA	2.027	3.820	-46,9%
Margem EBITDA (%)	29,7%	31,6%	-1,8 pp
Resultado Financeiro	489	887	-44,9%
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.516	4.707	-46,5%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(16)	(102)	-84,3%
Resultado Líquido do Período	2.500	4.605	-45,7%
Margem Líquida (%)	36,7%	38,1%	-1,4 pp

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Receita Operacional Líquida

A Receita Líquida, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, atingiu R\$6,8 milhões, uma redução de 43,7% em relação a 31 de dezembro de 2017 que atingiu R\$12,1 milhões. Esta variação negativa da receita deveu-se, principalmente, pela redução no volume de obras em execução ao longo dos doze meses e as entregas dos empreendimentos realizadas durante o exercício descritas abaixo;

- (i) Empreendimento residencial Lindenberg Itaim, de alto padrão, composto de uma torre única de 24 unidades e 13,8 mil m² de área construída, localizado na Capital de São Paulo;
- (ii) Obra de terceiros, empreendimento residencial Edifício Residencial Tetrys Pompéia, de médio padrão, composto de uma torre única de 66 unidades e 5,6 mil m² de área construída, localizado na Capital de São Paulo.

Custos de prestação de serviços

O Custo de prestação de serviços totalizou R\$6,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, contra R\$10,1 milhões em 31 de dezembro de 2017, uma redução de 32,3% em razão da redução do volume de obras em execução e entregues.

Lucro Bruto

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, o lucro bruto da Companhia totalizou R\$0,04 milhões negativo, uma redução de 101,8% em relação a 31 de dezembro de 2017 que atingiu R\$2 milhões, devido redução do volume de obras em execução e entregues.

Lucro Líquido do Exercício

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o lucro líquido totalizou R\$2,5 milhões, uma redução de 45,7% em relação a 31 de dezembro de 2017 que atingiu R\$4,6 milhões.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

10.2. Os diretores devem comentar

Resultado operacional e financeiro

a) Resultados das operações da Companhia

(i) *descrição de quaisquer componentes importantes da receita:*

Nas vendas de unidades concluídas, a receita é reconhecida quando a venda é efetivada (transferência de riscos e benefícios), independentemente do prazo de recebimento do valor contratual, e as receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

Na venda de unidades não concluídas, foram observados os procedimentos e as normas estabelecidos pelo CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, que prevê que a entidade deve reconhecer receitas quando (ou à medida que) a entidade satisfizer à obrigação de performance ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente. O ativo é considerado transferido quando (ou à medida que) o cliente obtiver o controle desse ativo. O enquadramento dos contratos de venda dos empreendimentos para fins de aplicação da referida norma foi efetuado com base no Ofício Circular CVM/SNC/SEP no. 02/2018.

A composição da receita operacional é demonstrada a seguir:

Resultado das Operações da Companhia (Em milhares de reais)	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Receitas de serviços	6.440	4.625	7.402
Receitas de assistência técnica	228	(128)	402
Receitas de venda de unidades imobiliárias	26.248	94	15
Impostos sobre receita	(2.877)	(515)	(1.005)
Total	30.039	4.076	6.814

(ii) *fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:*

O Resultado Líquido apurado no encerramento do 4T20 e nos 12M20 deve-se: (i) apropriação imobiliária da receita operacional; (ii) redução das Despesas Administrativas e Gerais; (iii) crescimento do resultado de Equivalência Patrimonial e; (iii) ganho contábil informado no grupo “Outras Receitas Operacionais Líquidas” no 1T20.

Também vale informar, para um cenário de recuperação do Resultado Líquido dependerá amplamente da contratação de novas obras, o aumento do volume de vendas e os lançamentos de novos empreendimentos.

b) **Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

A Companhia não possui variações das receitas atribuíveis a fatores externos, visto que, a mesma determina o percentual de taxa de administração de construção em contrato de prestação de serviços.

As receitas de vendas podem ser impactadas pela variação nos índices de inflação que corrigem os nossos contratos de prestação de serviços e vendas de unidades imobiliárias, principalmente o INCC. As variações de receita nos últimos três exercícios são relativas à variação do volume de negócios, bem como da evolução físico-financeira das obras.

c) **Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.**

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Operações com instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e de 2018, a Companhia e suas controladas não possuíam operações de derivativos e nem de risco semelhante.

Análise da sensibilidade das aplicações financeiras – Exercício 2020

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI adicionado aos juros para capital de giro e pela variação do Índice Nacional de Custo da Construção – INCC até a entrega das chaves e posteriormente pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M incidentes no contas a receber por venda de imóveis.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nas aplicações e contas a receber por venda de imóveis ao qual a Companhia está exposta, foram definidos três cenários diferentes. Com base nas taxas do CDI, IGP-M e INCC vigentes em 31 de dezembro de 2020, foi definido o cenário provável para um período de 12 meses e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo consolidado de aplicações financeiras e contas a receber por venda de imóveis apresenta a seguinte composição em relação à taxa de juros e IGPM:

Instrumentos Financeiros	Risco	Cenário - 50%	Cenário - 25%	Cenário provável (valor contábil projetado)	Cenário +25%	Cenário +50%
Aplicações financeiras	CDI	1,30%	1,95%	2,60%	3,25%	3,90%
Posição contábil em 31/12/2020 – R\$9.583	R\$ mil	125	187	249	311	374
Contas a receber por venda de imóveis	INCC-M	2,05%	3,08%	4,10%	5,13%	6,15%
Posição contábil em 31/12/2020 – R\$12.188	R\$ mil	250	375	500	625	750
Contas a receber por venda de imóveis	IGP-M	2,50%	3,75%	5,00%	6,25%	7,50%
Posição contábil em 31/12/2020 – R\$1.786	R\$ mil	45	67	89	111	134
Empréstimos e financiamentos	CDI	1,30%	1,95%	2,60%	3,25%	3,90%
Posição contábil em 31/12//2020 – R\$33.720	R\$ mil	439	658	877	1.096	1.316

Análise da sensibilidade das aplicações financeiras – Exercício 2019

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI adicionado aos juros divulgados na nota explicativa nº 4 para capital de giro.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações ao qual a Companhia está exposta na data-base 31 de dezembro de 2019, foram definidos três cenários diferentes. Com base nas taxas do CDI vigentes em 31 de dezembro de 2019, foi definido o cenário provável para um período de 12 meses e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo consolidado de aplicações financeiras apresenta a seguinte composição em relação à taxa de juros:

Instrumentos Financeiros	Risco	Cenário -	Cenário -	Cenário provável	Cenário	Cenário
		50%	25%	(valor contábil projetado)	+25%	+50%
Aplicações financeiras	CDI	2,98%	4,47%	5,96%	7,45%	8,94%
Posição contábil em 31/12/2019 - R\$114	R\$ mil	4	5	7	9	11

Análise da sensibilidade das aplicações financeiras – Exercício 2018

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI adicionado aos juros divulgados na nota explicativa nº 4 para capital de giro.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações ao qual a Companhia está exposta na data-base 31 de dezembro de 2018, foram definidos três cenários diferentes. Com base nas taxas do CDI vigentes em 31 de dezembro de 2018, foi definido o cenário provável para um período de 12 meses e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo consolidado de aplicações financeiras apresenta a seguinte composição em relação à taxa de juros:

Instrumentos Financeiros	Risco	Cenário -	Cenário -	Cenário provável	Cenário	Cenário
		50%	25%	(valor contábil projetado)	+25%	+50%
Aplicações financeiras	CDI	3,20%	4,80%	6,40%	8,00%	9,60%
Posição contábil em 31/12/2018 - R\$388	R\$ mil	13	19	25	31	38

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

10.3 Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

(a) *Introdução ou alienação de segmento operacional*

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, não houve introdução ou alienação de segmentos operacionais da Companhia não refletida nas demonstrações financeiras.

(b) *Constituição, aquisição ou alienação de participação societária*

Em janeiro de 2018, através de instrumento particular de compra e venda de quotas, a controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. adquiriu a parcela de 20% da participação societária da Ink Pinheiros Empreendimento e Participações Ltda., para desenvolvimento de empreendimento imobiliário, cabe destacar que não houve aquisição de controle. O patrimônio líquido adquirido foi de R\$1.267 pelo montante de R\$1.164, gerando um ganho de R\$103.

Em abril de 2018, através de instrumento particular de compra e venda de quotas a controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda., adquiriu 50% de participação na sociedade Trevi Incorporação Ltda., da Lindencorp Participações e Incorporações Ltda., cabe destacar que não houve aquisição de controle. O patrimônio líquido adquirido foi de R\$4 negativo pelo montante de R\$12, gerando uma perda de R\$16.

Em maio de 2018, a Controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda., através de instrumento particular de compra e venda, cessão e transferência de quotas sociais e outras avenças, vendeu sua participação total na Pisa Incorporação SPE Ltda. para a Ez Tec Empreendimentos e Participações S.A.. O investimento foi vendido pelo seu valor de patrimônio líquido de R\$2.580.

Em setembro de 2018, através de instrumento particular de compra e venda de quotas a controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda., adquiriu 100% de participação na sociedade Viseu Incorporação Ltda., da Lindencorp Participações e Incorporações Ltda. O patrimônio líquido adquirido foi de R\$7 pelo montante de R\$25, gerando uma perda de R\$18.

Em novembro de 2018, através de contrato particular de compra e venda de quotas, a Construtora Adolpho Lindenberg S.A. adquiriu da empresa do Grupo LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A. 100% da participação societária da Lindencorp Comercialização Private Ltda. O patrimônio líquido adquirido foi de R\$33 pelo montante de R\$1 (hum real), gerando um ganho de R\$33.

Em novembro de 2018, através de contrato particular de compra e venda de quotas, a controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. adquiriu da empresa do Grupo Lindencorp Participações e Incorporações Ltda. 100% da participação societária da Ferrette Incorporação Ltda. O patrimônio líquido adquirido foi de R\$3 negativo pelo montante de R\$1, gerando uma perda de R\$4.

Em novembro de 2018, através de contrato particular de compra e venda de quotas, a controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. adquiriu da empresa do Grupo Lindencorp Participações e Incorporações Ltda. 100% da participação societária da Novara Incorporação Ltda. O patrimônio líquido adquirido foi de R\$4 pelo montante de R\$1 (hum real), gerando um ganho de R\$4.

Em dezembro de 2018, após a realização da venda de um imóvel situado na Capital de São Paulo/SP, no valor total de R\$ 18,2 milhões no mês de novembro de 2018. a Controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda., através de instrumento particular de compra e venda, cessão e transferência de quotas sociais e outras avenças, vendeu sua participação total de 50% na Leal Participações Ltda. para a Sei Novo Negócio 47 Empreendimento Imobiliário Ltda. (Setin). O patrimônio líquido vendido foi de R\$10 pelo montante de R\$500 (quinhentos reais), gerando uma perda de R\$10.

Em abril de 2019, através de instrumento de compra e venda de quotas, a controladora Lindenberg São Paulo adquiriu, da empresa Grupo Lindencorp Participações e Incorporações Ltda., 37% da participação societária na SPE Laurenza Incorporação Ltda. O patrimônio líquido adquirido foi de R\$1.703 pelo montante de R\$2.259, gerando um ganho de R\$555.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2019, através de contrato social a controladora Lindenberg São Paulo constituiu 100% da participação societária na SPE Varese Incorporação Ltda., com o objetivo de desenvolver empreendimento imobiliário de médio e alto padrão.

Em maio de 2019, através de contrato social a controladora Lindenberg São Paulo constituiu 100% da participação societária na SPE Barolo Incorporação Ltda., com o objetivo de desenvolver empreendimento imobiliário de médio e alto padrão.

Em julho de 2019, a controladora Lindenberg São Paulo encerra a SPE Acireale Incorporação Ltda. e declina do desenvolvimento do empreendimento.

Em outubro de 2019, através de contrato social a controladora CAL Construtora Adolpho Lindenberg constituiu juntamente com o Fundo de Investimentos Sieben 100 Real Estate Investimentos Ltda., 15% da participação societária da empresa Siebenlind Real Estate Investimentos Ltda., com o objetivo de desenvolver unidades imobiliárias de médio e alto padrão.

Em novembro de 2019, através de instrumento de compra e venda de cotas a controladora Lindenberg São Paulo vende sua participação societária na empresa SPE Eugenio de Medeiros Incorporação Ltda., o que corresponde 20% da sociedade, pelo preço de R\$2.223, seu patrimônio líquido era de R\$1.242, gerando um ganho de R\$980.

Não houve novos eventos em 2020.

c) *Eventos ou operações não usuais*

Adicionalmente, em agosto de 2013 o Ministério Público do Trabalho distribuiu Ação Civil Pública contra a Companhia, cujo valor inicialmente atribuído foi de R\$100 milhões, considerando multa a título de dano moral a favor do FAT (Fundo de Amparo do Trabalhador).

A defesa da Companhia consiste em demonstrar a qualidade empregada em segurança e saúde do trabalho, bem como em esclarecer e refutar a absoluta impropriedade do procedimento e das acusações feitas pelo Ministério Público do Trabalho. As cominações apontadas pelo último se apoiam em laudo deficiente que apresenta situações absolutamente genéricas e subjetivas. A acusação também elenca inúmeros apontamentos repetitivos, agravando sobremaneira a imposição das multas aplicadas, conforme expressamente demonstrado na defesa apresentada pela Companhia.

A Companhia ingressou com Recurso Ordinário contra a sentença e apresentou petição de juntada a fim de comprovar o cumprimento das obrigações de fazer. O Acórdão resultante dos recursos apresentados pelas Partes, assinado/emitido em 13 de dezembro de 2016 (publicado em 31 de janeiro de 2017), manteve a condenação de primeira instância da Companhia em dois tópicos: (1) indenização por danos morais coletivos; e (2) obrigações de fazer elencadas na inicial, mediante cominação judicial. No tocante ao dano moral coletivo, aumentou a indenização para R\$5 milhões, e, no que se refere às obrigações de fazer apontadas na inicial, elevou a multa judicial para R\$50 em caso de descumprimento.

A Companhia apresentou embargos de declaração julgado em 14 de março de 2017. O processo foi suspenso em 18 de maio de 2017 para tratativas de negociações entre as Partes, que chegaram a um acordo em 13 de dezembro de 2017. Nos termos da cláusula segunda do referido acordo celebrado com o Ministério Público do Trabalho, a Companhia se comprometeu a pagar R\$2.000 em 4 parcelas anuais sem correção no valor de R\$500, sendo que a primeira parcela de R\$500 foi paga em 25 de abril de 2018. Em 14 de novembro de 2018 realizamos a quitação no valor de R\$1.234, obtendo um desconto de R\$266.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

10.4 Mudanças significativas nas práticas contábeis / Ressalvas e ênfases

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis e efeitos significativos das alterações das práticas contábeis

Práticas adotadas a partir de 1 de janeiro de 2018:

A Companhia adotou o CPC 47/IFRS 15 (Receitas de Contratos com Clientes) e o CPC 48 /IFRS 9 (Instrumentos Financeiros) a partir de 1º de janeiro de 2018. A adoção do CPC 47/IFRS 15, não resultou em impactos nas demonstrações financeiras, visto que o critério de reconhecimento de receita adotado pela Companhia já encontrava-se em linha aos requisitos da nova norma. Em relação ao CPC 48/IFRS 9, a Companhia avaliou a classificação dos seus instrumentos financeiros em 1º de janeiro de 2018, e realizou a reclassificação dos mesmos conforme requerido pelo IFRS 9/CPC 48, não houve necessidade de reclassificação dos passivos financeiros, as alterações dos ativos financeiros estão demonstradas abaixo:

	Controladora				
	31/12/2017 - IAS 39 / CPC 38			01/01/18 - IFRS 19 / CPC 48	
	Empréstimos e recebíveis	Outros Ativos Financeiros	Outros passivos financeiros	Custo Amortizado	Valor justo através do resultado
Ativos Financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	174	-	-	-	174
Contas a receber de clientes	-	1.789	-	1.789	-
Contas a receber de partes relacionadas	-	5.751	-	5.751	-
	<u>174</u>	<u>7.540</u>	<u>-</u>	<u>7.540</u>	<u>174</u>
Passivos Financeiros					
Fornecedores	-	-	154	154	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>154</u>	<u>154</u>	<u>-</u>
	<u>174</u>	<u>7.540</u>	<u>154</u>	<u>7.386</u>	<u>174</u>

	Consolidado				
	31/12/2017 - IAS 39 / CPC 38			01/01/18 - IFRS 19 / CPC 48	
	Empréstimos e recebíveis	Outros Ativos Financeiros	Outros passivos financeiros	Custo Amortizado	Valor justo através do resultado
Ativos Financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	4.299	-	-	-	4.299
Contas a receber de clientes	-	8.350	-	8.350	-
Contas a receber de partes relacionadas	-	750	-	750	-
	<u>4.299</u>	<u>9.100</u>	<u>-</u>	<u>9.100</u>	<u>4.299</u>
Passivos Financeiros					
Fornecedores	-	-	356	356	-
Outras contas a pagar	-	-	83	83	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>439</u>	<u>439</u>	<u>-</u>
	<u>4.299</u>	<u>9.100</u>	<u>439</u>	<u>8.661</u>	<u>4.299</u>

Novas normas e interpretações ainda não adotadas:

Foram aprovadas e emitidas as seguintes normas e interpretações pelo IASB, que ainda não está em vigência e não foi adotada de forma antecipada pela Companhia. A Administração avalia os impactos de sua adoção conforme mencionado abaixo:

i) IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil (CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil)

A nova norma substitui o IAS 17 – “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações e determina que os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de valores irrelevantes dos ativos envolvidos na operação.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. Essa norma entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019.

A Administração avaliou os impactos da nova norma e estima um valor presente líquido de obrigações de R\$987 de passivo, ou R\$1.300 de saldo bruto de obrigações, bem como o montante correspondente registrado no ativo a título de direito de uso. O principal efeito está relacionado a locação de imóvel sede da Companhia.

Por ora, o entendimento é de que o potencial efeito seja o reconhecimento de um valor próximo desse como ativo e como passivo, com uma distribuição de despesa maior no início e menor no final, se comparado com a contabilização atual das despesas de arrendamento. Dada à complexidade do tema, pode ser que, até a adoção inicial dessa norma, haja revisão da conclusão e dos itens no escopo, incluindo premissas para apuração dos valores presentes líquidos.

- ii) IFRIC 23 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro)

A nova interpretação estabelece requisitos de reconhecimento e mensuração em situações onde a Companhia tenha definido durante o processo de apuração dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social) a utilização de tratamentos fiscais incertos, que podem vir a ser questionados pela autoridade fiscal.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis Efeitos da adoção das IFRSs e dos CPCs no balanço patrimonial consolidado

A administração da Companhia avaliou e concluiu que não houve impacto decorrente da adoção das novas normas vigentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, 2017 e de 2016.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Em 31 de dezembro de 2018, houve uma ênfase no relatório dos auditores independentes, as quais estão reproduzidas em sua íntegra, a seguir:

Conforme descrito na Nota Explicativa 2. a), as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela Companhia, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados a transferência de controle, segue o entendimento manifestado pela CVM no Ofício circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2018 sobre a aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

10.5 Políticas contábeis críticas

Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

A Companhia registra suas provisões para contingências de acordo com a classificação de seus assessores legais, seguindo o critério legal (provável / possível / remoto). No que se refere a créditos fiscais a Companhia realiza a ativação de tais créditos conforme revisão anual aprovada pelo Conselho de Administração em relação às projeções de utilização de tais créditos.

Como regra geral, na preparação das demonstrações financeiras, são adotadas premissas para o reconhecimento das estimativas para registros de ativos, passivos e outras operações tais como: as provisões para contingências aqui mencionadas, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para distratos, vida útil dos bens do imobilizado, resultado de incorporação imobiliária e venda de imóveis, e imposto de renda sobre receitas corrente e diferido, classificação de curto e longo prazo, entre outros. Os diretores e principais executivos da Companhia monitoram e revisam periodicamente estas estimativas e premissas a fim de que os valores das mesmas estejam sempre o mais próximo possível dos valores reais resultantes das operações da Companhia.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.6 Comentários dos diretores sobre os Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

A Companhia não realizou nos últimos 03 exercícios operações de arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos.

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos.

A Companhia não realizou nos últimos 03 exercícios operações de carteira de recebíveis sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidade.

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

A Companhia não realizou nos últimos 03 exercícios compra de produtos ou serviços mediante a emissão de contratos futuros.

iv. Contratos de construção não terminada

A Companhia não possui contratos de construção não terminados (não cumpridos) nos últimos 03 exercícios;

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia não realizou nos últimos 03 exercícios operações de contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia possui o seguinte item não evidenciado nas demonstrações financeiras dos últimos 03 exercícios;

- Controles Internos

A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados é satisfatório na prática de elaboração de suas demonstrações financeiras, assegurando eficiência e precisão. A Companhia usa o sistema Mega, programa ERP que permite uma gestão eficiente de todas as atividades da empresa com foco no desempenho equilibrado e nos processos corporativos.

O estudo e a avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia, conduzido pelos auditores independentes, em conexão com a auditoria das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020, 2019 e de 2018 foi efetuado com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos.

Como resultado desse estudo e avaliação, efetuado na extensão e com os objetivos antes mencionados, foram feitas à Companhia sugestões de aprimoramento dos controles internos. Na avaliação da Administração, nenhuma das sugestões feitas pelos auditores independentes se configura como uma deficiência significativa do sistema contábil e de controles internos.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.7 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

A Companhia possui o seguinte item não evidenciados nas demonstrações financeiras dos últimos 03 exercícios;

- Controles Internos

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;

A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados é satisfatório na prática de elaboração de suas demonstrações financeiras, assegurando eficiência e precisão. A Companhia usa o sistema Mega, programa ERP que permite uma gestão eficiente de todas as atividades da empresa com foco no desempenho equilibrado e nos processos corporativos.

b) Natureza e o propósito da operação;

Os controles internos tem o propósito de monitorar e avaliar os riscos e melhorias durante os processos realizados pela Companhia.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação;

Descrevemos abaixo as deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

O estudo e a avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia, conduzido pelos auditores independentes, em conexão com a auditoria das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020, 2019 e de 2018, foi efetuado com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos.

Como resultado desse estudo e avaliação, efetuado na extensão e com os objetivos antes mencionados, foram feitas à Companhia sugestões de aprimoramento dos controles internos. Na avaliação da Administração, nenhuma das sugestões feitas pelos auditores independentes se configura como uma deficiência significativa do sistema contábil e de controles internos.

10.8 - Plano de Negócios

10.8 Comentários dos diretores indicando os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

i) **Investimentos, incluindo; (inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos)**

Para desenvolvermos nosso plano de negócios que consiste na prestação de serviço de construção, gerenciamento de construção e incorporação de empreendimentos imobiliários, são necessárias fontes de investimento. As principais fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são as linhas de crédito obtidas com bancos e outras instituições financeiras.

Não houve e não há planejamento de desinvestimentos.

ii) **Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia**

Não houve aquisições de terrenos, plantas, equipamentos, ou outros ativos relevantes.

iii) **Novos produtos e serviços (inclusive descrição das pesquisas em andamento já divulgadas, montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços, projetos em desenvolvimento já divulgados e montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços)**

A Companhia possui novos projetos em desenvolvimento e busca parceiros financeiros com a objetivo de possuir participação societária minoritária em projetos imobiliários residenciais, pois, conforme descrito na alínea "a" do subitem 10.8, o foco dos negócios da Companhia é prestação de serviço de construção, gerenciamento de construção e incorporação de empreendimentos imobiliários.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

10.9. Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção 10.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

11.1 As projeções devem identificar;

- a. Objeto da projeção
- b. Período projetado e o prazo de validade da projeção
- c. Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle
- d. Valores dos indicadores que são objeto da previsão

Item não aplicável a Companhia.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

11.2. Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Item não aplicável a Companhia.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

12. Assembleia e administração

12.1 - Descrever a estrutura administrativa do emissor, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno, identificando:

a. Atribuições do Conselho de Administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao Conselho de Administração, indicando:

i. Se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados;

ii. Se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto;

iii. De que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado;

Conforme consta no capítulo III do Estatuto Social da Companhia, a sua estrutura administrativa se organiza mediante o Conselho de Administração e Diretoria que não possuem regimento interno:

Artigo 6° - A sociedade será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria. Parágrafo Primeiro - O Conselho de Administração será composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, todos acionistas e residentes no País, entre os quais um Presidente. Parágrafo Segundo A Diretoria será constituída de no mínimo 2 (dois) e no máximo 5 (cinco) membros, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo, um Diretor Técnico e os demais sem denominação específica de cargos, sendo que um dos membros da Diretoria será indicado para a função de Diretor de Relações com o Mercado. a) Até um terço (1/3) dos membros do Conselho de Administração poderá ser eleito para a Diretoria. b) As funções de Diretor técnico sempre serão exercidas por profissional devidamente habilitado, com ampla e total autonomia no exercício de suas atribuições, observadas as prescrições legais. c) Na inexistência de um membro da Diretoria para o cargo de Diretor Técnico, tais funções serão exercidas pelo Diretor Presidente, que acumulará os cargos de Diretor Presidente e de Diretor Técnico, preenchendo todos os requisitos constantes da alínea "b".

Artigo 7° - Os membros do Conselho de Administração serão eleitos com a composição referida do parágrafo primeiro do artigo anterior, pela Assembleia Geral Ordinária e terão seus mandatos fixados pelo prazo de 3 (três) anos, expirando-se na data da Assembleia Geral Ordinária do terceiro ano subsequente ao ato da sua eleição e poderão ser reeleitos, isolada ou conjuntamente. Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho de Administração tomarão posse assinando, individualmente, o respectivo termo no Livro de Atas de Reuniões desse mesmo órgão e o prazo de gestão do Conselho de Administração se estenderá até a investidura dos novos administradores eleitos. Parágrafo Segundo - O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que convocado pelo seu Presidente e deliberará com a presença de 2 (dois) membros no mínimo. Parágrafo Terceiro - Nos casos de empate nas deliberações do Conselho de Administração, será vitoriosa a proposta em favor da qual se encontrar o voto do Presidente. Parágrafo Quarto - O Presidente do Conselho de Administração será substituído, nos casos de afastamento temporário ou definitivo, e nos impedimentos legais, por qualquer um de seus membros, escolhidos através de votação em reunião convocada especialmente para esse fim. Parágrafo Quinto - No caso de vacância do cargo de Conselheiro, o substituto será nomeado pelos Conselheiros remanescentes e servirá até a primeira Assembleia Geral. Se ocorrer vacância da maioria dos cargos, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição dos cargos então vagos, assumindo os novos Conselheiros esses cargos até o final do mandato dos Conselheiros então remanescentes. Parágrafo Sexto - Quando a eleição dos membros do Conselho de Administração houver sido realizada pelo processo de voto múltiplo, a mesma se fará para todo o colegiado, nada impedindo que os membros então remanescentes sejam reeleitos.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Artigo 8º - Compete ao Conselho de Administração: a) fixar a orientação geral dos negócios da sociedade; b) eleger e destituir os diretores da sociedade; c) criar órgãos técnicos e consultivos, regulando-os e fixando suas atribuições; d) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da sociedade, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos; e) manifestar-se sobre o relatório da administração e das contas da Diretoria; f) deliberar sobre a emissão de ações; g) autorizar a alienação de bens imóveis do ativo fixo, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros; h) distribuir, individualmente, a cada um dos Conselheiros e Diretores, o valor de seus honorários e a participação nos lucros da sociedade; i) praticar os demais atos previstos na lei como de sua competência; j) deliberar acerca das aquisições de ações da Companhia, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e, posterior alienação. Parágrafo Único - Compete ao Presidente do Conselho de Administração convocar as Assembleias Gerais dos Acionistas da sociedade.

Artigo 9º - A Assembleia Geral, ao eleger o Conselho de Administração, fixará os honorários globais do órgão, em conjunto com a Diretoria. Parágrafo Único - Ocorrendo a substituição de membros do Conselho de Administração e da Diretoria, os substitutos terão seus honorários fixados pelo Conselho de Administração.

A Companhia informa ainda que não possui comitê de auditoria estatutário.

O Conselho de Administração da Companhia avalia o trabalho da auditoria independente, mas não possui uma política formal de contratação de serviços de extra auditoria com o auditor independente.

b. em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Diretoria será constituída de no mínimo 2 (dois) e no máximo 5 (cinco) membros, e não possui regimento interno próprio, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo, um Diretor Técnico e os demais sem denominação específica de cargos, sendo que um dos membros da Diretoria será indicado para a função de Diretor de Relações com o Mercado. Até 1/3 (um terço) dos membros do Conselho de Administração poderá ser eleito para a Diretoria. As funções de Diretor Técnico sempre serão exercidas por profissional devidamente habilitado, com ampla e total autonomia no exercício de suas atribuições, observadas as prescrições legais. Na inexistência de um membro da Diretoria para o cargo de Diretor Técnico, tais funções serão exercidas pelo Diretor Presidente, que acumulará os cargos de Diretor Presidente e de Diretor Técnico, preenchendo todos os requisitos do cargo.

Artigo 10º - Os Diretores da sociedade serão eleitos, com a composição referida no parágrafo segundo do artigo sexto deste estatuto, pelo Conselho de Administração, na mesma data da eleição dos membros desse órgão e terão seus mandatos fixados por prazo idêntico. Parágrafo Primeiro - Os Diretores tomarão posse assinando individualmente o respectivo termo no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria e permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos membros eleitos. Parágrafo Segundo - A substituição e destituição de qualquer Diretor far-se-á mediante a deliberação do Conselho de Administração, a qualquer tempo, através de reunião de seus membros. Parágrafo Terceiro - No caso de vacância de qualquer cargo na Diretoria, o substituto será nomeado pelo Conselho de Administração e ficará no cargo até o término do mandato dos demais Diretores. Parágrafo Quarto - Os Diretores não são obrigados a prestar qualquer garantia de gestão.

Artigo 11º - Compete à Diretoria a representação da sociedade e a prática dos atos necessários ao seu funcionamento regular.

Artigo 12º - Os membros da Diretoria, observadas as atribuições e poderes conferidos pelo estatuto e pelo Conselho de Administração, podem praticar isoladamente atos regulares de gestão e administração tendentes a alcançar os fins sociais. Parágrafo Único - Compete ao Diretor Presidente, além das atribuições do "caput" deste artigo, convocar, presidir as reuniões da Diretoria; distribuir as funções de seus membros; dar o voto de qualidade em caso de empate nas decisões da Diretoria.

Artigo 13º - A Sociedade deverá necessariamente ser representada por dois Diretores em conjunto, por um Diretor em conjunto com um procurador, ou por dois procuradores em conjunto. Parágrafo Único - Será admitida a representação isolada, obrigando-se validamente a sociedade, nos casos seguintes: (i) por

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

um Diretor, no ato de receber e dar quitação de valores, em nome da sociedade; (ii) por um procurador, desde que o mandato tenha expresso o poder do mesmo agir isoladamente.

Artigo 14° - A sociedade poderá constituir procuradores, devendo o instrumento de mandato especificar os poderes do mandatário para agir isoladamente ou em conjunto com um Diretor ou outro procurador, bem como determinar o prazo de validade, que não ultrapassará o ano civil da outorga, executados os mandatos conferidos no mês de dezembro, os quais poderão vigor até o final do ano civil seguinte. Parágrafo Único - Os mandatos "ad judícia" serão conferidos com prazo indeterminado.

Conforme consta em Estatuto Social, compete à Diretoria a representação da sociedade e a prática dos atos necessários ao seu funcionamento regular.

c. data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Conforme consta no capítulo IV do Estatuto Social da Companhia, a Companhia não tem um Conselho Fiscal permanente e também não possui regimento interno próprio, sendo certo que a sua estrutura define-se da seguinte forma:

Artigo 16° - O Conselho Fiscal compõe-se de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e de 3 (três) a 5 (cinco) suplentes, residentes no país, acionistas ou não, cada um com a qualificação mínima exigida por lei.

Artigo 17° - Aos membros do Conselho Fiscal competem as atribuições que lhes são conferidas por lei.

Artigo 18° - O Conselho Fiscal somente entrará em funcionamento mediante pedido de acionistas, de acordo com as disposições legais, instalando-se pela Assembleia Geral que eleger seus membros e respectivos suplentes, cujos mandatos expirar-se-ão na data da primeira Assembleia Geral Ordinária após a sua instalação.

Artigo 19° - A Assembleia Geral que eleger o Conselho Fiscal fixará os honorários mensais a cada um dos membros efetivos quando no exercício de suas funções. Parágrafo Único - Quando o membro efetivo do Conselho estiver afastado de suas funções, os respectivos honorários serão atribuídos ao suplente, se o estiver substituindo.

d. se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo:

i. a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros

ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação

iii. como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão; e

iv. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

Item não aplicável a Companhia.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

a. Prazos de convocação

A Companhia não adota procedimentos diferenciados em relação à legislação e regulamentação vigentes.

A Lei das Sociedades por Ações exige que todas as Assembleias Gerais da Companhia sejam convocadas mediante três publicações no Diário Oficial do Estado de São Paulo, veículo oficial do Governo do Estado de São Paulo, bem como em outro jornal de grande circulação. Atualmente, a Companhia utiliza o jornal Diário Comercial para realizar suas publicações legais.

b. Competências

São matérias de Assembleia Geral estabelecidas pela Lei das Sociedades Anônimas e pelo Estatuto Social:

- a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;
- b) Eleger os administradores e os membros do conselho fiscal, quando for o caso;
- c) Fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- d) Reformar o Estatuto Social;
- e) Deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação da Companhia, ou de qualquer sociedade na Companhia;
- f) Atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;
- g) Aprovar o Plano de Opção de Compra de Ações;
- h) Deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos;
- i) Eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;
- j) Deliberar a saída da Companhia do Novo Mercado;
- k) Deliberar o cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM;
- l) Escolher empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, dentre as empresas indicadas pelo Conselho de Administração;
- m) Deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração; e
- n) Deliberar sobre a emissão de debêntures, observado o disposto na Lei de Sociedades por Ações.

c. Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembléia geral estarão à disposição dos acionistas para análise.

Os endereços nos quais os documentos relativos à Assembleia Geral estarão à disposição dos acionistas para análise são:

Endereço Físico: Rua Joaquim Floriano, 466 - Edifício Corporate, 2º Andar, Itaim Bibi, CEP 04534-002 - São Paulo/SP

Endereços Eletrônicos:

[i] www.cvm.gov.br

[ii] www.b3.com.br

[iii] <http://www.lindenberg.com.br/ri>

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

d. Identificação e administração de conflitos de interesses.

A Companhia não adota mecanismo específico para administrar eventuais conflitos de interesses nas Assembleias Gerais, aplicando-se à hipótese as regras constantes na legislação brasileira.

e. Solicitações de procurações pela administração para o exercício do direito de voto.

A Companhia não adota procedimento específico para a outorga de procurações, aplicando-se à hipótese as regras constantes na legislação e regulamentação brasileira.

f. formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

A Companhia solicita ao acionista que desejar ser representado por procurador, o depósito, na sede da Companhia, do respectivo instrumento de mandato, com a firma reconhecida, com poderes específicos e orientação de voto para votação na Assembleia, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia.

A Companhia exige o reconhecimento de firma, notariação, consularização ou aposição de apostila, conforme o caso, e tradução juramentada dos documentos de representação dos acionistas.

g. formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação e consularização

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância enviando-o diretamente à Companhia, deve encaminhar os seguintes documentos à Rua Joaquim Floriano, nº 466, 2º andar, Edifício Corporate, Itaim Bibi, CEP 04534-002, São Paulo/SP, Brasil, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores:

(i) Boletim devidamente preenchido, rubricado em todas as páginas e assinado (não sendo possível assinatura por certificado digital) com a firma dos signatários devidamente reconhecida; e

(ii) cópia autenticada dos seguintes documentos:

- para pessoas físicas: documento de identidade com foto do acionista;
- para pessoas jurídicas: (a) último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (b) documento de identidade com foto do representante legal; e
- para fundos de investimento: (a) último regulamento consolidado do fundo; (b) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (c) documento de identidade com foto do representante legal.

O acionista pode também, se preferir, enviar as vias digitalizadas deste boletim e dos documentos acima mencionados para o endereço eletrônico ri@lindenberg.com.br sendo que, nesse caso, também será necessário o envio da via original do boletim de voto e da cópia autenticada dos documentos requeridos com pelo menos 7 dias de antecedência da Assembleia Geral, para o endereço da sede da Companhia.

A Companhia não exigirá a tradução juramentada de documentos que tenham sido originalmente lavrados em língua portuguesa, inglesa ou espanhola ou que venham acompanhados da respectiva tradução nessas mesmas línguas.

Serão aceitos os seguintes documentos de identidade, desde que com foto: RG, RNE, CNH, Passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas.

h. se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico específico para recebimento de boletim de voto à distância ou participação a distância da Assembleia.

i. instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

A Companhia não adota procedimentos diferenciados em relação à legislação e regulamentação vigentes. Assim, caso o acionista queira incluir propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração ou do conselho fiscal no boletim de voto à distância, será necessário apresentar tais propostas conforme a regulamentação vigente, em especial, nos prazos lá estabelecidos e juntamente com os documentos nela referidos.

j. se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns nem páginas na rede mundial de computadores destinados a receber comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

k. Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância por intermédio de prestadores de serviços deverá transmitir as suas instruções de voto a seus respectivos agentes de custódia, observadas as regras por esses determinadas, que, por sua vez, encaminharão tais manifestações de voto à Central Depositária da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3").

Para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus agentes de custódia e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via boletim, bem como os documentos e informações por eles exigidos para tal. Nos termos da Instrução CVM 481/09 ("ICVM 481"), o acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do boletim para seus agentes de custódia em até 7 dias antes da data de realização da Assembleia, salvo se prazo diverso for estabelecido por seus agentes de custódia. Vale notar que, conforme determinado pela ICVM 481, a Central Depositária da B3, ao receber as instruções de voto dos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ.

A Companhia mantém uma área de relações com investidores dedicada ao esclarecimento de dúvidas dos seus acionistas e mercado em geral, inclusive de questões relacionadas às assembleias. O contato pode ser feito pelo e-mail ri@lindenberg.com.br, ou telefone (11) 3041-2700.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

a. número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

O Conselho de Administração da Companhia se reuniu 4 (quatro) vezes durante o exercício social de 2019:

Data	Objeto	Matéria
31/01/2020	Prestar garantia de fiança para a sua controlada Viseu	Extraordinária
19/03/2020	Deliberar sobre as contas da Administração e Convocar a Assembleia Geral Ordinária	Extraordinária
06/04/2020	Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em Ação, para colocação privada	Extraordinária
24/04/2020	Aprovação de Contas e convocação da Assembleia Geral	Ordinária
24/04/2020	Distribuição/individualização de Remuneração Conselho e Diretoria	Ordinária
13/05/2020	Rerratificação da RCA de 06/04/2020 a fim de alterar a taxa de juros e prorrogar por mais um mês a emissão das Debentures	Extraordinária
20/08/2020	Aprovar a emissão de Cédula de Crédito Bancário e garantias correlatas	Extraordinária

b. Se existirem as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Item não aplicável a Companhia.

c. Regras de identificação e administração de conflitos de interesse

A Companhia não adota um mecanismo específico para identificação e administração de conflitos de interesses no âmbito do Conselho de Administração. A Companhia entende-se que as regras constantes na legislação e regulamentação aplicáveis são adequadas para gerenciamento eventuais conflitos de interesse.

d. se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:

i. órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

ii. principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros

Item não aplicável a Companhia.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

Item não aplicável a Companhia..

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
ADOLPHO LINDENBERG FILHO	02/08/1955	Pertence apenas à Diretoria	24/04/2019	3 anos (até AGO/2022)	27
004.219.258-76	ENGENHEIRO	13 - Diretor Presidente / Diretor de Relações com Investidores	24/04/2019	Sim	0.00%
DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES E DIRETOR ADMINISTRATIVO					
SÉRGIO GARRIDO CINCURÁ	10/02/1975	Pertence apenas à Diretoria	24/04/2019	3 anos (até AGO/2022)	9
757.342.495-72	ENGENHEIRO CIVIL	19 - Outros Diretores	24/04/2019	Sim	0.00%
DIRETOR TÉCNICO		DIRETOR TÉCNICO			
ADOLPHO LINDENBERG	03/06/1924	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/04/2019	3 anos (até AGO/2022)	41
002.442.108-10	ENGENHEIRO	20 - Presidente do Conselho de Administração	24/04/2019	Sim	100.00%
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO					
MARCELO HADDAD BUAZAR	08/04/1961	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/04/2019	3 anos (até AGO/2022)	0
040.011.888-21	Administrador de empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	24/04/2019	Sim	100.00%
MEMBRO EFETIVO DO CONSELHO					
MAURÍCIO PIAZZON BARBOSA LIMA	23/03/1982	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	24/04/2019	3 anos (até AGO/2022)	0
224.468.838-00	Engenheiro	39 - Outros Conselheiros / Diretores	24/04/2019	Sim	100.00%
MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETOR FINANCEIRO		DIRETOR FINANCEIRO			
Experiência profissional / Critérios de Independência					

ADOLPHO LINDENBERG FILHO - 004.219.258-76

Formado em engenharia civil pela Universidade Presbiteriana Mackenzie em 1978, iniciou sua carreira nos escritórios da Construtora Adolpho Lindenberg em 1981 passando por diversos setores da Companhia até tornar-se sócio diretor em 1985. Atua como Diretor Presidente e de Relações com Investidores desde 1993 até a presente data.

Adolpho Lindenberg Filho, declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha me suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99

SÉRGIO GARRIDO CINCURÁ - 757.342.495-72

Formado em 1997 em engenharia civil pela Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia - UFBA. Durante a sua vida profissional atendeu vários cursos na área imobiliária e de construção. Membro do CTQ – Comitê de Tecnologia e Qualidade do SINDUSCON/SP e Membro do CMPU - Conselho Municipal de Política Urbana do Município de SP. Durante sua vida profissional, atuou por mais de 20 anos em empresas incorporadoras/construtoras, exercendo os cargos de Coordenador de Obras, Gerente de Obras, Gerente Geral de Obras, Gerente Técnico e Diretor de Operações. Atua como Diretor Técnico da Construtora Adolpho Lindenberg há mais de 10 anos

Sérgio Garrido Cincurá, declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha me suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99

ADOLPHO LINDENBERG - 002.442.108-10

Formado em engenharia e arquitetura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie em 1949, seus primeiros trabalhos foram a reconstrução de antigas sedes de fazendas pelos arredores de Valinhos e Campinas onde procurou estudar o estilo colonial. Na década de 50, construiu perto de 200 casas residenciais no estilo colonial Paulista e o barroco mineiro. Na década de 50 fundou a Construtora Adolpho Lindenberg e na década de 70, tornou-se a primeira Construtora de Capital aberto no País, com mais de 700 empreendimentos construídos.

Adolpho Lindenberg, declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha me suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não sou considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99

MARCELO HADDAD BUAZAR - 040.011.888-21

Administrador de empresas formado pela FGV – SP em 1982. Trabalhou na área de marketing da Unilever entre 1983 e 1992. Atuou posteriormente como diretor da Bain & Company entre 1997 e 2008. Assumiu o cargo de Diretor Administrativo da LDI Desenvolvimento Imobiliário S/A em 2009, onde participa do Conselho de Administração até a presente data. Eleito membro do Conselho de Administração da Construtora Adolpho Lindenberg em abril de 2019, exerce o Cargo de Conselheiro Administrativo até a presente data

Marcelo Haddad Buazar declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha me suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99

MAURÍCIO PIAZZON BARBOSA LIMA - 224.468.838-00

Engenheiro civil formado pela Escola Politécnica da USP – SP em 2007. Atua no Grupo Econômico da LDI Desenvolvimento Imobiliário S/A desde 2004, assumindo o cargo de Diretor Financeiro em 2013. Atuou como Conselheiro da REP – Real Estate Partners Desenvolvimento Imobiliário S/A entre 2015 e 2016. Atua como Diretor Financeiro e Conselheiro da Construtora Adolpho Lindenberg desde abril de 2019 até a presente data.

Maurício Piazzon Barbosa Lima declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha me suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

ADOLPHO LINDENBERG FILHO - 004.219.258-76

N/A

SÉRGIO GARRIDO CINCURÁ - 757.342.495-72

N/A

ADOLPHO LINDENBERG - 002.442.108-10

N/A

MARCELO HADDAD BUAZAR - 040.011.888-21

N/A

MAURÍCIO PIAZZON BARBOSA LIMA - 224.468.838-00

N/A

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável a Companhia

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
ADOLPHO LINDENBERG FILHO Conselheiro	004.219.258-76	Construtora Adolpho Lindenberg SA	61.022.042/0001-18	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
ADOLPHO LINDENBERG Presidente de Conselho	002.442.108-10	Construtora Adolpho Lindenberg SA	61.022.042/0001-18	
<u>Observação</u>				

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2019Administrador do Emissor

ADOLPHO LINDENBERG FILHO 004.219.258-76 Prestação de serviço Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração da Companhia e Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro.

Pessoa Relacionada

CAL CONSTRUTORA E SERVIÇOS DE MÃO DA OBRA LTDA. 06.152.137/0001-48
Membro do Conselho de Administração da Companhia e Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro.

ObservaçãoAdministrador do Emissor

ADOLPHO LINDENBERG FILHO 004.219.258-76 Subordinação Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração da Companhia e Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro.

Pessoa Relacionada

ADOLPHO LINDENBERG CONSTRUTORA LTDA. 60.665.379/0001-80
Membro do Conselho de Administração da Companhia e Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro.

ObservaçãoAdministrador do Emissor

ADOLPHO LINDENBERG FILHO 004.219.258-76 Subordinação Controlador Direto
Diretor de Relações com Investidores e Diretor Administrativo

Pessoa Relacionada

Lindenberg Investimentos Ltda. 32.218.933/0001-46
Diretor de Relações com Investidores e Diretor Administrativo

ObservaçãoAdministrador do Emissor

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função ADOLPHO LINDENBERG FILHO Diretor de Relações com Investidores e Diretor Administrativo	004.219.258-76	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada LINDENHOUSE COMERCIALIZAÇÃO PRIVATE LTDA Diretor de Relações com Investidores e Diretor Administrativo	09.123.487/0001-74		
Observação			

Administrador do Emissor SÉRGIO GARRIDO CINCURÁ Diretor técnico	757.342.495-72	Subordinação	Controlador Direto
Pessoa Relacionada Lindenberg Investimentos Ltda. Diretor técnico	32.218.933/0001-46		
Observação			

Administrador do Emissor SÉRGIO GARRIDO CINCURÁ Diretor técnico	757.342.495-72	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada LINDENBERG SÃO PAULO INCORPORADORA LTDA Diretor técnico	06.138.869/0001-83		
Observação			

Administrador do Emissor SÉRGIO GARRIDO CINCURÁ Diretor técnico	757.342.495-72	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função CAL CONSTRUTORA E SERVIÇOS DE MÃO DA OBRA LTDA. Diretor técnico Observação	06.152.137/0001-48		
<hr/>			
Administrador do Emissor SÉRGIO GARRIDO CINCURÁ Diretor técnico Pessoa Relacionada ADOLPHO LINDENBERG CONSTRUTORA LTDA. Diretor técnico Observação	757.342.495-72	Subordinação	Controlada Direta
<hr/>			
Administrador do Emissor SÉRGIO GARRIDO CINCURÁ Diretor técnico Pessoa Relacionada LINDENHOUSE COMERCIALIZAÇÃO PRIVATE LTDA Diretor técnico Observação	757.342.495-72	Subordinação	Controlada Direta
<hr/>			
Administrador do Emissor SÉRGIO GARRIDO CINCURÁ Diretor técnico Pessoa Relacionada SIEBENLIND REAL ESTATE INVESTIMENTOS LTDA. Diretor técnico Observação	757.342.495-72	Subordinação	Controlada Indireta
<hr/>			
Administrador do Emissor SÉRGIO GARRIDO CINCURÁ Diretor técnico Pessoa Relacionada SIEBENLIND REAL ESTATE INVESTIMENTOS LTDA. Diretor técnico Observação	33.856.131/0001-24		

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
MAURÍCIO PIAZZON BARBOSA LIMA Diretor financeiro	224.468.838-00	Subordinação	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Lindenberg Investimentos Ltda. Diretor financeiro	32.218.933/0001-46		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
MAURÍCIO PIAZZON BARBOSA LIMA Diretor financeiro	224.468.838-00	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
LINDENBERG SÃO PAULO INCORPORADORA LTDA Diretor financeiro	06.138.869/0001-83		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
MAURÍCIO PIAZZON BARBOSA LIMA Diretor financeiro	224.468.838-00	Subordinação	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ADOLPHO LINDENBERG CONSTRUTORA LTDA. Diretor financeiro	60.665.379/0001-80		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
MAURÍCIO PIAZZON BARBOSA LIMA	224.468.838-00	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função Diretor financeiro			
Pessoa Relacionada CAL CONSTRUTORA E SERVIÇOS DE MÃO DA OBRA LTDA.	06.152.137/0001-48		
Diretor financeiro			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor MAURÍCIO PIAZZON BARBOSA LIMA	224.468.838-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor financeiro			
Pessoa Relacionada LINDENHOUSE COMERCIALIZAÇÃO PRIVATE LTDA	09.123.487/0001-74		
Diretor financeiro			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor MAURÍCIO PIAZZON BARBOSA LIMA	224.468.838-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor financeiro			
Pessoa Relacionada SIEBENLIND REAL ESTATE INVESTIMENTOS LTDA.	33.856.131/0001-24		
Diretor financeiro			
Observação			

Exercício Social 31/12/2018

Administrador do Emissor ADOLPHO LINDENBERG FILHO	004.219.258-76	Subordinação	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração da Companhia e Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro.			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
LINDENBERG SÃO PAULO INCORPORADORA LTDA	06.138.869/0001-83		
Administrador			
<u>Observação</u>			

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia não possuem Seguro de Responsabilidade Civil que preveja o pagamento ou reembolso de despesas suportadas por eles decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à própria Companhia.

12.12 - Outras informações relevantes

12.12 – Outras informações relevantes

Item não aplicável a Companhia.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia paga remuneração fixa e variável aos seus administradores, conforme o caso. Nas subsidiárias, há plano de participação nos lucros e resultados para o pagamento de remuneração variável aos colaboradores com base em avaliação individual de desempenho e alcance de metas, com o objetivo de alinhar os interesses da Companhia e de suas subsidiárias com os de seus colaboradores, de forma a estimular o comprometimento destes, atraindo e mantendo profissionais qualificados, melhorando a gestão dos negócios da Companhia e o desempenho dos colaboradores no exercício de suas funções e a permanência de tais colaboradores nos postos ocupados.

(b) composição da remuneração, indicando:

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração recebem remuneração fixa mensal pelo desempenho de suas funções (pró-labore), sendo que o Presidente do Conselho faz jus aos benefícios de plano de vida, plano de saúde e convênio farmácia.

Diretoria Estatutária

Os membros da diretoria estatutária recebem remuneração fixa mensal (pró-labore) e remuneração variável anual de acordo com os resultados da Companhia. O objetivo de cada elemento da remuneração dos diretores estatutários é incentivar o alinhamento de interesses destes com as metas da Companhia, de forma a estimular seu comprometimento com os negócios da Companhia, melhorar os desempenhos destes nos exercícios de suas funções e também atrair e manter profissionais altamente qualificados.

ii. proporção de cada elemento na remuneração total

Este subitem não se aplica aos membros do Conselho de Administração, tendo em vista que o único elemento de suas respectivas remunerações é um salário fixo mensal.

Com relação à Diretoria Estatutária, não existe um percentual pré-definido para cada elemento, que é definido a cada ano pelo Conselho de Administração no momento da atribuição da remuneração individual. As tabelas abaixo apresentam a proporção prevista de cada elemento na composição da remuneração total para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de:

2020

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Total
Conselho de Administração	100%	0%	100%
Diretoria	100%	0%	100%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

2019

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Total
Conselho de Administração	100%	0%	100%
Diretoria	100%	0%	100%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A

2018

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Total
Conselho de Administração	100%	0%	100%
Diretoria	100%	0%	100%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A

(ii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O valor global máximo a ser pago aos administradores a título de remuneração é determinado pela Assembleia Geral de Acionistas, estando a remuneração global máxima para tal público vinculada aos limites impostos pelo artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, assim como a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal se instalado.

A remuneração total alvo individual dos Diretores é determinada pelo Conselho de Administração. Não há metodologia de cálculo e de reajuste específico para cada um dos elementos. O pró-labore fixo mensal poderá ser reajustado de acordo com os percentuais dos dissídios coletivos, buscando manter os salários compatíveis com o mercado.

(iii) razões que justificam a composição da remuneração

Conforme descrito na alínea "i" acima, as razões para composição da remuneração são o incentivo na melhoria da nossa gestão, melhorar o desempenho dos membros da Diretoria no exercício de suas funções e a permanência dos nossos executivos, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados de médio prazo e ao desempenho de curto prazo.

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os indicadores de desempenho são o alcance de: (a) metas operacionais e financeiras, tais como: (i) volume geral de obras contratadas; (ii) volume geral de obras entregues; (iii) EBITDA; e (iv) lucro líquido, e (b) desempenho individual, tais como, dentre outros: (i) autonomia; (ii) iniciativa e pró-atividade; (iii) capacidade de planejamento; (iv) comprometimento; (v) comunicação; (vi) flexibilidade; (vii) habilidade de relacionamento interpessoal; (viii) negociação; (ix) solução de problemas e poder de tomada de decisões; (x) trabalho em equipe; e (xi) postura profissional.

(d) estrutura da remuneração para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A Companhia não adota indicadores de desempenho para estruturar a remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

No entanto, a determinação de um montante de remuneração global para administradores da Companhia e subsidiárias atrelada a um retorno sobre o patrimônio líquido da Companhia é a estrutura designada para vincular a remuneração variável, paga aos diretores, aos colaboradores das subsidiárias e da Companhia de forma geral, e o desempenho de lucratividade.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Desta forma, a parcela variável da remuneração dos nossos administradores está vinculada ao desempenho da Companhia no período em questão.

(e) alinhamento da política ou prática de remuneração aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo

Em uma perspectiva de curto prazo, a Companhia busca obter tal alinhamento por meio de uma remuneração compatível com o mercado.

Em médio prazo, visamos obter tal alinhamento por meio do pagamento de remuneração variável anual a determinados colaboradores de acordo com os resultados da Companhia.

O formato da remuneração acima descrito procura incentivar os colaboradores a buscar a melhor rentabilidade dos investimentos e projetos desenvolvidos pela Companhia, de tal maneira a alinhar os interesses destes com os da Companhia, em longo prazo.

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Parte da remuneração variável anual e fixa da diretoria estatutária da Companhia é suportada por intermédio da CAL - Construtora e Serviços de Mão de Obra Ltda. ("CAL MO"), controlada direta da Companhia.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

Não aplicável, uma vez que não há remuneração ou benefícios diretos ou indiretos vinculados à ocorrência de quaisquer eventos societários.

(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Uma vez aprovada a remuneração global pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração é responsável por deliberar sobre a distribuição da remuneração entre os membros da administração da Companhia.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Ao definir a remuneração individual dos administradores, o Conselho de Administração se preocupa em manter os salários compatíveis com o mercado.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A avaliação da adequação da política de remuneração é realizada anualmente, especialmente na definição dos componentes de remuneração fixa e variável dos administradores.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2021 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	3,00		6,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	63.104,00	1.980.000,00		2.043.104,00
Benefícios direto e indireto	74.113,00	396.000,00		470.113,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	12.621,00	183.060,00		195.681,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	4.000.000,00		4.000.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	149.838,00	6.559.060,00		6.708.898,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	3,00		6,00
Nº de membros remunerados	0,00	3,00		3,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	64.136,00	1.693.505,00		1.757.641,00
Benefícios direto e indireto	37.928,00	145.704,00		183.632,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	5.508,00		5.508,00

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	102.063,00	1.844.717,00		1.946.780,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	3,00		6,00
Nº de membros remunerados	3,00	3,00		6,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	63.104,00	507.590,00		570.694,00
Benefícios direto e indireto	74.114,00	52.431,00		126.545,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	12.621,00	125.644,00		138.265,00
Descrição de outras remunerações fixas	Outras Despesas INSS / FGTS Encargos Trabalhistas	Outras Despesas INSS / FGTS Encargos Trabalhistas		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	220.000,00	2.780.000,00		835.504,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	2,00		5,00
Nº de membros remunerados	3,00	2,00		5,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	101.864,00	462.795,00		564.659,00
Benefícios direto e indireto	87.135,00	53.236,00		140.371,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	15.339,00	120.776,00		136.115,00
Descrição de outras remunerações fixas	Outras Despesas INSS / FGTS Encargos Trabalhistas	Outras Despesas INSS / FGTS Encargos Trabalhistas		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00

Observação				
Total da remuneração	204.339,00	636.807,00		841.146,00

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável prevista para exercício social a ser encerrado em 31/12/2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3	3	0	6
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	4.000.000	0	4.000.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3	3	0	6
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	N/A	0
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	N/A	0

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3	3	0	6
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	2.000.000	N/A	2.000.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	N/A	0
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	N/A	0

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3	3	0	6
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	2.000.000	N/A	2.000.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	N/A	0
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	N/A	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	N/A	0

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

- (a)** termos e condições gerais
- (b)** principais objetivos do plano
- (c)** forma como o plano contribui para esses objetivos
- (d)** como o plano se insere na política de remuneração do emissor
- (e)** como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo
- (f)** número máximo de ações abrangidas
- (g)** número máximo de opções a serem outorgadas
- (h)** condições de aquisição de ações
- (i)** critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício
- (j)** critérios para fixação do prazo de exercício
- (k)** forma de liquidação
- (l)** restrições à transferência das ações
- (m)** critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano
- (n)** efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui um plano de remuneração baseado em ações para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui um plano de remuneração baseado em ações para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

13.6 - Opções em Aberto

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui um plano de remuneração baseado em ações para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui um plano de remuneração baseado em ações para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui um plano de remuneração baseado em ações para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

		31/12/2020			
Sociedade	Categoria	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Emissor					
Construtora Adolpho Lindenberg S.A.	Ações ordinárias	01	0	0	01
	Ações preferenciais	26	447	0	473
Controladora					
Lindenberg Investimentos Ltda	Quotas	0	15.770.654	0	15.770.654

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável, dado que a Companhia não oferece planos de previdência aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Nº de membros	3,00	3,00	2,00	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	3,00	3,00	2,00	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração(Reais)	692.097,00	386.019,00	370.930,00	102.063,00	149.838,00	145.818,00
Valor da menor remuneração(Reais)	535.890,00	303.873,00	270.180,00	0,00	0,00	33.354,00
Valor médio da remuneração(Reais)	613.070,00	229.964,00	320.555,00	34.021,00	49.946,00	89.586,00

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Item não aplicável à Companhia.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

	Conselho de Administração			Diretoria Estatutária		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Percentual	100%	0%	12,3%	100%	100%	100%

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não aplicável, tendo em vista que nos últimos 3 exercícios sociais, os administradores e membros do conselho fiscal da Companhia não receberam qualquer remuneração em virtude de qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Os valores abaixo referidos foram pagos a título de remuneração em função de exercício do cargo na Companhia.

2020

Em Reais mil	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas do emissor	544.654	532.739	N/A	1.077.393
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

2019

Em Reais mil	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas do emissor	N/A	N/A	N/A	N/A
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

2018

Em Reais mil	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas do emissor	N/A	N/A	N/A	N/A
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

13.16 - Outras Informações Relevantes

13.16 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos**14. Recursos humanos****14.1 - Descrições dos recursos humanos**

(a) Número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Construtora Adolpho Lindenberg S.A

	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019	30/12/2020
Diretor	2	2	3	3
Estagiário	0	0	0	0
CLT	0	0	0	0
Conselheiro	3	3*	3	3
Total	5	5	6	6

* O Conselheiro Dr. Arnaldo Vidigal Xavier da Silveira faleceu em 19/09/2018

CAL Construtora e Serviços de Mão de Obra LTDA.

	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019	30/12/2020
Diretor	2	2	2	1
Estagiário	1	11	5	6
CLT	61	74	75	79
Total	64	87	82	86

Todos os funcionários da Companhia estão alocados no Estado de São Paulo.

(b) Número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A Companhia e suas subsidiárias tiveram no exercício de 2020 a média aproximada de 210 funcionários terceirizados alocados em obras geridas pela companhia. Todas as obras da companhia estão localizadas no Estado de São Paulo.

(c) Índice de rotatividade

	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2020	2019	2018	2017
Índice de Rotatividade	9,00%	6,00%	35,00%	40,00%

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

14.2 - Alterações relevantes – Recursos humanos

Item não aplicável a Companhia.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

(a) política de salários e remuneração variável

Conselheiros

Apenas possuem remuneração fixa, não percebem participação nos resultados.

Diretores e Funcionários

Além da remuneração fixa, possui participação nos resultados atrelada a avaliação de desempenho individual.

(b) política de benefícios

A Companhia oferece os seguintes benefícios a todos seus funcionários, independente de cargo, função e tempo de serviço com a Companhia: seguro saúde, seguro odontológico, vale refeição, vale alimentação, vale transporte e convênio farmácia.AA

(c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando:

- (i) grupos de beneficiários
- (ii) condições para exercício
- (iii) preços de exercício
- (iv) prazos de exercício
- (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

A Construtora Adolpho Lindenberg possui como atividade preponderante a Construção Civil, tendo na Cidade de São Paulo o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção Civil de São Paulo - SINTRACON-SP como representante do interesse de seus colaboradores. Não ocorreram paralisações promovidas pelo Sindicato nos últimos 3 exercícios sociais em decorrência das relações entre o emissor e os trabalhadores alocados em suas obras. Não obstante, é comum, a paralisação generalizada do setor quando das negociações do dissídio coletivo.

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

14.5 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Lindenberg Investimentos Ltda.						
32.218.933/0001-46	Brasileira-SP	Não	Sim	30/04/2019		
Não						
116.996	94,321%	202.862	81,773%	319.858	85,956%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000%				
Jose Oswaldo Morales Junior						
066.016.438-82	Brasileira-SP	Não	Sim			
Não						
6.419	5,175%	7.944	3,202%	14.363	3,860%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000%				
Marcos Ribeiro Simon						
042.883.278-49	Brasileira-SP	Não	Sim			
Não						
0	0,000%	19.132	7,712%	19.132	5,141%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000%				
OUTROS						
625	0,504%	18.141	7,313%	18.766	5,043%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000%				

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
	0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
TOTAL	124.040	100,000%	248.079	100,000%	372.119	100,000%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Lindenberg Investimentos Ltda.				32.218.933/0001-46		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
BCME PARTICIPAÇÕES E NEGÓCIOS LTDA.						
06.165.988/0001-25	Brasileira-SP	Não	Sim	30/04/2019		
Não						
5.469.368	24,450	0	0,000	5.469.368	24,450	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
FHB PARTICIPAÇÕES E INCORPORAÇÕES S.A.						
05.380.314/0001-80	Brasileira-SP	Não	Não	30/04/2019		
Não						
5.916.762	26,450	0	0,000	5.916.762	26,450	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
MAURÍCIO PIAZZON BARBOSA LIMA						
224.468.838-00	Brasileira-SP	Não	Sim	30/04/2019		
Não						
5.592.423	25,000	0	0,000	5.592.423	25,000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Lindenberg Investimentos Ltda.				32.218.933/0001-46	
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
SÉRGIO GARRIDO CINCURÁ					
757.342.495-72	Brasileira-SP	Não	Sim	30/04/2019	
Não					
4.943.745	22,100	0	0,000	4.943.745	22,100
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
TOTAL					
22.369.692	100,000	0	0,000	22.369.692	100,000
TRIMAR PARRTICIPACÕES LTDA.					
05.846.039/0001-48	Brasileira-SP	Não	Não	16/10/2020	
Não					
447.394	2,000	0	0,000	447.394	2,000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BCME PARTICIPAÇÕES E NEGÓCIOS LTDA.				06.165.988/0001-25	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
ADOLPHO LINDENBERG FILHO					
004.219.258-76	Brasileira-SP	Não	Não	30/04/2019	
Não					
123.726	99,919	0	0,000	123.726	99,919
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
100	0,081	0	0,000	100	0,081
TOTAL					
123.826	100,000	0	0,000	123.826	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
FHB PARTICIPAÇÕES E INCORPORAÇÕES S.A.				05.380.314/0001-80	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
ANA CRISTINA BUENO PORTA NOVA BUAZAR					
114.251.178-21	Brasileira-SP	Não	Não	30/04/2019	
Não					
25.000	0,040	0	0,000	25.000	0,040
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
FHB CORPORATION					
06.354.275/0001-00	Brasileira-SP	Não	Não	28/12/2007	
Sim	FLAVIO HADDAD BUAZAR		Física	047.806.368-76	
28.166.533	46,640	0	0,000	28.166.533	46,640
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
FLAVIO HADDAD BUAZAR					
047.806.368-76	Brasileira-SP	Não	Sim	30/04/2019	
Não					
3.732.733	6,190	0	0,000	3.732.733	6,190
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
FHB PARTICIPAÇÕES E INCORPORAÇÕES S.A.				05.380.314/0001-80		
LINDENCORP PARTNERS						
06.283.651/0001-12	Cayman, Ilhas	Não	Sim	27/04/2004		
Sim	FLAVIO HADDAD BUAZAR		Física	047.806.368-76		
5.601.293	9,270	0	0,000	5.601.293	9,270	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
PEDROSO ALVARENGA SPE LTDA						
05.495.278/0001-09	Brasileira-SP	Não	Não	08/04/2016		
Não						
3.275.014	5,420	0	0,000	3.275.014	5,420	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
SAF 3 CORPORATION						
10.658.719/0001-78	Anguilla	Não	Não	17/08/2012		
Sim	FLAVIO HADDAD BUAZAR		Física	047.806.368-76		
7.580.745	12,550	0	0,000	7.580.745	12,550	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
FHB PARTICIPAÇÕES E INCORPORAÇÕES S.A.				05.380.314/0001-80		
SANTA BEATRIZ DESENVOLVIMENTO IMOBILIARIO LTDA						
07.898.860/0001-33	Brasileira-SP	Não	Não	02/01/2017		
Não						
12.010.855	19,890	0	0,000	12.010.855	19,890	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
TOTAL						
60.392.173	100,000	0	0,000	60.392.173	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
TRIMAR PARRTICIPAÇÕES LTDA.				05.846.039/0001-48	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Maria Clara Lindenberg Van Deursen					
458.999.438-07	Brasileira-SP	Não	Não	16/10/2020	
Não					
216.358	7,242	0	0,000	216.358	7,242
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Maria Isabel Lindenberg Van Deursen					
499.235.238-37	Brasileira-SP	Não	Não	16/10/2020	
Não					
216.358	7,242	0	0,000	216.358	7,242
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Maria Pia Lindenberg Zaborowski					
385.139.488-70	Brasileira-SP	Não	Não	16/10/2020	
Não					
216.358	7,242	0	0,000	216.358	7,242
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
TRIMAR PARRTICIPAÇÕES LTDA.				05.846.039/0001-48		
Monica Lindenberg Van Deursen						
022.515.758-63	Brasileira-SP	Não	Não	16/10/2020		
Não						
1.870.713	62,619	0	0,000	1.870.713	62,619	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Sérgio Van Deursen						
030.103.138-02	Brasileira-SP	Não	Não	16/10/2020		
Não						
467.680	15,655	0	0,000	467.680	15,655	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
TOTAL						
2.987.467	100,000	0	0,000	2.987.467	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
FHB CORPORATION				06.354.275/0001-00		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
ANA CRISTINA BUENO PORTA NOVA BUAZAR						
114.251.178-21	Brasileira-SP	Não	Não			
Não						
25.000	50,000	0	0,000	25.000	50,000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
FLAVIO HADDAD BUAZAR						
047.806.368-76	Brasileira-SP	Não	Não			
Não						
25.000	50,000	0	0,000	25.000	50,000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
FHB CORPORATION				06.354.275/0001-00	
TOTAL					
50.000	100,000	0	0,000	50.000	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
LINDENCORP PARTNERS				06.283.651/0001-12		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
FHB CORPORATION						
06.354.275/0001-00	Cayman, Ilhas	Não	Não	27/04/2004		
Sim	FLAVIO HADDAD BUAZAR		Física	047.806.368-76		
50.000	100,000	0	0,000	50.000	100,000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
50.000	100,000	0	0,000	50.000	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
PEDROSO ALVARENGA SPE LTDA				05.495.278/0001-09		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
FHB CORPORATION						
06.354.275/0001-00	Cayman, Ilhas	Não	Não	17/08/2012		
Sim	FLAVIO HADDAD BUAZAR		Física	047.806.368-76		
7.499.998	100,000	0	0,000	7.499.998	100,000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
7.499.998	100,000	0	0,000	7.499.998	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
SAF 3 CORPORATION				10.658.719/0001-78		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
FHB CORPORATION						
06.354.275/0001-00	Cayman, Ilhas	Não	Não	17/08/2012		
Sim	FLAVIO HADDAD BUAZAR		Física	047.806.368-76		
50.000	100,000	0	0,000	50.000	100,000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
50.000	100,000	0	0,000	50.000	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
SANTA BEATRIZ DESENVOLVIMENTO IMOBILIARIO LTDA				07.898.860/0001-33		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
FLAVIO HADDAD BUAZAR						
047.806.368-76	Brasileira-SP	Não	Não			
Não						
5.778.355	99,830	0	0,000	5.778.355	99,830	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
10.000	0,170	0	0,000	10.000	0,170	
TOTAL						
5.788.355	100,000	0	0,000	5.788.355	100,000	

15.3 - Distribuição de Capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	24/04/2020
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	234
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	10
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

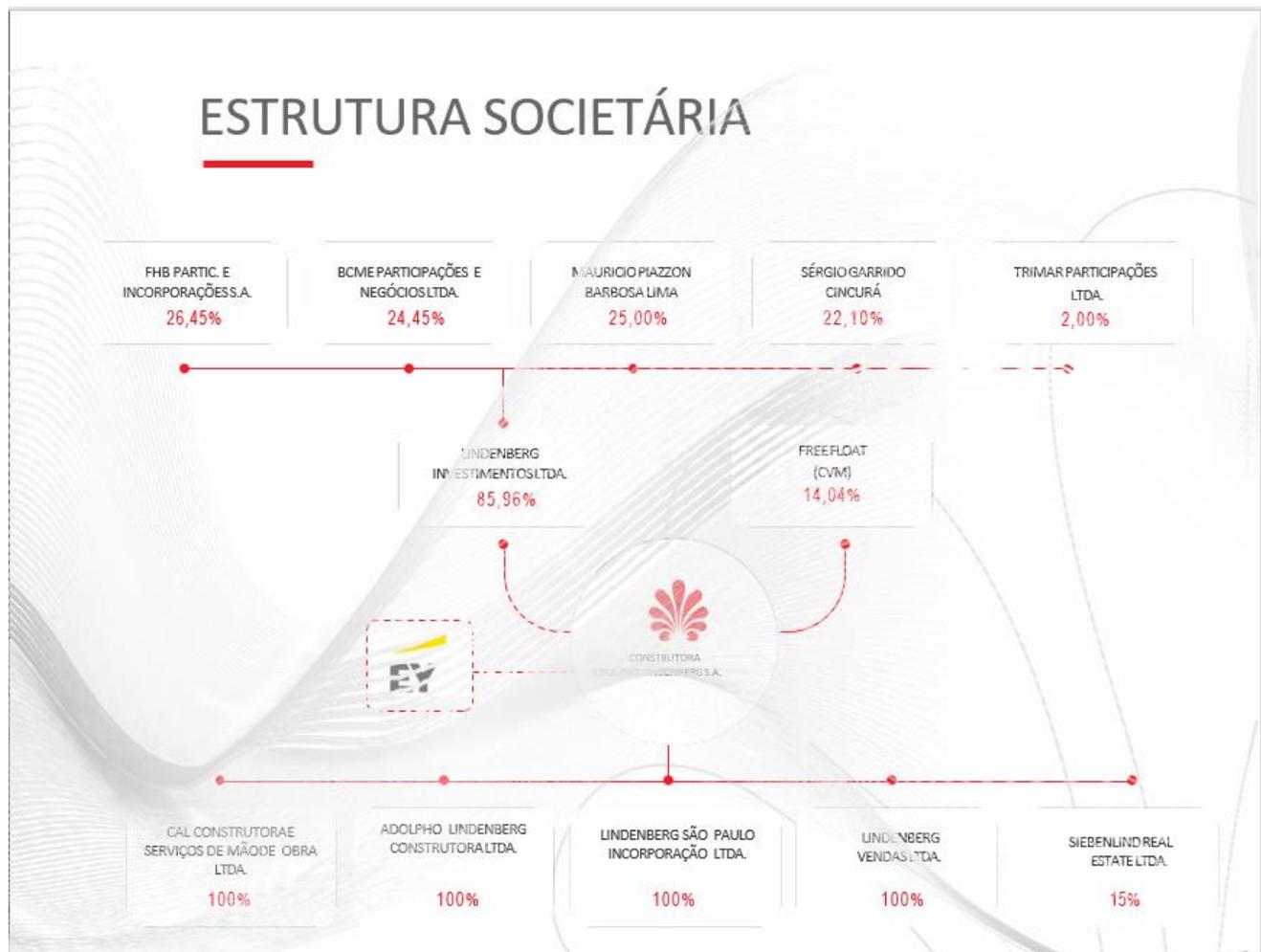
Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	7.044	5,680%
Quantidade preferenciais (Unidades)	45.217	18,230%
Total	52.261	14,040%

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

15.4. Inserir organograma dos acionistas do emissor e do grupo econômico em que se insere, indicando:

- todos os controladores diretos e indiretos e, caso o emissor deseje, os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações
- principais controladas e coligadas do emissor



c. participações do emissor em sociedades do grupo

A Companhia possui participação indireta nas seguintes SPE's, através de sua controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. e Siebenlind Real Estate Investimentos Ltda.;

Amadora Incorporação SPE Ltda.

Participação direta: 0,00%
 Participação indireta: 10,00%
 Descrição : Incorporação de empreendimentos imobiliários

Aosta Incorporação Ltda.

Participação direta: 0,00%
 Participação indireta: 29,79%
 Descrição : Incorporação de empreendimentos imobiliários

Bari Incorporação Ltda.

Participação direta: 0,00%

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

Participação indireta: 99,99%
 Descrição : Incorporação de empreendimentos imobiliários

Barolo Incorporação Ltda.

Participação direta: 0,00%
 Participação indireta: 99,99%
 Descrição : Incorporação de empreendimentos imobiliários

Ferrette Incorporação Ltda.

Participação direta: 0,00%
 Participação indireta: 99,99%
 Descrição : Incorporação de empreendimentos imobiliários

Forenza Incorporação SPE Ltda.

Participação direta: 0,00%
 Participação indireta: 15,00%
 Descrição : Incorporação de empreendimentos imobiliários

Laurenza Incorporação SPE Ltda.

Participação direta: 0,00%
 Participação indireta: 37,00%
 Descrição : Incorporação de empreendimentos imobiliários

Lion Incorporação SPE Ltda.

Participação direta: 0,00%
 Participação indireta: 40,00%
 Descrição : Incorporação de empreendimentos imobiliários

Monza Incorporação SPE Ltda.

Participação direta: 0,00%
 Participação indireta: 15,00%
 Descrição : Incorporação de empreendimentos imobiliários

Novara Incorporação Ltda.

Participação direta: 0,00%
 Participação indireta: 99,99%
 Descrição : Incorporação de empreendimentos imobiliários

SPE Bandeira Incorporação Ltda.

Participação direta: 0,00%
 Participação indireta: 49,00%
 Descrição : Incorporação de empreendimentos imobiliários

Toliara Incorporação SPE Ltda.

Participação direta: 0,00%
 Participação indireta: 30,00%
 Descrição : Incorporação de empreendimentos imobiliários

Valencia Incorporação Ltda.

Participação direta: 0,00%
 Participação indireta: 50,00%
 Descrição : Incorporação de empreendimentos imobiliários

Varese Incorporação Ltda.

Participação direta: 0,00%

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

Participação indireta: 99,99%
Descrição : Incorporação de empreendimentos imobiliários

Viseu Incorporação Ltda.

Participação direta: 0,00%
Participação indireta: 99,99%
Descrição : Incorporação de empreendimentos imobiliários

d. participações de sociedades do grupo no emissor

Item não aplicável à Companhia.

e. principais sociedades sob controle comum

Item não aplicável à Companhia.

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

15.5. Com relação a qualquer acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão do emissor, indicar:

a. partes

b. data de celebração

c. prazo de vigência

d. descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

e. descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores ou membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais

f. descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

g. descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração ou de órgãos de fiscalização e controle

Não há acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

15.6. Indicar alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Em virtude de uma reorganização societária em abril 2019, envolvendo a LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A. ("LDI"), houve a transferência do controle direto da Companhia para a Lindenberg Investimentos Ltda., atual detentora de 116.996 ações ordinárias e 202.862 ações preferenciais, representativas de 85,96% do capital social da Companhia, sendo que o controle indireto continua detido pelo bloco cujos principais acionistas são Adolpho Lindenberg Filho e Flávio Haddad Buazar. Assim, a reorganização não alterou o controle ou a estrutura administrativa da Companhia.

Não houve alterações para os exercícios sociais de 2020 e 2018.

15.7 - Principais Operações Societárias

15.7. Descrever as principais operações societárias ocorridas no grupo que tenham tido efeito relevante para o emissor, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, indicando, quando envolver o emissor ou qualquer de suas controladas ou coligadas:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019:

(a) Evento

Em abril de 2019, houve reorganização societária por meio da qual os acionistas da LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A. ("LDI"), antiga controladora da Companhia, resgataram e cancelaram ações preferenciais de emissão da LDI, recebendo, como pagamento por tal resgate e cancelamento, ações de emissão da Companhia. Essas ações foram integralmente transferidas para a Lindenberg Investimentos Ltda., que passou a ser a controladora direta da Companhia.

(b) principais condições do negócio

Não aplicável, tendo em vista que a operação ocorreu no âmbito dos acionistas controladores da Companhia e houve apenas uma alteração nos veículos de investimento.

(c) sociedades envolvidas

As empresas envolvidas nesta reorganização são 2 (duas) das acionistas da LDI DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO S.A., a saber: (i) a FHB PARTICIPAÇÕES E INCORPORAÇÕES S.A (CNPJ/ME nº 05.380.314/0001-80) e (ii) a BCME PARTICIPAÇÕES E NEGÓCIOS LTDA., (CNPJ/ME nº 06.165.988/0001-25), bem como esteve envolvida também a nova controladora da Companhia, a saber a LINDENBERG INVESTIMENTOS LTDA (CNPJ /ME nº 32.218.933/0001-46).

(d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor A reorganização não altera o controle indireto e, assim, a estrutura administrativa da Companhia. Não há ingresso de nenhum novo investidor no bloco de controle.

A totalidade da participação acionária da LDI DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO S.A. na Companhia, correspondente a 85,96% do seu capital social foi transferida para a LINDENBERG INVESTIMENTOS LTDA, mantendo-se o mesmo controle indireto.

(e) quadro societário antes e depois da operação

Antes

Acionista	% Ações Ordinárias	% Ações Preferenciais	% Total de Ações	Acionista Controlador	Bloco de Controle
LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A.	94,32	81,77	85,96	Sim	Não
Marcos Ribeiro Simon	0	7,71	5,14	Não	Não
José Oswaldo Morales Junior	5,14	2,40	3,32	Não	Não
Outros	0,54	8,12	5,58	Não	Não
Tesouraria	0	0	0	Não	Não
Total	100	100	100	-	-

Depois

Acionista	% Ações Ordinárias	% Ações Preferenciais	% Total de Ações	Acionista Controlador	Bloco de Controle
Lindenberg Investimentos Ltda	94,32	81,773	85,95	Sim	Não
Marcos Ribeiro Simon	0	7,712	5,14	Não	Não
José Oswaldo Morales Junior	5,14	2,646	3,47	Não	Não
Outros	0,49	7,637	5,25	Não	Não

15.7 - Principais Operações Societárias

Tesouraria	0	0	0	Não	Não
Total	100	100	100	-	-

(f) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

Item não aplicável a Companhia.

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

15.8 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Item não aplicável à Companhia.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

16.1 Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, os locais em que ela pode ser consultada.

O emissor não possui uma política formal, outrossim, as operações e negócios com partes relacionadas à Companhia são realizadas observando-se a lei, as normas contábeis e os preços e condições usuais de mercado, não gerando, portanto, qualquer benefício ou prejuízo à Companhia ou quaisquer outras partes.

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
NABI ANDRADE CONSTRUTORA LTDA.	22/01/2018	712.904,63	R\$2.872.874,37	R\$2.872.874,37	30 meses	SIM	4,000000
Relação com o emissor	Prestador de serviços						
Objeto contrato	Contrato de Mutuo para fazer frente as suas contingências trabalhistas, envolvendo a contratada.						
Garantia e seguros	Imóvel dado em garantia.						
Rescisão ou extinção	O presente instrumento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores, na forma da lei.						
Natureza e razão para a operação	Contrato de Mutuo para fazer frente as suas contingências trabalhistas, envolvendo a contratada						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

16.3 Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionados no item 16.2 acima ocorridas no último exercício social:

(a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses; e

(b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva deliberam sobre todas as operações da Companhia, especialmente aquelas que se deram com partes relacionadas. Ademais, em conformidade com a Lei 6.404/76, qualquer membro do Conselho de Administração da Companhia está proibido de votar em qualquer assembleia ou reunião do Conselho, ou de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais tenha interesses conflitantes com os da Companhia.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

16.4 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Item não aplicável à Companhia.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Autorizado				
28/12/2021	4.000.000,00		124.040	248.079	372.119
Tipo de capital	Capital Autorizado				
31/03/2016	16.000.000,00		124.040	248.079	372.119
Tipo de capital	Capital Integralizado				
31/03/2015	12.000.000,00		124.040	248.079	372.119
Tipo de capital	Capital Integralizado				
30/04/2014	8.000.000,00		124.040	248.079	372.119
Tipo de capital	Capital Integralizado				
30/04/2012	1.116.357,00		124.040	248.079	372.119
Tipo de capital	Capital Integralizado				
20/09/2010	38.969.552,70		124.040	248.079	372.119
Tipo de capital	Capital Integralizado				
30/04/2005	8.969.552,70		23.000	46.000	69.000
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão		
Preferencial Classe A	46.000				

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
20/09/2010	AGE	20/09/2010	98,97	Subscrição particular	101.040	202.079	303.119	77,24000000	98,97	R\$ por Unidade

Capital social por classe ações**Classe ação preferencial****Quantidade ação por classe (Unidades)**

PNA	202.079
-----	---------

Critério para determinação do preço de emissão

O valor foi fixado de acordo com o disposto no Art. 170 paragrafo 1º da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

Forma de integralização

Em espécie conforme boletim de subscrição

30/04/2014	AGEO	30/04/2014	6.883.643,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	------	------------	--------------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão**Forma de integralização**

31/03/2015	AGE	31/03/2015	4.000.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	-----	------------	--------------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão**Forma de integralização**

22/03/2016	AGOE	22/03/2016	4.000.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	------	------------	--------------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão**Forma de integralização**

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável a Companhia

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Data de deliberação	Data redução	Valor total redução (Reais)	Quantidade ações ordinárias (Unidades)	Quantidade ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total ações (Unidades)	Redução / Capital anterior	Valor restituído por ação (Reais)
30/04/2012	30/04/2012	37.852.195,79	0	0	0	97,13520000	0,00
Forma de restituição		O valor da redução de capital aprovado será integralmente destinado para a absorção dos prejuízos acumulados apresentados no balanço patrimonial da Companhia de 31 de dezembro de 2011.					
Razão para redução		O valor da redução de capital aprovado será integralmente destinado para a absorção dos prejuízos acumulados apresentados no balanço patrimonial da Companhia de 31 de dezembro de 2011.					
28/12/2021	28/12/2021	12.000.000,00	0	0	0	75,00000000	0,00
Forma de restituição		O valor da redução de capital aprovado será integralmente destinado para a absorção dos prejuízos acumulados apresentados no balanço patrimonial da Companhia de 31 de dezembro de 2020.					
Razão para redução		O valor da redução de capital aprovado será integralmente destinado para a absorção dos prejuízos acumulados apresentados no balanço patrimonial da Companhia de 31 de dezembro de 2020.					

17.5 - Outras Informações Relevantes

17.5 - Outras informações relevantes

Informações complementares ao item 17.1 deste Formulário de Referência

Com relação ao aumento de capital social aprovado em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 22 de março de 2016, a Companhia informa que este se deu mediante a destinação do saldo de reserva de retenção de lucros no valor de R\$ 4.000.000,00, sem a emissão de novas ações da Companhia.

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	<p>Em cada Assembleia Geral Ordinária, o Conselho de Administração deverá fazer uma recomendação acerca da destinação do lucro líquido que tivermos apurado no exercício anterior e da distribuição de dividendos aos nossos acionistas, com base em nossas demonstrações financeiras anuais não consolidadas. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o lucro líquido de uma companhia é definido como o resultado do exercício que remanescer depois de deduzidos os prejuízos acumulados de exercícios sociais anteriores, a provisão para o imposto de renda, contribuição social e quaisquer valores destinados ao pagamento de participações estatutárias de empregados e administradores.</p> <p>Sempre que registrarmos lucro líquido ao final de cada exercício social, e desde que compatível com a nossa situação financeira, nossos acionistas farão jus ao recebimento de dividendos obrigatórios, podendo, ainda receber juros sobre capital próprio e/ou dividendos intercalares e intermediários.</p>
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Não
Restrição a circulação	Não
Resgatável	
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	<p>De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social, tampouco as deliberações adotadas pelos acionistas em Assembleias Gerais de sociedade por ações podem privar os acionistas dos seguintes direitos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Direito a participar da distribuição dos lucros; - Direito a participar, na proporção da sua participação no capital social, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de liquidação da Companhia; - Direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações, descritas no item "Direito de Preferência" na presente Seção; - Direito de fiscalizar, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais; - Direito de votar nas assembleias gerais; e - Direito a retirar-se da Companhia, nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Classe de ação preferencial	Preferencial Classe A
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	<p>Em cada Assembleia Geral Ordinária, o Conselho de Administração deverá fazer uma recomendação acerca da destinação do lucro líquido que tivermos apurado no exercício anterior e da distribuição de dividendos aos nossos acionistas, com base em nossas demonstrações financeiras anuais não consolidadas. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o lucro líquido de uma companhia é definido como o resultado do exercício que remanescer depois de deduzidos os prejuízos acumulados de exercícios sociais anteriores, a provisão para o imposto de renda, contribuição social e quaisquer valores destinados ao pagamento de participações estatutárias de empregados e administradores.</p> <p>Sempre que registrarmos lucro líquido ao final de cada exercício social, e desde que compatível com a nossa situação financeira, nossos acionistas farão jus ao recebimento de dividendos obrigatórios, podendo, ainda receber juros sobre capital próprio e/ou dividendos intercalares e intermediários.</p>
Direito a voto	Sem Direito
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Não

18.1 - Direitos Das Ações

Restrição a circulação Não

Resgatável Não

Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social, tampouco as deliberações adotadas pelos acionistas em Assembleias Gerais de sociedade por ações podem privar os acionistas dos seguintes direitos:

- Direito a participar da distribuição dos lucros;
- Direito a participar, na proporção da sua participação no capital social, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de liquidação da Companhia;
- Direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações, descritas no item "Direito de Preferência" na presente Seção;
- Direito de fiscalizar, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais;
- Direito de votar nas assembleias gerais; e
- Direito a retirar-se da Companhia, nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Não há, no Estatuto Social da Companhia, regras que representem limitações ao exercício do direito de voto.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Ressalvado o disposto na Lei das Sociedades por ações, não existem exceções e/ou cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no nosso Estatuto Social.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados**Exercício social 31/12/2020**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/12/2020	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	296	98,50	98,50	R\$ por Unidade	98,50
31/12/2020	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.131	50,25	30,00	R\$ por Unidade	43,39

Exercício social 31/12/2019

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/12/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.796	73,00	51,01	R\$ por Unidade	72,56
31/12/2019	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.499	52,00	50,00	R\$ por Unidade	53,13

Exercício social 31/12/2018

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/12/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.000	100,00	100,00	R\$ por Unidade	100,00
31/12/2018	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	7.770	70,00	55,00	R\$ por Unidade	59,00

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável a Companhia

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Certificados de Depósito de Valores Mobiliários	0	0	0

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

As ações da Companhia são admitidas a negociação na “B3” – B3 S/A – Brasil, Bolsa, Balcão.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Valor Mobiliário	Identificação do Valor Mobiliário	País	Mercado Valor Mobiliário
Entidade Administradora	Data de admissão	Data de Início listagem	Percentual
Descrição de Segmento de Negociação	Descrição de Proporção de Certificados de Depósito no Exterior		
Descrição do Banco Depositário	Descrição da Instituição Custodiante		
0	0	Brasil	0
N/A	31/12/2020	31/12/2020	0.000000%
Não		Não	
Não		Não	

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável a Companhia

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Item não aplicável a Companhia.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

(a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não aplicável, dado que a Companhia não realizou oferta pública de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais.

(b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável, dado que a Companhia não realizou oferta pública de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais

c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, dado que a Companhia não realizou oferta pública de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Item não aplicável, dado que a Companhia não realizou ofertas públicas de aquisição relativas a ações de emissão de terceiros nos últimos três exercícios sociais.

1. AQUISIÇÃO DO CONTROLE DA LINDENBERG

1.1 Contrato de Compra e Venda: Conforme divulgado em Fato Relevante de 1º de abril de 2008, a LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A., celebrou, na mesma data, com BCME Participações e Negócios Ltda. (“**Antigo Controlador**”) Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, tendo por objeto a aquisição do controle da Lindenberg, mediante aquisição de participação direta e indireta de 18.555 ações ordinárias, representativas de 80,67% do capital votante e 12.817 ações preferenciais, representativas de 27,86% do capital representado por ações preferenciais, totalizando 45,47% do capital social total da Lindenberg. Assim, a participação total, direta e indireta, no capital social da Lindenberg adquirida pela Ofertante foi de 18.555 ações ordinárias e 12.817 ações preferenciais de emissão da Lindenberg. Adicionalmente, a Ofertante se comprometeu a adquirir do Antigo Controlador, em contrapartida ao compromisso de venda, 1.750 ações ordinárias representativas de 7,61% do capital ordinário e 2,54% do capital total da Lindenberg, atualmente pertencentes ao espólio de Thereza Christina de Oliveira Lindenberg, tão logo ocorra a efetiva transferência de referidas ações para o Antigo Controlador. Com a aquisição das Ações de Controle, a Ofertante passou a deter 80,67% do capital votante e 45,47% do capital total da Lindenberg e, com a aquisição das ações atualmente detidas pelo referido espólio, a Ofertante passará a deter 88,28% do capital votante e 48% do capital total da Lindenberg.

1.1.2 Na data do Contrato de Compra e Venda, a Lindenberg publicou fato relevante comunicando ao mercado sobre a aquisição do controle acionário da Lindenberg e a realização da presente Oferta.

1.2 Preço de Aquisição: O preço de aquisição das Ações de Controle (“**Preço de Aquisição**”) foi de R\$7.473.124,12, o que correspondeu a R\$238,21 por ação ordinária da Lindenberg.

1.3 Pagamento do Preço de Aquisição: O pagamento do Preço de Aquisição foi contratado para realizar-se em até 180 (cento e oitenta) dias contados da data do Contrato de Compra e Venda, em moeda corrente nacional, acrescido da variação acumulada da taxa média de depósitos interfinanceiros (“**DI**”) calculada pro rata die, e juros de 0,3% ao mês.

1.4 Fixação do Preço no Contrato de Compra e Venda: A atribuição do mesmo preço para as ações ordinárias e preferenciais no Contrato de Compra e Venda se deu em virtude de não haver, no entendimento das partes, elementos objetivos que pudessem fundamentar a adoção de um valor diferenciado para as diferentes espécies de ação. O Preço de Aquisição foi definido para o controle da Lindenberg, considerando neste bloco a totalidade de ações detidas pela vendedora, que constituíram o objeto do negócio. Adicionalmente, não haveria justificativa para atribuição de valores distintos haja vista que os valores de negociação no mercado das ações preferenciais à época eram inclusive superiores ao valor por ação resultante do Contrato de Compra e Venda.

2 OFERTA

2.1 Ações Objeto da Oferta: Foram objeto da Oferta a totalidade das Ações Ordinárias não detidas pela Ofertante, pelo Espólio de Thereza Christina de Oliveira Lindenberg e pelos Administradores, o que representa um total de 2.692 ações ordinárias de emissão da Lindenberg, representativas de 11,71% do seu capital votante e 3,90% do seu capital social total.

2.2 Preço da Oferta: O preço de aquisição das Ações Ordinárias na Oferta (“**Preço da Oferta**”) foi de R\$190,57 por Ação Ordinária, o que equivale a 80% do valor pago pela Ofertante ao Antigo Controlador pelas ações ordinárias de emissão da Lindenberg, nos termos do artigo 254-A da Lei das Sociedades por Ações.

2.3 Pagamento do Preço da Oferta: A todos aqueles que aceitaram a Oferta o Preço da Oferta foi pago à vista, em moeda corrente nacional, atualizado pela variação acumulada da taxa média de

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

DI calculada pro rata die, e juros de 0,3% ao mês, calculados pro rata temporis até a data da liquidação financeira da Oferta desde a data do Contrato de Compra e Venda (1º de abril de 2008).

2.4 Consequência da Aceitação da Oferta: Ao aceitar esta Oferta, cada acionista da Lindenberg concordou em dispor e efetivamente transferir à Ofertante a propriedade de suas Ações Ordinárias, incluindo todos os direitos inerentes às mesmas.

2.5. Oferta com procedimento diferenciado: Foi aprovada pelo Colegiado da CVM, em reunião realizada em 30 de setembro de 2008, a realização da Oferta com adoção de procedimento diferenciado nos termos do artigo 34 da Instrução CVM n.º 361/02, consistente na dispensa de publicação de Edital da Oferta e de realização de leilão em bolsa de valores.

3. CREDENCIAMENTO PARA ALIENAÇÃO DE AÇÕES

3.1 Validade: Referida Oferta permaneceu válida pelo período de 40 dias corridos, contados a partir da data de publicação de Fato Relevante informando sobre o lançamento da Oferta, ou seja, de 13/10/2008 (“Data de Lançamento”) a 21/11/2008. A Oferta se encerrou em 21/11/2008, sendo a liquidada financeira realizada em 25/11/2008 (“Data da Liquidação”).

4. LAUDO DE AVALIAÇÃO

4.1 Laudo de Avaliação: Nos termos do artigo 8º da Instrução CVM nº 361/02 e do seu Anexo III, o Laudo de Avaliação da Lindenberg (“Laudo de Avaliação”) foi elaborado pela PLANCONSULT Planejamento e Consultoria Ltda., com sede na cidade e Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, nº 13.797, Bloco II, 17º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 51.163.798/0001-23, o qual foi datado de 29 de abril de 2008 e que apurou o preço das ações de emissão da Lindenberg pelo valor econômico da Lindenberg, conforme metodologia de Fluxo de Caixa Livre para o Acionista. Por este critério, foi apurado o valor para a companhia de R\$17.671.000,00 o que corresponde a R\$256,10 por cada ação.

Segue abaixo o valor por ação de acordo com os demais critérios de avaliação previstos no artigo 8º e Anexo III da Instrução CVM 361/02:

(i) preço médio ponderado de cotação das ações: de acordo com o descrito no item 6.6, não houve negociações com ações ON da Lindenberg nos anos de 2007 e 2008 até o presente momento. Já no que se refere às ações PN da Lindenberg, observa-se que o preço médio ponderado da cotação no período compreendido entre Janeiro/2007 e Dezembro/2007 é de R\$751,00;

(ii) valor do patrimônio líquido por ação: de acordo com o descrito no item 6.5, verifica-se que o valor do patrimônio líquido por lote de 1.000 ações, em 31/12/2007, é negativo e corresponde a (R\$45,087) e que o valor do patrimônio líquido por lote de 1.000 ações, em 31/03/2008, é negativo e corresponde a (R\$74,014);

5. RESULTADO DA OFERTA PÚBLICA DE AQUISIÇÃO DE AÇÕES DECORRENTE DA ALIENAÇÃO DE CONTROLE ACIONÁRIO

5.1. No encerramento da OPA, 824 (oitocentas e vinte e quatro) ações ordinárias da Companhia foram adquiridas pela LDI, representando 1,1942% do capital social e 2,189859% das ações em circulação da Companhia.

5.2. A aquisição de 824 (oitocentas e vinte e quatro) ações pela LDI, mediante a realização da OPA, elevou o seu percentual total de participação no capital social da Companhia de 45,47% para 46,6642%

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

18.12 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação à seção 18 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável a Companhia

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável a Companhia

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Data aprovação	28/03/2014
Órgão responsável pela aprovação	Conselho Administrativo
Cargo e/ou função	(i) pela própria Companhia; (ii) pelo acionista ou grupo de acionistas, vinculado por acordo de acionistas ou sob controle comum, que detenha direta ou indiretamente, de fato ou de direito, o poder efetivamente utilizado para dirigir as atividades da Companhia; (iii) pelos os diretores e membros do conselho de administração da Companhia e/ou de suas Controladas, bem como membros de quaisquer órgãos da Companhia e/ou de suas Controladas com funções técnicas e/ou consultivas; (iv) pelos membros do Conselho Fiscal da Companhia (se houver); (v) pelos empregados e/ou colaboradores da Companhia, de Controladas e de coligadas da Companhia, bem como os estagiários destas; (vi) pelas pessoas que prestem serviços à Companhia, às Controladas e às coligadas da Companhia, tais como auditores independentes, analistas de valores mobiliários, instituições do sistema de distribuição, assessores, advogados, contadores, que tenham acesso à informação privilegiada ; (vii) pelos terceiros com acess

Principais características e locais de consulta

A Companhia possui em vigor uma Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários (“Política”), aprovada pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2014, que tem como princípio geral estabelecer as diretrizes e os procedimentos que deverão ser observadas pela Companhia e demais pessoas vinculadas em relação à divulgação de atos ou fatos relevantes e para a negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia

A Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários pode ser conferida no site da Companhia (<http://www.lindenberg.com.br/ri>), no site da CVM (www.cvm.gov.br), e no site da B3 (www.b3.com.br).

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	<p>4.1. Antes da divulgação ao mercado de Ato ou Fato Relevante ocorrido nos negócios da Companhia, é vedada a negociação com valores mobiliários de sua emissão, ou a eles referenciados, pela própria Companhia, pelos Acionistas Controladores, diretos ou indiretos, administradores, membros do Conselho Fiscal ou por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, sua controladora, suas Controladas ou coligadas, tenha conhecimento da informação relativa ao Ato ou Fato Relevante.</p> <p>4.2. A vedação à negociação determinada no item 4.1 acima também prevalecerá se existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária da Companhia.</p> <p>4.3 Tão logo a Companhia divulgue o fato relevante ao mercado, as vedações deixarão de vigorar, salvo se a negociação com as ações puder interferir nas condições dos referidos negócios, em prejuízo dos acionistas da companhia ou dela própria.</p> <p>4.4. As vedações previstas não se aplicam às negociações realizadas pela própria Companhia, pelos acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, de acordo com política de negociação aprovada da Companhia.</p> <p>5.1. Todos os Administradores devem enviar à Companhia, à CVM e, se for o caso, à bolsa de valores ou entidades do mercado de balcão organizado, as informações sobre a titularidade e as negociações realizadas com quaisquer espécie de valores mobiliários emitidos pela própria Companhia, suas Controladas ou suas controladoras, desde que sejam companhias abertas.</p> <p>5.1.1. Os Administradores deverão informar, também, todos os valores imobiliários emitidos pela Companhia de titularidade do cônjuge, companheiro, dependentes incluídos na declaração anual de imposto de renda e sociedades por eles controladas, direta ou indiretamente.</p> <p>5.1.4. É responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores transmitir todas as informações recebidas em conformidade com este item à CVM.</p>
--	---

20.2 - Outras Informações Relevantes

20.2 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

21. Política de divulgação

21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos

A Companhia possui em vigor uma Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários (“Política”), aprovada pelo Conselho de Administração em **28 de março de 2014**, que tem como princípio geral estabelecer as diretrizes e os procedimentos que deverão ser observadas pela Companhia e demais pessoas vinculadas em relação à divulgação de atos ou fatos relevantes e para a negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia

Nos termos da Política, qualquer pessoa vinculada à referida Política, que tenha conhecimento de qualquer ato ou fato relevante, deverá comunicá-los imediatamente, ao Diretor de Relações com Investidores, o qual é responsável pela divulgação da informação. Caso seja constatada a omissão na divulgação de ato ou fato relevante pelo Diretor de Relações com Investidores da Companhia, as pessoas vinculadas à Política têm o dever de comunicar o ato ou fato relevante diretamente à CVM.

Não obstante, o ato ou fato relevante deverá, preferencialmente, ser divulgado antes do início ou após o encerramento dos negócios nas Entidades de Mercado, e, caso os horários de funcionamento sejam incompatíveis, prevalecerá o horário do mercado brasileiro. Caso seja imprescindível a divulgação do Ato ou Fato Relevante durante o horário de negociação, o Diretor de Relações com Investidores poderá solicitar a suspensão da negociação dos valores mobiliários da Companhia, ou dos valores a eles referenciados, pelo tempo necessário à disseminação da informação relevante, observados os procedimentos previstos nos regulamentos editados pelas respectivas Entidades de Mercado sobre o assunto

A Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários pode ser conferida no site da Companhia (<http://www.lindenberg.com.br/ri>), no site da CVM (www.cvm.gov.br), e no site da B3 (www.b3.com.br).

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante

A referida Política tem como objetivo estabelecer as diretrizes e os procedimentos a serem observados pela Companhia e pelas pessoas vinculadas, na divulgação e uso de ato ou fato relevante, na manutenção do sigilo de informações ainda não divulgadas, bem como na negociação com valores mobiliários, nos termos da Instrução CVM 358, com o intuito de divulgar aos órgãos competentes, investidores, analistas de mercado, imprensa financeira especializada e ao mercado em geral, informações completas e tempestivas sobre atos e fatos relevantes relacionados à Companhia, assegurando, assim, os mais elevados padrões de igualdade e transparência no uso de informações e divulgação de atos ou fatos relevantes a todos os interessados.

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado, ou de qualquer outro órgão técnico ou consultivo devem informar a Companhia, à CVM e à B3 o número, tipo e a forma de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia, das sociedades controladas e das sociedades que detêm controle, que são detidos por eles ou por pessoas próximas a eles, bem como quaisquer alterações nas suas respectivas participações. As informações relativas à negociação de tais valores mobiliários, ou derivativos (como, por exemplo, quantidade e característica dos valores mobiliários, preço e data da operação) devem ser fornecidas a nós dentro do prazo de 10 (dez) dias a contar do final do mês em que tais movimentações ocorreram.

De acordo com a Instrução CVM 358, sempre que restar elevada ou reduzida em pelo menos 5% a participação em qualquer espécie de ação de nosso capital social, direta ou indiretamente, por qualquer acionista ou grupo de acionistas, tal acionista ou grupo de acionistas deverá comunicar à B3 e à CVM as seguintes informações: (i) nome e qualificação do adquirente das ações; (ii) objetivo da participação e quantidade visada; (iii) número de ações, bônus de subscrição, bem como de direitos de subscrição de ações e de opções de compra de ações, por espécie e classe, debêntures conversíveis em ações já detidas, direta ou indiretamente, pelo adquirente ou por pessoa a ele ligada; e (iv) indicação de qualquer acordo ou contrato regulando o exercício do direito de voto ou a compra e venda de valores mobiliários de emissão da Companhia.

Nos termos da Política, é considerado ato ou fato relevante, as demais informações definidas como relevantes nos termos da Instrução CVM 358, inclusive qualquer decisão de acionista controlador, deliberação de Assembleia Geral ou dos órgãos de administração da Companhia, bem como qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, comercial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia, que possa influir de modo ponderável: (i) na cotação dos valores mobiliários de emissão da Companhia; (ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter os valores mobiliários; ou (iii) na determinação de os investidores exercerem quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de valores mobiliários emitidos pela companhia; (iv) dá exemplos de ato ou fato potencialmente relevante que incluem, entre outros, a assinatura de acordo ou contrato de transferência do controle acionário da companhia, ingresso ou saída de sócio que mantenha com a companhia contrato ou colaboração operacional, financeira, tecnológica ou administrativa, incorporação, fusão ou cisão envolvendo a companhia ou sociedades ligadas; (v) obriga o diretor de relações com investidores, os acionistas controladores, diretores, membros do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas a comunicar qualquer fato relevante à CVM; (vi) requer a divulgação simultânea de fato relevante em todos os mercados onde a companhia tenha as suas ações listadas para negociação; (vii) obriga o adquirente do controle acionário de companhia aberta a divulgar fato relevante, incluindo a sua intenção de cancelar o registro de companhia aberta no prazo de um ano da aquisição; (viii) estabelece regras relativas à divulgação de aquisição ou alienação de participação relevante em companhia aberta; e (ix) restringe o uso de informação privilegiada.

Nos termos da Instrução CVM 358, em circunstâncias excepcionais, podemos submeter à CVM um pedido de tratamento confidencial com relação a um ato ou fato relevante, quando nossos Acionistas Controladores ou nossos Administradores entenderem que a divulgação colocaria em risco interesse legítimo da nossa Companhia.

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

21.3 Responsáveis Pela Política

O Diretor de Relações com Investidores é o principal responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da Política de Divulgação de informações. Também é responsável pela transmissão das informações à CVM e, se for o caso, às bolsas de valores ou às entidades do mercado de balcão organizado em que as ações da Companhia sejam admitidas à negociação, bem como por atualizar o Formulário de Referência.

Outrossim, as regras e diretrizes desta Política de Divulgação e Negociação deverão ser observadas pelas denominadas “**Pessoas Vinculadas**”, quais sejam:

- (i) pela própria Companhia;
- (ii) pelos acionistas controladores, diretos ou indiretos, da Companhia;
- (iii) pelos diretores, membros do conselho de administração, membros do Conselho Fiscal, se houver, e membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia, de suas controladas e/ou seus acionistas controladores;
- (iv) por quaisquer empregados e terceiros contratados pela Companhia que tenham acesso às informações relevantes; ou
- (vi) por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na companhia aberta, sua controladora, suas controladas ou coligadas, tenha conhecimento da informação relativa ao Ato ou Fato Relevante.

21.4 - Outras Informações Relevantes

21.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.